



**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA DIREITO**  
**INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SEGURANÇA SOCIAL NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO**

**Rodrigo da Silva Joaquim**

**Lisboa**

**2020.**

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA DIREITO  
INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SEGURANÇA SOCIAL NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Programa de Mestrado em Direito e Prática Jurídica da Universidade de Lisboa, Especialidade de Direito Internacional e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Dra. Nazaré Saldanha Povoas Costa Cabral.

**RODRIGO DA SILVA JOAQUIM**

**LISBOA**

**2020.**

*“Este trabalho é dedicado aos meus pais (in memoriam) e meus irmãos que sempre me deram apoio, incentivo e amor incondicional. Espero ainda poder conceder-lhes muitos motivos de orgulho, pedindo desculpas pelos momentos de ausência no convívio familiar. Com muita gratidão.”*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e comparar os regimes de Segurança social em Portugal e a Previdência Social no Brasil, com foco nos mecanismos de cooperação internacional, mais precisamente o acordo de Segurança Social entre os países. Primeiramente, falaremos sobre a origem histórica da proteção social, bem como sua evolução no Brasil e em Portugal. Para tanto, discorre-se-á sobre a evolução legislativa em ambos os países. Adentra-se-á ao estudo dos princípios gerais de cada regime, bem com os benefícios e as prestações presentes em cada um. Ponderar-se-á sobre o panorama atual do regime brasileiro, após uma breve investigação histórica, além de pesquisa, falando ainda sobre a atual reforma da previdência brasileira. Em seguida, será estudado o regime português, partindo de sua evolução legislativa até os dias de hoje. Outrossim, será apresentada uma comparação entre os dois regimes e uma abordagem sobre a judicialização da previdência no Brasil. Ao final, será feita uma análise acerca dos mecanismos de cooperação internacional, com ênfase no acordo de Segurança Social entre os países e na necessidade de coordenação entre os regimes e o alargamento das redes de serviços. Além disso, propomos algumas soluções frente ao avanço da migração internacional, sendo necessária a celebração de novos acordos, buscando o aumento de migrantes incluídos, inclusão de novas contingências a serem cobertas e, novos tipos de prestações a serem oferecidas, bem como orientações básicas de maneira a viabilizar a sustentabilidade financeira da segurança social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Social; Evolução Legislativa; Direito Comparado; Judicialização da Previdência; Mecanismos de Cooperação; Coordenação; Acordo de Segurança Social.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze and compare the social security regimes of Portugal and Social Security in Brazil, focusing on the mechanisms of international cooperation, more precisely the Social Security agreement between the countries. To this end, legislative developments in both countries will be discussed. The general principles of each scheme will be studied, as well as the benefits and benefits granted. Consideration will be given to the current panorama of the Brazilian regime, after a brief historical investigation, in addition to research. Then, the Portuguese regime will be studied, starting from its legislative evolution to the present day. Moreover, a comparison between the two regimes and an approach on the judicialization of social security in Brazil will be presented. In the end, an analysis will be made on the mechanisms of international cooperation, with emphasis on the Social Security agreement between countries and on the need for coordination between the schemes and the extension of service networks. In addition, we propose some solutions to the advance of international migration, with the extension of social protection with new agreements and gradual increase of migrants included, creation of new contingencies to be covered, with new types of benefits to be basic guidance in order to enable the financial sustainability of social security.

**KEYWORDS:** Social Security; Legislative Evolution; Comparative Law; Judicialization of Social Security; Cooperation Mechanisms; Coordination; Social Security Agreement.

## **ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>1. ORIGEM HISTÓRICA</b>	<b>09</b>
1.1. Surgimento da Proteção Social	09
1.2. Evolução Histórica Mundial	15
1.3. Evolução Histórica no Brasil	20
1.4. Evolução Histórica em Portugal	33
<b>2. OS SISTEMAS DE SEGURANÇA SOCIAL NO BRASIL E PORTUGAL</b>	<b>42</b>
2.1. A Previdência Social Brasileira	42
2.2. A Nova Previdência no Brasil	53
2.3. A Segurança Social Portuguesa	59
2.4. Síntese Comparativa	66
<b>3. MECANISMOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL</b>	<b>72</b>
3.1. A Migração Internacional	72
3.2. Os Acordos Internacionais de Seguridade Social	77
3.3. O Acordo de Segurança Social entre Brasil e Portugal	83
3.4. Jurisprudência	96
<b>4. CONCLUSÃO</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>105</b>
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

A pesquisa centra-se na origem da proteção social no mundo, relacionadas à questão da evolução histórica no Brasil e em Portugal. Para tanto, propõe-se analisar a legislação da segurança social nos dois países, as diferenças entre os regimes, bem como os mecanismos de cooperação internacional, os princípios constitucionais dos dois países e o cenário de migração internacional que contextualiza a necessidade de acordos internacionais de segurança social criando uma proteção social ao longo do globo.

Após a pontuação das principais figuras jurídicas relativas à segurança social, estabelece uma síntese comparativa entre os países e o tratamento dispensado pela jurisprudência, realizar-se-á o estudo de direito comparado com foco na estrutura jurídica dos sistemas abordados, especialmente sobre aspectos como necessidade e proteção jurídica. Objetiva-se, com isso, identificar semelhanças e diferenças nas duas realidades estudadas, seguindo a legislação de cada país, e chegando à origem do acordo de segurança social entre os países.

Pretende-se indagar, em primeiro lugar, em que medida a evolução da proteção social trouxe diferenças entre os regimes estudados. Questiona-se, ainda, a atuação do Poder Judiciário dos dois países na garantia da aplicação dos princípios comezinhos do Direito do Previdenciário na aplicação do acordo.

Tais questões se abrem em face da perspectiva de que a migração dos trabalhadores tem contribuído para a criação de um sistema de proteção social internacional através da celebração de acordos e da coordenação entre os regimes, com uma série de benefícios e prestações podendo ser usufruídos em ambos os Estados.

Dentre as nefastas consequências proporcionadas pelo sistema de migração atual destacam-se o crescimento do trabalho informal, assim como o aumento na procura pelos serviços e prestações, haja vista uma busca de novas oportunidades para negociar sua força de trabalho. Tampouco se tem colhido frutos no que se refere ao desenvolvimento econômico e social dos Estados sob análise, pela necessidade da expansão da rede de serviço, falta do custeio e pessoal para atendimento e manutenção da qualidade dos serviços.

Não obstante o caráter assistencialista clássico do Direito Previdenciário, que se apresenta como um instrumento de resistência ao modelo capitalista baseado na exploração do trabalho, a necessidade da coordenação entre os regimes

fundados nos acordos internacionais, sugerem que as realidades mundiais parecem contrariar as bases assistenciais, mais afinadas ao crescimento econômicas e no lucro, e menos sustentadas no compromisso de promoção da proteção social.

A relevância do tema liga-se ao crescimento da segurança social internacional e à proteção do trabalhador migrante, fatores que se conjugam para criar garantias de sustento e o alargamento da rede de serviços, de maneira a atender essa nova realidade. Além disso, é de suma importância o aproveitamento das contribuições vertidas em cada país para efeitos de contagem de tempo e carência para aquisição dos benefícios sociais.

A pertinência do assunto ganha força ainda em face da escassez literária de estudos comparados entre as realidades brasileira e portuguesa no que toca à segurança social e o modo como a jurisprudência dos dois países tem lidado com a questão internacional.

A pesquisa parte da reunião da bibliografia jurídica e histórica relevante à segurança social, passando a confrontar a legislação pertinente e a judicialização dos benefícios. O estudo aproveita, por fim, a uma análise do acordo de segurança social, sobretudo nas questões dos benefícios incluídos e à jurisprudência sobre a matéria, ao propor uma análise interdisciplinar e comparada entre a seara jurídica de Brasil e Portugal.

Dividir-se-á a abordagem em três grandes eixos: o primeiro, a contextualizar a temática no desenvolvimento da Proteção social, com ênfase na evolução histórica, e, ainda, no tratamento normativo de âmbito internacional; em um segundo momento, analisar-se-á a evolução legislativa luso-brasileira a fim de promover um estudo comparado entre os diferentes sistemas; por fim, a pesquisa focará nos mecanismos internacionais, especialmente o acordo de segurança social, como forma de garantia dos direitos adquiridos às prestações em cada país.



## 1. ORIGEM HISTÓRICA

### 1.1. Surgimento da Proteção Social

Para abordarmos o tema da segurança social ou previdência social, conforme terminologia utilizada no Brasil tem que percorrer os momentos históricos que materializaram o que originalmente era um mero auxílio voluntário, dentro do núcleo familiar frente aos infortúnios da vida. Tomando como ponto de partida essa premissa, podemos enxergar a origem da proteção social, que seria o marco inicial para a criação da segurança social e da previdência social, como conhecemos na atualidade.

Fábio Z. Ibrahim<sup>1</sup> em sua obra expõe que a preocupação do homem em reduzir os riscos da vida, mais precisamente fome, velhice e doença, é uma constante na humanidade desde os períodos mais remotos. Independente da necessidade de criação de legislações que abordassem o tema sobre a responsabilidade do estado, já existia uma preocupação de cuidado do indivíduo pelo homem.

Podemos afirmar que a proteção social nasceu da família, na medida em que antigamente as famílias viviam reunidas, sendo obrigação dos jovens o cuidado com os idosos e incapacitados para o trabalho, na função de prover o sustento. Partindo da premissa que o homem é um ser social, com necessidade de convívio em sociedade, e que não é possível prever os infortúnios que podem comprometer sua capacidade de sustento, dependendo do auxílio da família em determinadas situações<sup>2</sup>.

Para Miguel Horvath Junior<sup>3</sup> o receio dos imprevistos e a necessidade de proteção aos riscos sempre esteve presente na história e fez parte das preocupações humanas, este cuidado está relacionado com o instinto de sobrevivência humano, sendo que esta visão de proteção é um fruto da natureza humana qual denota um traço individual e familiar de proteção, sendo que as técnicas coletivas de proteção social são importantes, visto que por vezes havia inexistência de cumulação de recursos em períodos de necessidade. Ou seja, de modo a complementar o que traz Ibrahim em sua obra, Horvath Junior deixa evidente que o homem necessita de uma rede de cooperação para garantir de fato sua sobrevivência.

---

<sup>1</sup>IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>2</sup>IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>3</sup>HORVATH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

Na visão desses dois autores, no princípio, a noção de proteção social, era traduzida na proteção da família, que em alguns casos não era satisfatória. Além disso, nem todos os indivíduos possuíam essa proteção familiar, em alguns casos ela era precária, gerando uma necessidade de auxílio externo, de natureza voluntária, incentivada pela igreja, ainda que tardiamente, sendo assumida pelo estado com a edição da Lei dos Pobres na Inglaterra e Gales que se desenvolveu a partir da Idade Média tardia e das leis Tudor.

Segundo Horvath Junior<sup>4</sup> para combater esta indigência, foram desenvolvidos inúmeros modelos de proteção individual e social, como a beneficência, assistência pública, socorro mútuo, seguro social e seguridade social. Entretanto, o seguro social tem origem pós revolução industrial e a seguridade social, que é um conceito mais amplo, abrange medidas que também surgiram apenas em momento posterior aos demais modos de proteção social.

Verifica-se que a beneficência está relacionada à proteção social motivada pela caridade impulsionada pela Igreja, com a criação de hospedagens anexas as paróquias, auxiliando órfãos, doentes, inválidos e anciãos, de modo filantrópico, sem nenhum dever ou obrigação. Já a assistência realizada por particulares, é um fim de toda coletividade, diferente da filantropia por não ser puramente altruísta, mas sim de profilaxia social, conforme relata Ibrahim<sup>5</sup>.

Sobre essa nova realidade, narra Ibrahim<sup>6</sup> que a adoção de novas formas de proteção familiar foi necessária, principalmente pela desagregação social, qual aviltava e ainda debilita a mais antiga forma de proteção social, vinda da família. Ainda, continua sua narrativa ao afirmar que dessas novas formas, como o auxílio voluntário, estes preencheram constantemente a lacuna da proteção familiar, sendo tão importantes hoje, como foi no passado, e além da assistência espontânea, a sociedade viu surgirem também os primeiros grupos de auxílio mútuo, igualmente os de origem livre, sem intervenção estatal, nos quais um conjunto de pessoas com interesse comum reunia-se, visando à cotização de valor certo para o resguardo de todos, caso houvesse algum infortúnio.

Dessa forma fica evidente que a primeira etapa da organização da proteção social surgiu da assistência pública, fundada na caridade, partindo da Igreja, sendo

---

<sup>4</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014. P.22

<sup>5</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>6</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

substituída em momento posterior pelas Instituições Públicas, onde seriam cobertas as situações de desemprego, doença e invalidez, e ainda pela caridade dos demais membros da comunidade, não havendo um direito ao auxílio, só criando uma mera expectativa, tornando necessária a destinação de recursos para essa finalidade.

Na concepção do que se narrou anteriormente, em Roma, Horvarth Junior<sup>7</sup> relata que existiram as associações denominadas *collegia* ou *sodalitia*, com destaque os *collegia tenuiorum*, que, mediante contribuições de seus associados, tinham por escopo assegurar à sepultura e as despesas dos funerais dos sócios, criando entre seus membros, uma solidariedade de interesses e necessidades. Ainda, na Idade Média, na Alemanha, encontramos as associações chamadas de *guiltras*, que tinham como finalidade conceder assistência a seus associados em caso de doença e prover as despesas funerais de seus membros.

Na obra de Passos<sup>8</sup> é destacado que a partir da idade média estes auxílios aos necessitados ultrapassaram os limites dos grupos primários, alcançando um papel institucional, na maior parte dos casos pela igreja, através de orfanatos, asilos e hospitais, mantidos por donativos dos mais abastados, ante a obrigação da caridade. Ainda de acordo com o autor, também surgiram tentativas de proteção comunitárias entre os próprios trabalhadores, como os grêmios, confrarias e associações.

Outro ponto que merece destaque nesse contexto da evolução da proteção social, foi à criação dos primeiros seguros marítimos, ainda que sua criação estivesse focada mais a proteção da carga, a ideia do seguro já surgia, conforme destaca Ibrahim<sup>9</sup>. Ainda no teor das palavras do autor, com o tempo, notou-se a assunção por parte do Estado, de alguma parcela de responsabilidade pela assistência dos desprovidos de renda até, finalmente, a criação de um sistema estatal securitário, coletivo e compulsório, onde se esgotava a prevalência de conceitos liberais, qual apenas trazia intervenção mínima do Estado em áreas fundamentais, como organização jurídica e segurança.

Podemos observar a evolução do conceito da proteção social ao longo das décadas, que se originou com uma preocupação do indivíduo em prestar auxílio aos seus semelhantes sem nenhum consenso prévio com a sociedade. A inserção da

---

<sup>7</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014. P.22

<sup>8</sup> PASSOS, F. L. dos. **Previdência social e sociedade pós-industrial**. Curitiba: Juruá, 2013. P. 44

<sup>9</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

participação do estado nesta seara surgiu quando na sociedade industrial, segundo Horvarth Junior<sup>10</sup> foi criado o seguro social em decorrência da revolução social, criando a figura do trabalhador assalariado, qual necessitava de proteção contra os riscos acidente do trabalho, doença, invalidez e morte, contudo, excluindo quem não exercia atividade laborativa.

No começo do século XVII, na Inglaterra, foi criada a Lei dos Pobres (*Poor Law Act*)<sup>11</sup>, a qual foi editada pela Rainha Isabel, sendo considerada a primeira lei que tratava acerca da assistência social. Esta lei encarregava as paróquias de desenvolver programas para alívio da miséria, quais se destinavam a dar proteção às crianças pobres, proporcionar trabalho aos desempregados e amparo aos idosos e inválidos, sendo os programas financiados por uma taxa obrigatória criada por essa Lei<sup>12</sup>.

Até o século XVIII não havia qualquer tipo de prestação social a nível mundial, pois não era atribuída ao estado essa obrigação de dar assistência aos desamparados. A única exceção era *Poor Law*, editada em 1601 na Inglaterra, qual constituía contribuição obrigatória para fins sociais, com intuito assistencial conforme narram Castro; Lazzari<sup>13</sup>.

No ano de 1662 foi implantado na Inglaterra o Decreto de Domicílio (*Act of settlement*), de maneira a impedir as paróquias de livrarem-se de seus pobres e obrigando estes mesmos a não mudarem de domicílio, para evitar que as paróquias mais organizadas no atendimento aos necessitados fossem invadidas por uma massa de indigentes profissionais. Contudo, em 1795 o Decreto de domicílio foi superado, já que restringia a mobilidade do indivíduo a sua comunidade natal e favorecia apenas os proprietários rurais com disponibilidade de trabalhadores locais, permitindo assim que estes buscassem melhores opções de trabalho fora de suas cidades, atendendo assim aos anseios industriais na visão de Passos<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014. P.22

<sup>11</sup> O “act for the relief of the poor”, de 1601, na Inglaterra constitui um marco jurídico da assistência social no mundo, enquanto as leis alemãs de seguro doença, seguro de acidentes do trabalho e de seguro de invalidez e velhice, respectivamente de 1883, 1884 e 1889 criam um modelo de seguro social de base profissionalista com fundamento nas idéias sustentadas pelo chanceler alemão Otto Von Bismarck.

<sup>12</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>13</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>14</sup> PASSOS, F. L. dos. **Previdência social e sociedade pós-industrial**. Curitiba: Juruá, 2013.

Segundo a obra de Horvarth Junior<sup>15</sup>, com a Revolução Francesa de 1789, surgiu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>16</sup>, adotada pela Assembleia Constituinte em 27 de agosto de 1789 e votada definitivamente em 2 de outubro de 1789, prevendo esta, um modelo de proteção social de caráter público e contributivo. Merece destaque que em 1789, com a primeira edição desta declaração, a proteção social caminhou para o plano de fundamento estatal e deu os primeiros indícios de contribuição social.

No mesmo sentido Castro e Lazzari<sup>17</sup> fortalecem o que afirma Horvarth Junior de que foi a primeira vez em que foi observada uma mudança na concepção da proteção ao indivíduo, trazido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, aparecendo o princípio da seguridade social como direito subjetivo assegurado a todos. Dessa forma, os autores apontam que por este viés, tal medida deve-se pelo chamado liberalismo político, influenciado por movimentos de trabalhadores, o que vai acarretar a deflagração da ideia de previdência social, pública, gerida pelo Estado, com participação de toda a sociedade.

No seguimento da Sociedade Industrial, com o avanço do progresso social, da mutabilidade humana e industrial, novos problemas surgiam e assim, novas medidas se viam necessárias a serem tomadas. Neste viés, tendo que nesta época as incertezas quanto às condições de trabalho se mostravam como as mais perversas novidades que incidiam diretamente na economia, Passos<sup>18</sup>, menciona que em 1795 foi implantado na Inglaterra, o *Speengamland Law*, diferente da *Poor Law*, visto que neste, o indivíduo recebia assistência mesmo quando empregado, se seu salário fosse inferior a renda familiar estabelecida pela tabela.

Este ato não trouxe resultado diferenciado da *Poor Law*, visto que, apesar da liberdade de locomoção, estas ajudas públicas, associadas ao baixo padrão salarial, desestimulavam qualquer esforço no sentido de buscar trabalho adequado<sup>19</sup>. Destaca ainda,

---

<sup>15</sup>HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014. P.24.

<sup>16</sup>A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (em francês: *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*) foi um documento culminante da Revolução Francesa, que definiu os direitos individuais e coletivos dos homens (tomada, teoricamente, a palavra na acepção de "seres humanos") como universais. Influenciada pela doutrina dos "direitos naturais", os direitos dos homens são tidos como universais: válidos e exigíveis a qualquer tempo e em qualquer lugar, pois permitem à própria natureza humana. Na imagem da Declaração, o "Olho da Providência" brilhando no topo representa uma homologação divina às normas ali presentes

<sup>17</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 07.

<sup>18</sup> PASSOS, F. L. dos. **Previdência social e sociedade pós-industrial**. Curitiba: Juruá, 2013. P.46.

<sup>19</sup> PASSOS, F. L. dos. **Previdência social e sociedade pós-industrial**. Curitiba: Juruá, 2013.

que em 1834 ocorreu a Reforma da Lei dos Pobres – *Poor Law Reform*, extinguindo esta forma de auxílio social, no intuito de desobstruir o caminho para a nova economia capitalista e efetivar um mercado de trabalho.

Na visão de Ibrahim<sup>20</sup>, com o tempo, a assunção por parte do Estado de responsabilidade pela assistência aos desprovidos de renda até a criação de um sistema estatal securitário, coletivo e compulsório, pode ser gradativamente notado. Esta rede de segurança estatal evolui conforme o conceito de Estado, diminuindo a prevalência de conceitos liberais do Estado, de intervenção mínima em áreas fundamentais e adotando conceitos mais intervencionistas, ou seja, trocando o Estado mínimo pelo de ‘tamanho certo’, conceitos estes sociais-democratas, responsáveis pela construção do *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar Social, qual visa justamente a atender outras demandas da sociedade, como a previdência social.

No âmbito dos fatores que teriam demarcado o caminho para o surgimento do Estado Contemporâneo, teve seu ponto de partida a Revolução Industrial e seus efeitos sobre a sociedade e a partir dela, em função do ideário liberal do Estado Moderno, fundado no individualismo e liberdade contratual, os problemas gerados pelo trabalho assalariado, concentração de renda e o anseio por uma ruptura com aquele modelo marcado pela exploração do trabalho sem salvaguarda de espécie alguma<sup>21</sup>.

A procura pela consolidação do “*Estado de tamanho certo*”, de modo a propiciar uma igualdade de oportunidade para todos, encontrava-se afastado do ideal comunista<sup>22</sup>, contudo, convém lembrar que estes conflitos de ideais foram necessários para a construção das ferramentas de proteção social. Seguindo o que menciona Passos<sup>23</sup>, a pressão exercida pelos ideais comunistas levou os liberais capitalistas a adotarem medidas políticas, econômicas e sociais a fim de aplacar os ânimos revolucionários e assegurar a manutenção da ordem implantada.

---

<sup>20</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. P. 02-03.

<sup>21</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>22</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015

<sup>23</sup> PASSOS, F. L. dos. **Previdência social e sociedade pós-industrial**. Curitiba: Juruá, 2013. P. 53.

Segundo leciona Castro e Lazzari<sup>24</sup> o intervencionismo estatal toma as feições definitivas no período que vai da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, ao período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, surgindo teorias econômicas aliadas a políticas estatais, como o *New Deal* que moldou o Estado Contemporâneo, sendo neste interregno, onde irá se cunhar a expressão Estado do Bem-Estar Social.

Dessa forma, podemos observar que a proteção social originou-se do consciente humano com seus semelhantes em tempos ainda remotos, e foi gradativamente evoluindo, passando a ser atribuição da igreja, e foi sendo ampliada e estruturada de modo a estar consolidada nos tempos atuais em textos legais, e ainda de acordo com o que narra Ibrahim no trecho mencionado em sua obra, deveria ser sempre dimensionada com os recursos disponíveis e claro, objetivando o bem maior, o bem estar-social de modo geral.

O conceito de proteção social foi evoluindo lentamente e de maneira constante até alcançar a realidade atual, contudo sendo sempre necessário verificar o contexto histórico para compreender os reais motivos para o desenvolvimento deste conceito, onde, salvo poucas exceções, a proteção de determinados grupos de indivíduos – como os trabalhadores, ocorreram, após reflexão na maneira negativa na economia dos males que os acometiam ou quando as perdas humanas eram de grande monta.

## 1.2. Evolução Histórica Mundial

A proteção social pode ser considerada como o ponto de partida para a criação da seguridade social como conhecemos hoje, sua rede de serviços abrange a assistência social, a saúde e a previdência social.

O primeiro sistema de seguro social surgiu na Prússia, atual Alemanha tendo caráter nitidamente político, e seu idealizador foi o chanceler – primeiro ministro, Otto Von Bismarck, desenvolvendo este sistema para ganhar a simpatia dos trabalhadores, os quais recebiam forte influência de ideais socialistas na época, conforme relata Horvarth Junior<sup>25</sup> em sua obra. Isto seria um reflexo das convulsões sociais retratadas por Castro e

---

<sup>24</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>25</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

Lazzari<sup>26</sup>, que mencionam ainda dois dos grandes influenciadores do que seria o idealismo e movimento socialista da época, como o jurista Lorenz Von Stein, pioneiro no “Estado Social”, o movimento comunista de Karl Marx e a teoria desenvolvida pelo economista Adolph Wagner, conhecida como a “Lei de Wagner”.

Ainda no que narra Horvarth Junior<sup>27</sup> o sistema de Bismarck foi implantado de modo gradual pelo Parlamento entre os anos de 1883 a 1911, quando neste ano as leis de proteção social foram compiladas com o surgimento do Código de Seguro Social alemão. Esta obra de Otto Von Bismarck envolvia seguro-doença, seguro de acidentes do trabalho, seguro de invalidez e proteção à velhice, mediante contribuição do Estado, dos empregados e dos empregadores, iniciando-se aí a tríplice forma de custeio, em prática até hoje<sup>28</sup>.

O Código de Seguro Alemão, lei compilada em 1911, instituía o mencionado caráter contributivo obrigatório, elaborando assim, o sistema de repartição tríplice citado, compondo o modelo de Bismarck, almejando o equilíbrio financeiro do sistema<sup>29</sup>. Ainda acerca deste modelo de Bismarck, era obrigatória a filiação às sociedades seguradoras ou entidades de socorros mútuos por parte de todos os trabalhadores que recebessem até 2.000 (dois mil) marcos anuais – moeda da época<sup>30</sup>.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>31</sup> foi criada em 1919, sendo esta dotada de característica de órgão internacional, do tipo geral especializada, ou seja, tinha por finalidade atuar no âmbito de todos os países em sentido geral, fixando princípios programáticos ou regras imperativas de determinado ramo do conhecimento humano<sup>32</sup>.

Em 1929 ocorreu a crise da bolsa de valores de Nova York, conhecida como a grande depressão econômica, momento em que o presidente Franklin Roosevelt adotou novas políticas sociais com a finalidade de superá-la, inspirando então a doutrina

---

<sup>26</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 09-10.

<sup>27</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014. P. 24.

<sup>28</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>29</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>30</sup> MARTINS, S. P.; MORAES, A. (Coord.). **Direito da seguridade social**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

<sup>31</sup> A OIT, criada em 28 de junho de 1919, como parte do Tratado de Versalhes, tinha como objetivo recompor as relações diplomáticas e reorganizar as atividades produtivas diante das destruições ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial, tornando-se uma agência especializada com a criação da ONU em 1945.

<sup>32</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.



do *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar Social, conhecidas como *New Deal*. Esta nova política adotada consistia numa série de medidas nas áreas de saúde, assistência e previdência social, sobretudo no combate ao desemprego, tendo com uma das medidas tomadas, o *Social Security Act*<sup>33</sup>. O *Social Security Act*<sup>34</sup> ajudava os idosos a estimular o consumo, instituindo também o auxílio-desemprego para trabalhadores que temporariamente ficassem desempregados<sup>35</sup>.

Essas medidas representaram uma mudança significativa, já que até esta época, os planos de seguro social, em regra, obedeciam ao sistema chamado *bismarckiano*, ou de capitalização, ou seja, somente contribuíam os empregadores e os próprios trabalhadores empregados, numa poupança compulsória, abrangendo a proteção apenas destes contribuintes<sup>36</sup>. Embora o seguro social fosse imposto pelo Estado, faltava ainda à noção de solidariedade social, visto não haver a participação de todos os indivíduos, finalizam os autores.

Em 1942 foi instituído na Inglaterra o plano Beveridge<sup>37</sup>, sendo criado pelo Lord Beveridge, prevendo uma proteção ao cidadão do berço ao túmulo, sendo um passo importante na consolidação dos sistemas de seguridade social, isto porque, o plano não visava atender apenas os trabalhadores, mas toda a sociedade, avançando ainda mais na ideia de universalização da seguridade social<sup>38</sup>. Manteve-se a tríplice forma de custeio, demonstrando assim sua preocupação com o equilíbrio atuarial do sistema e dando possibilidades de vida longa aos planos recém-nascidos.

Então, a partir de 1944, revendo todas as experiências até então praticadas pelos Estados que tinham adotado regimes de previdência, foi criado um sistema que abrangesse a todos e com participação compulsória de toda a população, tendo a noção

<sup>33</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>34</sup> O *social security act* editado nos Estados Unidos em 1935 já reflete um esboço da idéia de seguridade social, posteriormente desenvolvido pelo Relatório Beveridge, editado na Inglaterra em 1942, para inspirar diversas mudanças legislativas naquele país.

<sup>35</sup> MARTINS, S. P.; MORAES, A. (Coord.). **Direito da seguridade social**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

<sup>36</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>37</sup> O Plano Beveridge foi elaborado em 1942, durante a Segunda Guerra mundial, visando libertar o homem da necessidade. Propôs que todas as pessoas em idade de trabalhar deveriam pagar uma contribuição semanal ao Estado. Esse dinheiro seria posteriormente usado como subsídio para doentes, desempregados, reformados e viúvas. Os subsídios deveriam então tornar-se um direito dos cidadãos, em troca de contribuições, em vez de pensões dadas pelo Estado. Segundo Beveridge, este sistema permitiria um nível de vida mínimo, abaixo do qual ninguém deveria viver. Beveridge seguiu o modelo do "seguro doença" do alemão Otto von Bismarck (1883), seguro este que passou a ser uma contribuição obrigatória, feita por todos os trabalhadores, com o objetivo de financiar os cuidados de saúde.

<sup>38</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

de que a seguridade social é o desenvolvimento harmônico dos economicamente debilitados, de modo definitivo, o Plano Beveridge. Assim, nasce o regime *beveridgeano*, ou de repartição, onde a sociedade num todo contribui para um fundo previdenciário, do qual são retiradas as prestações para aqueles que venham a se enquadrar nos eventos previstos na legislação de amparo social<sup>39</sup>.

Com efeito, o conceito de seguridade social passa a se estratificar mais efetivamente no âmbito do direito internacional a partir de sua inserção na Declaração de Philadelphia em 1944<sup>40</sup>, onde foi reconhecido o papel da OIT no fomento à extensão de medidas de seguridade social para prover renda básica e cuidados médicos abrangentes para todos, dever incorporado à própria norma constitucional da entidade.

Também no ano de 1944 a Recomendação n.º 67 da OIT sobre segurança de renda previa que o seguro social deveria oferecer proteção em situações de contingência para todos os empregados e autônomos juntamente com seus dependentes. No mesmo sentido, a Recomendação n.º 69 da OIT sobre cuidados médicos prevê acesso a tais cuidados por todos os membros da comunidade, estejam ou não engajados em ocupação remunerada.

Com o término da Segunda Guerra mundial, ou seja, após 1945 (a Segunda Guerra Mundial foi entre os anos de 1939 a 1945) merecem destaque as palavras de Ibrahim<sup>41</sup>:

***“[...] surgiu uma tendência universalizadora do seguro social, com base nas premissas teóricas do Plano Beveridge, devido a elevada taxa de natalidade e crescimento econômico, gerando uma espécie de euforia protetora, com uma universalização da clientela, sem maiores distinções em razão das atividades econômicas, privilegiando a solidariedade, característica chave do Beveridgeanismo”.***

<sup>39</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>40</sup> A Declaração de Filadélfia foi uma declaração que tinha como proposta reafirmar os objetivos tradicionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ramificou-se em duas novas direções: a centralidade dos direitos humanos à política social e a necessidade de planejamento econômico internacional. A declaração foi aprovada na 26ª Conferência da OIT, em Filadélfia, nos Estados Unidos.

<sup>41</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. P. 51.

E continua o autor<sup>42</sup> afirmando que o financiamento do plano distancia-se da capitalização, com a repartição simples, enfraquecendo o aspecto atuarial do sistema protetivo, visto que no sistema de Beveridge, as prestações pagas pelo sistema são desvinculadas da real remuneração do trabalhador, ao contrário do sistema de Bismarck, onde a prestação era relacionada à cotização.

Outro ponto que merece destaque foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>43</sup>, assinada em Paris no ano de 1948, onde foi estabelecido que todos como membros da sociedade, têm direito à seguridade social, mencionando especificamente eventos de doença, deficiência física, viuvez, idade avançada, desemprego, necessidade de assistência familiar (arts. 22 e 25). Também a Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais<sup>44</sup>, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966 reconhece o direito de todos à seguridade social, inclusive seguro social, bem como a adequadas condições de vida (arts. 9º e 11).

O processo de estratificação de um Direito à Seguridade Social no plano internacional desagua na edição da Convenção n.º 102 da OIT, concebida para ser o padrão mínimo de seguridade social a ser observado por todos os ordenamentos jurídicos no mundo e já ratificada, por diversos Estados.

A referida Convenção adota uma visão generalizada e igualitária da proteção social, não mais compartimentando medidas de proteção em relação a categorias de segurados, bem como propugna a inclusão de um percentual mínimo da população na rede estatal protetiva. Desde então, vem sendo adaptados os instrumentos normativos da OIT a essa nova visão, a qual implica, por exemplo, a igualdade de tratamento entre os setores urbano e rural.

A partir desses instrumentos jurídicos internacionais podemos observar a obrigação dos Estados subscritores em promover medidas de seguridade social, embora ainda num modesto patamar mínimo, estabelecido como forma de não desestimular

---

<sup>42</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>43</sup>A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Foi esboçada principalmente pelo canadense John Peters Humphrey, contando também, com a ajuda de várias pessoas de todo o mundo.

<sup>44</sup>O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) é um tratado multilateral adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e em vigor desde 3 de janeiro de 1976. O acordo diz que seus membros devem trabalhar para a concessão de direitos econômicos, sociais e culturais (DESC) para pessoas físicas, incluindo os direitos de trabalho e o direito à saúde, além do direito à educação e a um padrão de vida adequado.

adesões pelos Estados com menores níveis de proteção social. Também se extrai desses instrumentos o consenso em torno da necessidade de gradativa ampliação de tais níveis de proteção, em busca de um ainda não definido padrão ideal máximo de proteção.

Enfim, embora se reconheça a existência de um direito genérico à seguridade social reconhecido no plano jurídico internacional por vários Estados, o maior problema para sua efetivação reside justamente no grau de concretude assumido por tal direito em cada ordenamento jurídico nacional, tema em relação ao qual a OIT tem dado ênfase à necessidade de cooperação técnica internacional para implantação de sistemas de seguridade nos países que se encontram em estágio mais atrasado de desenvolvimento nesse particular.

No âmbito da União Europeia, que se trata da iniciativa mais bem sucedida de integração entre países no mundo atual, o grau de concretude do direito à seguridade social revela-se sensivelmente elevado, mesmo porque o Código Europeu de Seguridade Social foi elaborado já sob a influência da Convenção n.º 102, sendo que também estão sendo idealizados atualmente outros instrumentos regionais aplicáveis à realidade da África e América Latina.

### 1.3. Evolução Histórica no Brasil

No Brasil a origem da proteção social seguiu a mesma dinâmica do plano internacional, ou seja, origem privada e voluntária, com a formação dos primeiros planos mutualistas e a intervenção do estado crescendo cada vez mais<sup>45</sup>.

A previdência privada teve origem no Brasil em 1543, quando Braz Cubas criou um plano de pensão para os empregados da Santa Casa de Misericórdia de Santos<sup>46</sup>. Na obra de Horvarth Junior<sup>47</sup>, o mesmo destaca que a pensão criada abrangia também os empregados das Ordens Terceiras e outras que mantinham hospitais, asilos, orfanatos e casas de amparo a seus associados e também para os desvalidos.

No ano de 1793, o Príncipe D. João VI aprovou, em 23 de setembro, o Plano dos Oficiais da Marinha, que vigorou por mais de cem anos, assegurando o

---

<sup>45</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. P. 54

<sup>46</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>47</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014. P. 27.

pagamento de pensão de meio do soldo às viúvas e filhas dos oficiais falecidos, sendo custeada mediante o desconto de um dia de vencimento, qual passava a confundir-se com a Fazenda Real<sup>48</sup>. Segundo Ibrahim<sup>49</sup>, a real data da criação do Plano de Benefícios dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha, foi no ano de 1795, sendo também corroborada esta data na obra de Castro e Lazzari<sup>50</sup>.

Com a promulgação da Constituição Imperial, em 1824, a qual assegurava socorros públicos, assistência à população carente, entretanto, esta previsão constitucional mostrou-se apenas teórica, não tendo sido aplicada de fato na prática, servindo apenas no plano filosófico para remediar a miséria criada pelo dogma da liberdade e igualdade presente na época<sup>51</sup>. O primeiro texto em matéria de previdência social no Brasil foi expedido em 1821, pelo ainda Príncipe Regente, Dom Pedro de Alcântara, o qual tratava de um Decreto de 1º de outubro daquele mesmo ano, concedendo aposentadoria aos mestres e professores após 30 anos de serviço, sendo assegurado um abono de ¼ (um quarto) dos ganhos aos que continuassem em atividade<sup>52</sup>.

Em 1835, foi fundado o Montepio Geral dos Servidores do Estado, conhecido como MONGERAL, sendo esta a primeira entidade privada organizada de previdência do país, embora sua primeira manifestação tenha sido ainda em 1543, contudo, o MONGERAL contemplava agora modernos institutos de previdência privada<sup>53</sup>. A criação deste montepio advém ainda do movimento mutualista anterior à lei alemã, tendo esses o ingresso franqueado a qualquer pessoa e sem fins lucrativos, em nada se confundindo com as companhias de seguro, as quais tiveram uma atuação posterior no ramo previdenciário, visando o lucro<sup>54</sup>.

No ano de 1888 tivemos o Decreto n.º 9.912-A, de 26 de março, o qual dispôs sobre a concessão de aposentadoria aos empregados dos correios, fixando em trinta anos de serviço e idade mínima de 60 anos aos requisitos para tal. Logo após, em 1890,

---

<sup>48</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>49</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. P. 54.

<sup>50</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 38.

<sup>51</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>52</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>53</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>54</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

tivemos o Decreto n.º 221, de 26 de fevereiro, instituindo a aposentadoria para os empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, posteriormente estendida aos demais ferroviários do Estado pelo Decreto n.º 565, de 12 de julho do mesmo ano<sup>55</sup>. Ainda nesse ano, foi criada a Lei n.º 3.397, dando origem a uma Caixa de Socorros em cada uma das Estradas de Ferro do Império, além de tratar das despesas gerais da Monarquia para o exercício subsequente<sup>56</sup>.

No seguimento do processo de evolução da proteção social no Brasil, em 1891 foi promulgada a primeira Constituição brasileira que continha a expressão “aposentadoria”, sendo concedida a funcionários públicos em caso de invalidez, contudo, os demais trabalhadores não possuíam qualquer proteção<sup>57</sup>. De fato ainda muito precária em proteção a sociedade em geral, mas em inegável avanço, assim, consolidou no art. 75 da referida Carta Magna, a aposentadoria por invalidez aos servidores públicos<sup>58</sup>.

Em 20 de junho de 1889, tivemos a edição do Decreto n.º 10.269, com a criação do Fundo Especial de Pensões para os trabalhadores das oficinas da Imprensa Régia, custeada através de um dia de vencimento dos operários, após 30 anos de serviço, tendo direito a uma renda mensal equivalente a 2/3 dos vencimentos médios da função exercida por prazo superior a 24 meses<sup>59</sup>. Ainda, Ibrahim menciona que no ano de 1890, teve a criação do Montepio obrigatório dos empregados do Ministério da Fazenda por meio do Decreto n.º 942-A, de 31 de outubro do referido ano.

Por conseguinte, após a promulgação da Constituição de 1891, devido a forte influência dos militares, no ano seguinte instituiu-se para os operários do Arsenal da Marinha, a aposentadoria por idade ou invalidez, além da pensão por morte, elencada no Decreto n.º 127, de 29 de novembro de 1892, sendo que este movimento resultou na criação do Seguro de Acidentes de Trabalho no futuro, mais precisamente no ano de 1919<sup>60</sup>. Para Castro e Lazzari<sup>61</sup>, acerca dessas aposentadorias, os autores mencionam que

---

<sup>55</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>56</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>57</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>58</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>59</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>60</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>61</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 39.

não poderiam ser consideradas como pertencentes a um regime previdenciário contributivo, pois os beneficiários não contribuía durante o período de atividade, sendo concedidas de certa forma, de forma graciosa pelo Estado. Ou seja, nem se falava em previdência social no Brasil.

Em 1919 através do Decreto Legislativo n.º 3.724/19, foi criado o seguro de acidente de trabalho no Brasil, sendo esta incumbência do empregador, devendo este custear a indenização dos seus empregados, o operário ou suas famílias, em caso de acidentes de trabalho<sup>62</sup>. Narra ainda, que isto ocorria apenas nos casos de força maior ou dolo da própria vítima ou de estranhos, tendo uma sistemática precária, pois não assegurava o pagamento de quantias mensais, mas sim um valor único que oscilava conforme o resultado do evento, tanto pela incapacidade quanto a morte. Destacam Castro e Lazzari<sup>63</sup>, que antes deste decreto legislativo, o trabalhador acidentado tinha apenas como norma a lhe proteger, o art. 159 do antigo Código Civil, vigente a partir de 1917, e antes ainda, as normas das Ordenações Filipinas.

No ano de 1922 foi criada a caixa de Pensões dos Empregados jornalheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo o modelo dos Operários da Imprensa Nacional, apenas com benefícios distintos, equivalendo as pensões a 50% das aposentadorias que teriam direito os contribuintes<sup>64</sup>.

Em termos de legislação brasileira, podemos destacar como marco inicial da Previdência Social no Brasil, a publicação do Decreto Legislativo n.º 4.682, de 24 de janeiro de 1923, mais conhecido como Lei Eloy Chaves, criando as Caixas de Aposentadoria e Pensões nas empresas de estradas de ferro existentes, mediante contribuições dos trabalhadores, das empresas do ramo e do Estado – ou seja, forma triplice de custeio, assegurando aposentadoria aos trabalhadores e pensão a seus dependentes em caso de morte do segurado, além de assistência médica e diminuição do

---

<sup>62</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>63</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 39.

<sup>64</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

custo de medicamentos<sup>65</sup>. A Lei Eloy Chaves encontra suas origens mais remotas na Lei n.º 10.650 de 14 de maio de 1919, que instituía o seguro social na Argentina<sup>66</sup>.

Em 1923 ocorreu a publicação do Decreto n.º 16.037, criando o Conselho Nacional do Trabalho, com atribuições de decidir sobre questões relativas à Previdência Social, aproximando o Direito do Trabalho com o Direito Previdenciário em ascensão, sendo rompida apenas com a Constituição de 1988, adiantando que o Ministério da Previdência Social só foi apartado do Ministério do Trabalho em 1992<sup>67</sup>. A Lei Eloy Chaves foi ampliada pelo Decreto Legislativo n.º 5.109/26, estendendo os benefícios das Caixas às empresas de navegação marítima e fluvial, e às de exploração de portos. Insuficiente modificação, em outubro de 1931, o Decreto Lei n.º 20.465 estendeu a todas as classes de empregados em serviço público a proteção previdenciária, assegurando ainda a estabilidade de emprego desde que contasse com mais de dez anos de serviço<sup>68</sup>.

Com relação à Lei Eloy Chaves, Castro e Lazzari<sup>69</sup> afirmam que esta se baseava no modelo alemão de 1883, visto pelas suas três características fundamentais, como a obrigatoriedade de participação dos trabalhadores no sistema, a contribuição para o sistema devida pelo trabalhador, empregador e pelo Estado, este sendo responsável pela regulamentação e supervisão do sistema e, por fim, um rol de prestações definidas em lei, a fim de proteger o trabalhador em diversas situações.

Em 1930 tem-se o Decreto n.º 19.554, o qual suspendeu por prazo indeterminado a concessão de aposentadorias ordinárias até advento de nova legislação que corrigisse as falhas apresentadas pela criação desregrada de caixas de pensões e no ano de 1931, o Presidente Getúlio Vargas, estabeleceu através do Decreto n.º 120.465/1931, com força de lei, que as caixas de aposentadoria e pensões fossem agrupadas em institutos profissionais, dando início à proteção previdenciária por categorias<sup>70</sup>.

Segundo Horvarth Junior<sup>71</sup> o espaço temporal entre os anos de 1930 a 1940 foi de modificação das caixas de pensões em Institutos de Aposentadoria e Pensões –

---

<sup>65</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>66</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>67</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>68</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>69</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 40.

<sup>70</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>71</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014. P. 30.



IAP, as quais tinham forma jurídica de autarquia federal e função de efetivar o controle financeiro, administrativo e diretivo. Tal fato deve-se pela primeira crise do sistema previdenciário, em face de inúmeras fraudes e denúncias de corrupção, forçando o governo Vargas a suspender pelo prazo de seis meses a concessão de qualquer aposentadoria (Decreto n.º 19.540/30), requerendo revisão geral nos benefícios até ali concedidos<sup>72</sup>.

Para Ibrahim<sup>73</sup> a unificação das caixas em institutos ampliou a intervenção estatal na área, como os institutos possuíam natureza autárquica e seriam subordinados diretamente a União, consolidava-se assim o controle público.

A primeira instituição brasileira de previdências social de âmbito nacional, com base na atividade econômica, foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, criada em 1933, sendo seguida pela criação dos Comerciais ainda no mesmo ano, a dos Bancários em 1934, Industriários em 1936, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e IAP dos Empregados em Transportes e Cargas em 1938<sup>74</sup>.

A Constituição Federal de 1934 introduziu novas regras em termos de proteção social, prevendo direitos trabalhistas e previdenciários, fazendo menção expressa aos direitos previdenciários no art. 121, § 1º, alínea “h”, do seu texto legal, tendo custeio tripartite, já mencionado anteriormente<sup>75</sup>. Por sua vez, a Constituição de 1937 não trouxe evoluções na matéria, apenas tendo por particularidade, a utilização pela primeira vez da expressão “seguro social”<sup>76</sup>.

O Decreto-Lei de n.º 7.835/45 estabeleceu que as aposentadorias e pensões não poderiam ser inferiores a 70% e 35% do salário-mínimo nacional vigente<sup>77</sup>, fixando um limite mínimo para o pagamento do benefício. Na visão de Castro e Lazzari<sup>78</sup> a Constituição de 1946 previu normas sobre previdência que versava sobre Direitos Sociais, obrigando o empregador a manter seguro de acidentes de trabalho, sendo esta, então,

---

<sup>72</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>73</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. P. 57.

<sup>74</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015

<sup>75</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>76</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>77</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>78</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015 P. 42.

considerada a primeira tentativa de sistematização constitucional de normas de âmbito social.

Destacamos que a nova Constituição substituiu a expressão “seguro social” por “previdência social”, avançando na organização do sistema, mantendo ainda, a tríplice contribuição. Ademais, no ano de 1939 foi reorganizado o Conselho Nacional do Trabalho, momento em que foi então criado a Câmara e o Departamento de Previdência Social. Em sequência, destaca o autor que no ano de 1943 foi publicado o Decreto n.º 5.452, o qual aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, elaborou também, o primeiro projeto de Consolidação das Leis da Previdência Social<sup>79</sup>.

Em 1960, foi criado o Ministério do Trabalho e Previdência Social e promulgada também, a Lei n.º 3.807, denominada de Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS, cujo projeto tramitou por 13 anos, desde 1947<sup>80</sup>. Este diploma não unificou os organismos existentes como afirma, mas sim, criou normas uniformes para o amparo a segurados e dependentes dos vários Institutos existentes, tendo sido efetivamente colocado em prática, estabelecendo-se um único plano de benefícios. Convém ressaltar que os trabalhadores rurais e domésticos continuavam excluídos da previdência<sup>81</sup>.

No ano de 1963, houve a criação do salário-família, destinado aos segurados que tivessem filhos menores, visando à manutenção destes, por meio da Lei n.º 4.296, tendo sido criado neste mesmo ano, o décimo terceiro salário e, pela Lei n.º 4.281, o abono anual, até hoje existente<sup>82</sup>. Neste diapasão, Vianna<sup>83</sup>, relata que ainda no ano de 1963, criou-se o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), por meio da Lei n.º 4.214.

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões foram unificados pelo Decreto-Lei n.º 72 de 21 de novembro de 1966, qual criou o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social<sup>84</sup>. A consolidação estatal em uma única entidade era necessária, pois a manutenção de vários institutos gerava elevados gastos, sendo redundante pelo fato de

---

<sup>79</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>80</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>81</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 13.

<sup>82</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 43.

<sup>83</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 13.

<sup>84</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

exercerem a mesma atividade, além de que alguns trabalhadores mudavam de categoria, exercendo nova atividade, gerando desgaste, quando não, prejuízos financeiros<sup>85</sup>.

Podemos destacar que a Constituição de 1967 trouxe a redução no tempo de serviço da mulher para trinta anos, quando da aposentadoria integral, inserindo como proteção social constitucionalizada o salário-família e prevendo ainda, a criação do seguro-desemprego<sup>86</sup>. Ainda nesse mesmo ano, foi incorporado o Seguro de Acidentes de Trabalho – SAT, à Previdência Social pela Lei n.º 5.136, deixando então de ser realizado por instituições privadas, passando a ser feito com exclusividade por meio de contribuições vertidas ao caixa único do regime geral previdenciário<sup>87</sup>.

Segundo narra Ibrahim<sup>88</sup> a Constituição Federal de 1967 foi a primeira a prever o seguro-desemprego, sem outras maiores alterações no regramento previdenciário. Destaca ainda o autor, que as alterações legislativas de 1969 também não trouxeram alterações às previsões previdenciárias do texto constitucional.

No ano de 1971, através da Lei Complementar n.º 11, foi instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, com natureza assistencial, cujo principal benefício era a aposentadoria por idade após 65 anos de idade, equivalente a 50% do salário mínimo de maior valor no país<sup>89</sup>. A Lei n.º 5.859/72 trouxe uma inovação, ao incluir os empregados domésticos como segurados obrigatórios, assim, a Previdência Social brasileira passou a abranger dois imensos contingentes de indivíduos que, embora exercessem atividade laboral, ficavam dependentes do sistema<sup>90</sup>.

Em 1974 ocorreu a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, desmembrado do Ministério do Trabalho e Previdência Social, pela Lei n.º 6.036, e a Lei n.º 6.125 autorizando o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, em funcionamento até os dias de hoje<sup>91</sup>. Já

---

<sup>85</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>86</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>87</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>88</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. P. 59

<sup>89</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>90</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>91</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

em 1977, foi promulgada a Lei n.º 6.439, instituindo o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência Social, buscando a reorganização da Previdência Social, agregando as entidades como o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica – INAMPS, DATAPREV, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA, Instituto de Administração Financeira da Previdência Social – IAPAS e Central de Medicamentos – CEME<sup>92</sup>.

Neste sentido a obra de Vianna<sup>93</sup> menciona que neste mesmo ano de 1974 foi publicada a Lei n.º 6.179, a qual instituiu o amparo previdenciário para maiores de 70 anos ou inválidos, sendo este amparo conhecido como a renda mensal vitalícia.

O SINPAS – Sistema Nacional de Previdência Social teve como atribuições a concessão e manutenção de benefícios e prestação de serviços, custeio de atividade e programas e gestão administrativa, financeira e patrimonial<sup>94</sup>. Foi possível ainda observar certa confusão entre os conceitos de previdência social, assistência social e saúde pública, quando da criação do SINPAS, pois houve uma paliação do sentido de previdência social, abarcando também a assistência social<sup>95</sup>.

A referida lei criou o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência e Social – INAMPS e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, ambos integrados à estrutura do SINPAS. Neste sentido, o autor discorre que à época da criação da SINPAS, a legislação previdenciária vigente era a LOPS, sendo que era difícil tratar a matéria previdenciária devido à existência de diversos diplomas legais, assim, o art. 6º da Lei n.º 6.243/75 determinou ao Poder Executivo a expedição, por decreto, de Consolidação das Leis da Previdência Social – CLPS, refeita anualmente, sem alteração substantiva da matéria legal<sup>96</sup>.

Deste modo extrai-se da obra de Ibrahim<sup>97</sup> que o Executivo foi encarregado de reunir as legislações previdenciárias por meio de decreto, em um mesmo corpo legislativo, o que seria algo próximo à criação de um Código Previdenciário. Assim,

<sup>92</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>93</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 13.

<sup>94</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

<sup>95</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

<sup>96</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>97</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. P. 61

de acordo com o autor, pelo Decreto n.º 77.077, de 24 de janeiro de 1976, foi feita a primeira CLPS que não sofreu revisões anuais, posteriormente, uma nova foi publicada por meio do Decreto n.º 89.312/84, deixando esta última de ser aplicada apenas com o advento da Lei n.º 8.213, em 1991.

Ainda no ano de 1991, foi também publicada a Lei n.º 8.212, a qual por sua vez dispunha acerca da organização da Seguridade Social Brasileira e instituiu o Plano de Custeio<sup>98</sup>. No ano seguinte, em 1992, ocorreu a criação do Ministério da Previdência Social por intermédio da Lei n.º 8.422 e da Lei n.º 8.540 que dispôs sobre a contribuição do empregador rural para a Seguridade Social.

Em 1995, através da Medida Provisória n.º 813/95 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, sendo que em 1993, foi publicada a Lei n.º 8.742, a qual dispôs sobre a organização da Assistência Social, também conhecida como LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Não obstante, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tratou pela primeira vez, da Seguridade Social, entendida esta como um conjunto de ações nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social<sup>99</sup>, sendo ela evidente marca do Estado de bem-estar social criado pelo constituinte de 1988.

Na obra de Castro e Lazzari<sup>100</sup> os autores acrescentam que no final do ano legislativo de 1998, foi promulgada a proposta da Emenda Constitucional n.º 20, de iniciativa do Presidente da República, a qual tramitava desde 1995.

Na data subsequente à promulgação da referida Emenda Constitucional n.º 20 de 1998 foi criada a idade mínima para o ingresso na condição de trabalhador e então, segurado, da Previdência, passando a ser 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Ademais, aos segurados menores de 16 anos já filiados ao Regime Geral de Previdência Social até essa data, são assegurados todos os direitos previdenciários, com base no Decreto n.º 3.048/99.

Atualmente, o Regulamento da Previdência Social corresponde ao Decreto n.º 3.048/99, que regulamenta as disposições relativas ao custeio da seguridade e aos benefícios da previdência social, bem como, com suas alterações subsequentes<sup>101</sup>.

---

<sup>98</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>99</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>100</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 49.

Convém citar que em momentos posteriores ao da promulgação da Constituição de 1988, conforme elenca Vianna<sup>102</sup> outras alterações legislativas ocorreram no regime previdenciário, como a Lei n.º 10.421/02, estendendo à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei n.º 8213/91, bem como, a Lei n.º 10.683 de 2003 que criou o Ministério da Assistência Social, removendo esta atividade do Ministério da Previdência Social. Ainda, no ano de 2005, veio a Lei n.º 11.098 que criou a Secretaria da Receita Previdenciária no Âmbito do Ministério da Previdência Social.

Para os servidores públicos, a Constituição unificou as duas categorias que existiam no Brasil desde 1964. Determinou que todos os servidores deviam fazer parte de um único regime, o Regime Jurídico Único (RJU), que garantiu estabilidade no trabalho, benefícios previdenciários iguais ao último salário e correção destes benefícios pelo valor da correção dos salários dos servidores ativos.

Outro destaque foi à criação em 1990 do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, autarquia que substituiu o INPS e o IAPAS nas funções de arrecadação, bem como pagamento de benefícios e prestação de serviços aos segurados e dependentes do RGPS. A arrecadação, fiscalização, cobrança de contribuições, aplicação de penalidades e regulamentação da matéria direcionada ao custeio da Seguridade Social mencionadas por Castro e Lazzari<sup>103</sup> foram transferidas para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão do Ministério da Fazenda, oriunda da fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, por meio da Lei n.º 11.457/07<sup>104</sup>.

Em 1999 foi publicada a Lei de n.º 9.876, fixando novas regras para o cálculo da aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, sem levar em consideração uma idade mínima para o segurado, onde foi adotada uma forma de cálculo que levaria em consideração a idade do segurado, o tempo de contribuição deste e a expectativa de sobrevida da população brasileira, sendo este cálculo chamado de “fator previdenciário”. Segundo a lição de Castro e Lazzari<sup>105</sup> merece destaque outra inovação

---

<sup>101</sup> IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

<sup>102</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 15.

<sup>103</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 47.

<sup>104</sup> VIANNA, J. E. G. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 15.

<sup>105</sup> CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 53.

apresentada por esta mesma lei citada, que foi a nova forma de cálculo dos benefícios de prestação continuada sendo apurados com base na noção de salário benefício (aposentadorias, pensões, auxílios-doença, e auxílios-acidente).

Em 2003, uma nova emenda à Constituição (EC n.º 41) igualou o RGPS ao RPPS, reconhecendo que não existem motivos, sejam eles de ordem técnica, política ou jurídica, para a diferenciação dos regimes. Esta igualdade, porém, só se concretizou em 2013. A Lei n.º 12.618, de 30 de abril de 2012, instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, exigido pela EC n.º 41/2003, quando foi instituído o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos (Funpresp). Foi estipulado um teto para valores de benefícios de aposentadorias e pensões, condicionado à criação de entidade de previdência complementar para servidores públicos, cuja entrada em funcionamento ocorreu somente após a aprovação do seu regulamento pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 31 de janeiro de 2013.

Em 2008 a Lei Complementar n.º 128/2008 revogou, dentre outros, os artigos 45 e 46 da Lei n.º 8.212/91 e em 2008, a Lei n.º 11.770 instituiu o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por 60 (sessenta) dias a duração da licença maternidade. Neste mesmo ano, foi promulgada a Lei n.º 11.718, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, além de estabelecer normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e alterando as Leis n.º 8.212/91 e 8.213/91.

Dentre as demais doutrinas aqui mencionadas, merece destaque a obra de Horvarth Junior<sup>106</sup> onde foram elencadas as legislações posteriores a 2007, tais como:

*[...] o Decreto n.º 6.727/2008, a Lei n.º 12.023/09, a Lei n.º 12.190/10, a importante Lei de n.º 12.435/11 que alterou a LOAS, já citada previamente, dando nova redação a alguns artigos, bem como elencou as Leis de n.º 12.440/11, 12.618/12 (instituiu o regime de previdência complementar aos servidores públicos federais de cargo efetivo) e a Lei n.º 12.692/12 (alterou os arts. 32 e 80 da Lei n.º 8.212/91). Além destas, o autor menciona o que descreveu a Emenda Constitucional de n.º 72/2013, alterando o art. 7º da*

---

<sup>106</sup> HORVARTH JR., M. **Direito previdenciário**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2014. P. 54-62.

*Constituição Federal assegurando aos domésticos os direitos elencados em alguns dos incisos do referido artigo, bem como sua integração à previdência social, além de lembrar da Lei Complementar n.º 142/2013, a qual regulamentou o § 1º do art. 201 da CF/88, no que tange a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS [...].*

Em 30 de dezembro de 2014, foi criada a Lei n.º 13.135, de 17 de junho de 2015, que reestruturou as regras de pensão do RGPS, mas algumas medidas também foram estendidas para regimes próprios. Até então não se exigia um tempo mínimo de contribuição do segurado, nem duração da união e idade mínima para os cônjuges. O benefício era vitalício para cônjuges e filhos incapazes, e o seu valor era equivalente ao benefício do segurado. A primeira mudança foi à introdução de uma carência de dezoito meses de contribuição, que foi estendida também aos servidores públicos da União. No entanto, foi criado um pagamento de quatro meses de benefício para segurados que não tivessem alcançado esse número mínimo de contribuições.

A Lei n.º 13.135/2015 também introduziu uma duração mínima de casamento ou união estável para o direito à pensão por morte tanto para os trabalhadores do setor privado quanto do público. O direito à pensão passou a depender de uma duração mínima de dois anos para a união. Também foi garantido o pagamento de quatro meses de benefício para segurados que não cumprissem o tempo mínimo de união estável. Em ambos os casos, quando o casal tiver filhos menores de 21 anos, haverá a concessão de pensão e proteção para estes. Uma exceção foi estabelecida para as pensões por morte geradas por acidentes posteriores ao casamento ou no início da união estável, bem como no caso do cônjuge ser considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade remunerada que lhe garanta a subsistência. No Brasil, antes da MP n.º 664/2014, a pensão por morte era vitalícia, independentemente da idade do cônjuge, da sua capacidade laborativa, do nível de renda familiar e de se ter ou não filhos.

Outra mudança estabelecida na Lei n.º 13.135/2015 diz respeito à duração do benefício de pensão em função da idade do pensionista na data de óbito do segurado. A duração deste benefício passou a ser determinada pela idade do cônjuge; quanto menor a idade, menor a duração do benefício. Para cônjuges com idade igual ou superior a 44 anos, o benefício continuaria a ser vitalício. Foi estabelecida uma faixa de



idade, a ser atualizada a cada três anos de acordo com o incremento da expectativa de vida ao nascer ou quando este indicador tiver um incremento de pelo menos um ano.

Ainda em 2015, outra mudança na legislação previdenciária foi à edição da Lei n.º 13.183/2015 que criou uma nova alternativa para o cálculo do benefício previdenciário por tempo de contribuição, o fator 85/95. Isto significou a possibilidade de não se considerar o fator previdenciário quando a soma de idade do postulante com o tempo de contribuição, na data do requerimento da aposentadoria, atingir 85 para mulheres e 95 para homens. Foi estabelecido que este fator deveria ser progressivo até alcançar 90 para mulheres e 100 para homens em 2026.

Em 2019 foi realizada uma reforma da previdência no Brasil, com a promulgação e publicação, a Emenda Constitucional n.º 103, publicada em 13 de novembro de 2019 trazendo inúmeras mudanças nos benefícios previdenciários pagos pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, que serão tratadas em capítulo à parte.

A partir das alterações vivenciadas no sistema previdenciário brasileiro, percebe-se que não se trata de um sistema estável, sofrendo alterações constantes para fins de garantir o equilíbrio atuarial e a garantia da solidariedade social.

#### **1.4. Evolução Histórica em Portugal**

O sistema português de segurança social tem origem na doutrina corporativista do período entre as duas guerras, quando se estabeleceu um sistema de proteção social. Este sistema era bastante simplificado, tanto no campo de aplicação pessoal (pessoas, ramos de atividade e profissões abrangidas) como no campo de aplicação material (eventualidades cobertas).

Foi só a partir do final do século XIX, com enorme influência do associativismo operário, que em Portugal surgiu um crescimento significativo de associações de assistência mutualista. O seu principal papel era, sobretudo a prestação de cuidados médicos e fornecimento de medicamentos, e ainda atribuíam subsídios aos seus associados em situações de incapacidade para o trabalho. Porém, não havia muitas outras garantias, o que levou à necessidade e urgência da criação das primeiras caixas de aposentações.

A primeira tentativa de criar um seguro social obrigatório para os trabalhadores de baixos rendimentos remonta ao ano de 1919<sup>107</sup>. Cabe ressaltar, que nesse período houve a tentativa de criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios, que estaria encarregado da concessão de prestações nas eventualidades de doença, invalidez, velhice, sobrevivência, desemprego e acidentes de trabalho. Mas, esta tentativa não alcançou o resultado esperado.

Só a partir de 1935<sup>108</sup> foi possível lançar as bases para a criação de um sistema similar ao que a maioria dos países da Europa já possuía. As leis da então chamada segurança social passaram a proteger os trabalhadores por conta de outrem, do comércio, indústria e serviços na doença (cuidados de saúde e subsídio de doença), invalidez, velhice e morte. Já os trabalhadores agrícolas e das pescas viriam a ser enquadrados em sistemas de proteção social específicos, geridos pelas casas do povo e casas dos pescadores.

Em 1962 este sistema foi reformado, alterando-se o método de equilíbrio financeiro das instituições de previdência, passando do regime de capitalização estrita para o da capitalização mitigada, o que permitiu melhorar as prestações já existentes e alargar a proteção às eventualidades de maternidade e de encargos familiares. Os trabalhadores independentes foram incluídos pela primeira vez no texto.

Na década de 1970 ocorreram profundas mudanças, alargando-se e consolidando-se o conceito de direito universal de proteção social. Foi a partir do período pós-25 de Abril que a Constituição Portuguesa passou a prever o direito à Segurança Social, concretizado nas sucessivas leis de bases que o foram ajustando à evolução social e económica.

Cabe destacar que o esforço feito para a sua universalização foi, apesar de tudo, anterior a estas. Podemos destacar a implementação de medidas vitais como a pensão social, que beneficiava todas as pessoas com idade superior a 65 anos que não exercessem atividade remunerada e não estivessem abrangidas por qualquer esquema de previdência, bem como aos inválidos com idade superior a 14 anos.

Até 1980, outras importantes alterações com vista ao alargamento e a uma maior universalidade da proteção social, que versaram, sobretudo com a criação do regime não contributivo, são introduzidas: o suplemento de pensão a grandes inválidos, o

---

<sup>107</sup> Apelles J. B. Conceição **Segurança Social – Manual prático**. 10ª ed. Lisboa: Almedina, 2017. P.52

<sup>108</sup> Apelles J. B. Conceição **Segurança Social – Manual prático**. 10ª ed. Lisboa: Almedina, 2017. P.53.

abono de família, a integração dos trabalhadores do serviço doméstico no regime geral de previdência, a criação do regime do seguro social voluntário facultativo para cidadãos nacionais maiores de 18 anos não cobertos por qualquer regime, a criação do regime transitório para todos os trabalhadores independentes, a reformulação do regime para trabalhadores agrícola, e inserido o regime de proteção social a desalojados.

Outras medidas que merecem destaque, pela importância neste período, foi à criação do subsídio de desemprego para os trabalhadores por conta de outrem (ainda que a nível experimental), a introdução de novas prestações como o subsídio de natal para os pensionistas ou a criação do sistema de verificação de incapacidades permanentes.

Em 1984 surgiu a Primeira Lei de Bases da Segurança Social, Lei n.º 28/84. Esta lei previa alargar a universalidade, mas acima de tudo organizar e regulamentar o sistema. Os objetivos principais seriam garantir a proteção dos trabalhadores e das famílias, nas situações de falta ou diminuição de capacidade de trabalho, de desemprego e de morte, compensar os encargos familiares e proteger os indivíduos que se encontrassem em situação de escassez. O sistema era regido também pelos princípios da universalidade, unidade, igualdade, eficácia, descentralização, garantia judiciária, solidariedade e participação, sendo a sua administração uma competência do Estado.

O seu financiamento estava assegurado principalmente pelas contribuições dos beneficiários, das entidades empregadoras e pelas transferências do Estado, sendo que os rendimentos do património próprio, o produto de comparticipações previstas na lei e de sanções pecuniárias, bem como as transferências de organismos estrangeiros constituíam também fontes de receita da Segurança Social.

A partir daí o sistema de segurança social passou a englobar dois regimes: o regime geral contributivo e o regime não contributivo. O regime geral apresentava um carácter obrigatório para trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes funcionando sobre uma base de repartição, sendo financiado pelas contribuições dos trabalhadores e das respectivas entidades empregadores, caso não se tratassem de trabalhadores independentes.

Por sua vez, o regime não contributivo abrangia todos os cidadãos nacionais, podendo ser estendido a refugiados, apátridas e estrangeiros residentes. Este regime era financiado essencialmente pelo Estado. O sistema estava ainda dotado de um esquema de ação social e um esquema de prestações complementares. O primeiro

procurava assegurar a proteção para grupos, os idosos em caso de necessidade econômica ou social, precisando do financiamento através de sanções pecuniárias e sobre transferências do Estado para o financiamento deste esquema. O segundo visava garantir prestações complementares no regime geral ou cobrir eventualidades que não estivessem asseguradas, sendo o financiamento assegurado através de quotizações por parte dos interessados.

Neste período foi criado o subsídio de desemprego cuja duração e montante estavam diretamente ligados aos períodos de trabalho e de contribuições do trabalhador, assim como o subsídio social de desemprego, integrado no regime não contributivo.

Convém salientar que a proteção na doença foi objeto de reformulação global, procurando-se uma maior clareza nos direitos reconhecidos e a racionalização dos meios para o pagamento antecipado das prestações. Por outro lado, ao proteger mais a maternidade, paternidade e adoção, começou a caminhar-se para uma maior valorização da família e, na invalidez e velhice, é feita a integração dos sistemas de Segurança Social no regime unitário, é instituído o regime da pensão unificada para trabalhadores abrangidos pelo sistema de Segurança Social e pelo sistema de proteção social da função pública. E ainda, foi instituído o subsídio por assistência de terceira pessoa a deficientes titulares de outras prestações.

Os anos 90 voltam a trazer algumas mudanças, inspiradas e motivadas pelas alterações no tecido económico e social do país. No início dos anos 90, reformulou-se o enquadramento jurídico dos fundos de pensões, instituiu-se o regime de pré-reforma, criou-se o sistema de verificação de incapacidades temporárias (SVTI) e foi aprovado o Código das Mutualidades.

Em 1989 foi instituído o seguro social voluntario sendo este o único regime facultativo de segurança social. Ainda nesse ano foi regulamentada a proteção social complementar.

A reforma decorrente do Decreto Lei n.º 329/1993 merece destaque devido à reformulação imposta ao regime geral da segurança Social. Trouxeram profundas alterações nas pensões de invalidez e velhice do regime geral, introduzindo-se a igualdade entre sexos para a idade da reforma, alterando-se o método de cálculo das pensões e ampliando-se os prazos de garantia e reintroduzindo o sistema de desagregação da taxa

contributiva global por eventualidade. Foi também criado o “complemento social”, sem base contributiva. O regime dos independentes foi alterado com a introdução de um esquema obrigatório e outro facultativo.

Ainda nesse período foi reforçado o quadro sancionatório dos regimes de proteção social, definindo e penalizando os crimes contra a Segurança Social através do alargamento do campo de aplicação do regime jurídico das infracções fiscais não aduaneiras.

Em 1996, na sequência de uma recomendação comunitária, foi criado o Rendimento Mínimo Garantido, como prestação do regime não contributivo em conjunto com um programa de inserção social.

Buscando atender a necessidade de uma proteção mais eficaz para os trabalhadores de grupos etários mais elevados foi aumentada a duração da concessão das prestações de desemprego, surgindo uma nova medida de subsídio de desemprego parcial. Por outro lado, foi criada uma nova prestação, designada por subsídio familiar a crianças e jovens, que substitui as prestações de abono de família e subsídios de aleitação e de nascimento, passando os respectivos montantes a ser modulados em função dos rendimentos familiares. Paralelamente, numa óptica de salvaguarda do equilíbrio financeiro do sistema e de racionalização do esquema de prestações, procede-se à unificação dos benefícios concedidos no primeiro ano de vida — abono de família e subsídios de nascimento e aleitação.

A proteção na maternidade, paternidade e adopção são alvo de sucessivas alterações legislativas neste período, em parte devido à necessidade da aplicação dos normativos comunitários. Para os casos de pensões de invalidez e velhice, são várias as medidas adoptadas, nomeadamente quanto à idade e sua uniformização de género. É alterado o prazo de garantia e aumentado o número de anos de carreira contributiva para efeitos de cálculo do valor das pensões. São também alterados os regimes de acesso à acumulação de pensões e o regime jurídico da pré-reforma.

Foi instituída uma nova prestação – o complemento por dependência - para os pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência do regime geral de Segurança Social e das pensões do regime não contributivo e equiparados em situação de dependência. Inicia-se, nos centros regionais de Segurança Social, o sistema de verificação de incapacidades temporárias para o trabalho (SVIT) dos beneficiários dos regimes de

Segurança Social, posteriormente substituído pelo sistema de verificação de incapacidades (SVI).

Convém destacar que no início dos anos 90, se iniciou a reformulação global do regime jurídico da constituição dos fundos de pensões e no final da década, foi criado o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, com vários objetivos, designadamente assegurar a estabilização financeira, através da adopção de medidas de maior flexibilidade no financiamento da Segurança Social, bem como a gestão, em regime de capitalização, do património e das disponibilidades financeiras que lhe são disponibilizadas.

A lei de bases da Segurança Social conheceu importantes regulamentações sucessivas durante os anos seguintes. Mesmo comprometido em consagrar o direito de todos à segurança social através do sistema de solidariedade e segurança social, a sucessiva revisão da lei de bases teve como principal objetivo, o aumento da eficácia e da sua gestão e assegurar a sustentabilidade financeira do sistema.

A Segunda Lei de Bases da Segurança Social na sequência da Lei n.º 17/2000 trouxe uma nova reestruturação da segurança Social que buscava priorizar a melhoria das condições e níveis de proteção social reforçando a equidade, procurando alcançar a eficácia e eficiência do sistema e promover a sustentabilidade adequando o esforço exigido por parte dos cidadãos para tal efeito. A nova lei reforçava o direito de todos os indivíduos a segurança Social. Foram estabelecidos alguns princípios adicionais aos existentes, nomeadamente, o princípio da equidade social, o princípio da diferenciação positiva, o princípio da inserção social, o princípio da conservação dos direitos adquiridos e em formação, o princípio do primado da responsabilidade pública, o princípio da complementaridade e o princípio da informação. O sistema passou a dividir-se em três subsistemas: Proteção social de cidadania, Proteção à família e Previdencial.

Esta lei de bases foi revogada dois anos mais tarde, pela Lei n.º 32/2002, que previa que o sistema voltaria a se denominar de sistema da Segurança Social, mantendo-se, no entanto, os objetivos e composição, bem como o universo pessoal e material das prestações. O sistema abrange o sistema público de Segurança Social que, por sua vez, integra o subsistema previdencial, o subsistema de solidariedade, o subsistema de proteção familiar, o sistema de ação social e, finalmente, o sistema complementar.

Em 2007, a Lei n.º 4/2007 aprova as bases gerais do sistema de Segurança Social atualmente em vigor. Numa nova reestruturação, o sistema de Segurança Social volta, basicamente, à configuração de 2002 e a ser composto por 3 sistemas: i) Proteção social de cidadania; ii) Previdencial; e iii) Complementar.

Em toda esta sequência de reestruturações e regulamentações das sucessivas leis de bases, várias medidas são revogadas e aprovadas a partir do ano 2000. Tais como, são melhoradas as condições de acesso ao subsídio social de desemprego, é definida a proteção garantida no âmbito do subsistema previdencial aos trabalhadores que exercem a sua atividade no domicílio sem carácter de subordinação, nas eventualidades de maternidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte, na sequência da regulamentação do Código do Trabalho e é criado o rendimento social de inserção em substituição do rendimento mínimo garantido (Lei n.º 13/2003). O novo regime pretende reforçar a natureza social da prestação e promover efetivamente a inclusão dos mais carenciados, privilegiando a inserção e introduzindo um maior rigor na atribuição, processamento e gestão da própria medida.

Inserido nas medidas de proteção social de carácter temporário, buscando a responder aos fenómenos de aumento de desemprego em contexto de crise económica, foi introduzido o Programa de Emprego e Proteção Social que assegura a redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, a majoração do montante do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego e o acesso à pensão de velhice de desempregados com idade igual ou superior a 58 anos (Decreto-Lei n.º 168/2003).

São também alteradas as regras de acesso à pensão antecipada para desempregados (Decreto-Lei n.º 220/2006), procurando incentivar a permanência dos trabalhadores na vida ativa, em sintonia com a evolução da esperança média de vida e reconhecida (através do Decreto-Lei n.º 216/98, n.º 92/2000 e n.º 327/2000 e da Lei n.º 90/2009), a diferenciação positiva que merecem os portadores de doença grave crónica ou incapacitante no que toca ao acesso à pensão de invalidez.

No desenvolvimento desta nova lei de bases, que integra na previsão do cálculo das pensões de velhice os rendimentos de trabalho – revalorizados - de toda a carreira contributiva, foi introduzida através do Decreto-Lei n.º 35/2002, uma mudança significativa, ao estabelecerem-se mecanismos redistributivos no âmbito da proteção de

base profissional. A fórmula de cálculo da taxa de formação global das pensões foi alterada, aplicando-se taxas regressivas de formação da pensão a diferentes escalões de rendimentos, passam a existir novas regras de revalorização da base de cálculo e as carreiras contributivas são privilegiadas.

De carácter mais assistencialista foi à criação do complemento extraordinário de solidariedade através do Decreto-Lei n.º 208/2001 para os beneficiários das pensões sociais de invalidez e de velhice do regime não contributivo e o complemento solidário para idosos, no âmbito do subsistema de solidariedade, destinado a pensionistas com mais de 65 anos.

A partir dos Decretos - Lei n.º 110/2005 e n.º 229/2005 e da Lei n.º 60/2005 foi estabelecida uma uniformização progressiva dos diversos regimes de proteção social (Segurança Social, CGA, etc.), emanando daqui a pensão unificada e a revisão dos regimes que consagram desvios às regras previstas no estatuto da aposentação em matéria de tempo de serviço, idade de aposentação, fórmula de cálculo e atualização das pensões, para determinados grupos de subscritores da Caixa Geral de Aposentações. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 117/2006 define regras especiais aplicáveis às situações de transição para os trabalhadores da administração pública com contrato individual de trabalho. A Lei n.º 52/2007, de 31 de agosto, adapta o regime da Caixa Geral de Aposentações ao regime geral da Segurança Social em matéria de aposentação e cálculo de pensões aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações inscritos até 31 de agosto de 1993.

O valor de referência para o cálculo dos apoios sociais foi instituído pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, que fixa, igualmente, as regras da sua atualização. As pensões e algumas das outras prestações do sistema de Segurança Social passam a ser atualizadas em função do montante deste vector. No âmbito do sistema complementar, em 2006 é transposta a Directiva Europeia relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais, tendo procedido à revisão geral do regime dos fundos de pensões e incrementando o nível da proteção de participantes e beneficiários.

Nesse período foi definida a proteção garantida no âmbito do subsistema previdencial aos trabalhadores que exerciam a sua atividade no domicílio, nas eventualidades de maternidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte.



As mudanças mais significativas introduzidas pela nova Lei de Bases de 2007 são trazidas pelas alterações previstas pelo Decreto-Lei n.º 187/2007. Numa tentativa de responder aquelas que pareciam ser as maiores ameaças à sustentabilidade do sistema, destacadas pelos riscos do envelhecimento demográfico da população portuguesa, foi introduzido um fator de sustentabilidade na determinação do valor das pensões. Estas, por sua vez, sofrem alterações às suas regras de cálculo – que passam a ser calculadas com base na média ponderada de toda a carreira contributiva.

Num esforço de atenuar os efeitos do endurecimento das regras, o Decreto-Lei novamente trouxe a figura da flexibilidade da idade de reforma, sejam por via das chamadas reformas antecipadas, ainda que com penalizações maiores (4,5%/ano), seja por bonificações conseguidas na formação da pensão por cada mês de trabalho efetivo para além do momento de acesso à pensão completa.

A constituição e funcionamento do regime público de capitalização, de adesão individual e voluntária, bem como do respectivo fundo de certificados de reforma, foram introduzidos em 2008.

O sistema de segurança Social em vigor segue as diretrizes estipuladas pela Lei n.º 4/2007 aprovadora das bases gerais da segurança Social. A mesma lei assegura o direito universal à segurança Social bem como a irrenunciabilidade ao mesmo, estando os objetivos prioritários em concordância com leis anteriores, ou seja, visando a melhoria do sistema e das condições dos seus participantes<sup>109</sup>.

---

<sup>109</sup> Instituto BBVA de Pensões. **História da Segurança Social (parte I)**. Fonte: CGA, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.  
Instituto BBVA de Pensões. **História da Segurança Social (parte II)**. Fonte: CGA, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

## **2. OS SISTEMAS DE SEGURANÇA SOCIAL NO BRASIL E PORTUGAL**

### **2.1. A Previdência Social Brasileira**

A estrutura previdenciária brasileira abrange um sistema de previdência pública, de filiação obrigatória, e um sistema de previdência privada, de caráter complementar e optativo, formado por entidades abertas (com fins lucrativos e acessíveis a quaisquer pessoas interessadas) ou fechadas (também chamadas “fundos de pensão”, sem fins lucrativos e constituídas exclusivamente para determinado grupo de trabalhadores).

Nosso estudo irá discorrer acerca do sistema de previdência pública, também chamado de regime geral de previdência social (RGPS), uma vez que engloba todos os trabalhadores que não estejam vinculados á regime próprio de previdência exclusivos dos servidores públicos dos três regimes municipal, estadual e federal, respectivamente.

O Regime Geral de Previdência Social pode, ainda, ter como filiados os servidores de algum ente da federação, caso este não tenha instituído regime próprio de previdência social. Isso porque as leis que regulam o RGPS preveem que são segurados obrigatórios os servidores civis ocupantes de cargo efetivo e os militares da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios que não estejam amparados por regime próprio de previdência social.

No sistema de previdência pública brasileiro predominam as regras de “repartição simples” e “benefício definido”. No regime de “repartição”, os segurados ativos financiam os benefícios dos inativos. Já o sistema com “benefício definido” significa que o valor do benefício no futuro é previsível, e calculado com base em uma fórmula pré-estabelecida.

Os principais riscos cobertos pelo sistema de previdência pública no Brasil estão associados à incapacidade para o trabalho, seja, por exemplo, por idade avançada, doença ou invalidez, ou ainda por morte do segurado, objetivando amparar seus dependentes. Apesar de não se restringirem a eles, a aposentadoria e a pensão por morte constituem os principais benefícios desse sistema.

São fontes do direito previdenciário brasileiro as normas constitucionais, a legislação infraconstitucional, as normas infra legais, as normas editadas pelo Poder

Público, bem como, na falta de uma norma que abarque a situação fática, deve ser utilizada a analogia, os costumes, a doutrina e a jurisprudência.

A Seguridade Social está presente no Artigo 194 da Constituição Federal, e pode ser conceituada por um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. O Estado é que promove a execução das políticas públicas. É ele quem administra o regime geral de previdência.

O princípio da *universalidade da cobertura e do atendimento*<sup>110</sup> (art. 194, caput da Constituição da República Federativa do Brasil) prevê que todos têm direito ao atendimento e ter uma ampla cobertura aos riscos sociais. Entende-se, pois, por universalidade de cobertura, que a proteção social deve alcançar a todos os eventos cuja reparação seja premente, dando subsistência de quem nela necessite.

O princípio da *uniformidade e equivalência*<sup>111</sup> (art. 194, II da Constituição da República Federativa do Brasil), também é contemplado no art. 7º da Constituição Federal, ao passo que confere tratamento uniforme a trabalhadores urbanos e rurais, havendo assim idênticos benefícios e serviços para os mesmos eventos cobertos pelo sistema (equivalência).

O princípio da *seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços*<sup>112</sup> (art. 194, III da Constituição da República Federativa do Brasil)) pressupõe que os benefícios são concedidos a quem efetivamente necessite deles, razão que se fundamenta a seguridade social, apontando os requisitos necessários para a concessão de benefícios e serviços. Atender os que mais precisam dentro dos recursos que estão disponíveis para tanto é o que rege esse princípio.

O princípio da *irredutibilidade*<sup>113</sup> (art. 194, IV da Constituição da República Federativa do Brasil)) se da em razão das prestações pecuniárias, que por seu turno, não podem ter o valor inicial reduzido. O princípio equivale ao da intangibilidade do salário dos empregados e dos vencimentos dos servidores, significa, pois em outras palavras, que o

---

<sup>110</sup> Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

<sup>111</sup> Art. 194 Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

<sup>112</sup> Art. 194 Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

<sup>113</sup> Art. 194 Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

benefício legalmente concedido pela Previdência Social, ou Assistência social, não poderá ter seu valor nominal reduzido. Salvo por força de lei ou ordem jurídica.

O princípio da *equidade*<sup>114</sup>(art. 194, V da Constituição da República Federativa do Brasil)) trata-se da participação equitativa de trabalhadores, empregados e o Poder público no custeio da seguridade social. Aqui, cada um participa conforme a sua capacidade econômica. Quanto maior o poderio maior será consequentemente sua contribuição.

O princípio da *diversidade*<sup>115</sup>(art. 194, VI da Constituição da República Federativa do Brasil)) trata-se em verdade da aplicação do direito da solidariedade, que impõe a todos os seguimentos sociais, Poder público, empresas e trabalhadores, a contribuição na medida de suas possibilidade. Assim, para que o sistema, não entre em colapso, a receita da Seguridade Social pode ser arrecadada por várias fontes pagadoras.

O princípio do *caráter democrático e descentralizado*<sup>116</sup>(art. 194, VII da Constituição da República Federativa do Brasil)). É que se chama de gestão da seguridade social é quadripartite, com a participação de representantes dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Poder Público nos órgãos colegiados.

De acordo com a Carta Magna Brasileira, o sistema de seguridade social consiste num conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, organizada, respectivamente, em três subsistemas, conforme peculiaridades adiante descritas.

No modelo de seguridade social instaurado no Brasil pela Carta Magna, disposto em seu artigo 196, a proteção da saúde surgiu como direito básico universal de todos os cidadãos sem qualquer forma de discriminação que não relativa à efetiva necessidade de cada um. Para acesso aos serviços de saúde, não se exige, portanto

---

<sup>114</sup> Art. 194 Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: V - equidade na forma de participação no custeio;

<sup>115</sup> Art. 194 Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: VI diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

<sup>116</sup> Art. 194 Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

vinculação a qualquer regime contributivo, nem tampouco a análise de condições econômicas do beneficiário.

O subsistema de previdência social, por sua vez, mantém, em essência, uma tradicional estrutura contributiva compulsória de seguro social atrelado ao *status* profissional dos beneficiários, de modo a refletir em seus benefícios na inatividade uma certa correlação com o padrão de vida do segurado quando na ativa<sup>117</sup>(art. 201 da Constituição da República Federativa do Brasil), este subsistema que será fonte do nosso estudo.

E por último, em consonância com o ideário internacional de seguridade social, a Carta Magna previu a estruturação do subsistema de assistência social como forma de suprir “por baixo” as lacunas da rede protetiva do subsistema de previdência social.

Assim, a Carta magna considerou que aqueles indivíduos em situação de maior vulnerabilidade têm a possibilidade de amparo econômico, por meio de benefícios e serviços, em bases de pura solidariedade, com ênfase na proteção à família, à maternidade, à infância à adolescência e à velhice; na promoção da integração ao mercado de trabalho; bem como na habilitação e na reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e integração destas à vida comunitária<sup>118</sup>(art. 203 da Constituição da República Federativa do Brasil).

No Brasil a Previdência social é regulada pela Lei n.º 8.213/91 que institui os Planos de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social e, o Decreto n.º 3.048/99 que aprovou o regulamento da previdência social.

Cabe destacar como norma infra legal a Instrução Normativa n.º 77/15, editada pelo INSS que foi estabelecida com o intuito de criar rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência

---

<sup>117</sup>Art. 201 - A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

<sup>118</sup> Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

social, com a observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil<sup>119</sup>.

Os princípios específicos do direito previdenciário, previstos na Lei n.º 8.213/91 são o da solidariedade, que é implícito, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, o da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, o da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, o da irredutibilidade do valor dos benefícios, da diversidade na base de financiamento, o da equidade na forma da participação do custeio e o caráter democrático e descentralizado da Administração.

A previdência social no Brasil pode ser conceituada como uma medida de proteção social destinada a afastar necessidades sociais decorrentes de contingências sociais que reduzem ou eliminam a capacidade de sustento dos trabalhadores e/ou de seus dependentes. Levando-se em conta que as Contingências sociais são fatos ou acontecimentos que, uma vez ocorridos, tem a força de colocar uma pessoa ou seus dependentes em estado de necessidade.

Podemos observar no caso do Brasil, que a legislação previdenciária está focada em contingências bem específicas, sendo elas aquelas que atingem o trabalhador e, por via reflexa, seus dependentes ou pessoas consideradas economicamente dependentes do segurado. Essa dependência pode ser presumida por lei (no caso de cônjuges, filhos menores e/ou incapazes) ou comprovada no caso concreto (no caso de pais que dependiam economicamente do filho que veio a óbito).

De acordo com previsão da lei n.º 8.213/90 beneficiário é toda pessoa natural que tem, em tese, o direito subjetivo a ser exercido em face do regime geral de previdência social, podendo ser segurados ou seus dependentes.

Os segurados<sup>120</sup> da Previdência Social (art. 11 da Lei n.º. 8.213/90) são todos os beneficiários que se vinculam, através do exercício de atividade profissional

---

<sup>119</sup>Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

<sup>120</sup> Art. 11- São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

remunerada, sendo representado pela figura do segurado obrigatório, o qual, em sua, engloba qualquer trabalhador.

De acordo com previsão legal a contribuição do trabalhador é obrigatória. Todo e qualquer cidadão quer exercer atividade laborativa remunerada deve, obrigatoriamente, contribuir para a Previdência Social. Assim, a contribuição ao sistema geral de previdência social é compulsória para o empregado e aos demais trabalhadores.

---

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social ;

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência sócia:

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

V - como contribuinte individual:

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 9º e 10 deste artigo;

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;

A contribuição é da essência da previdência social no Brasil já que o sistema é contributivo, devendo haver previsão de fundo de custeio para arcar com os gastos provenientes da concessão e manutenção de benefícios previdenciários. A Previdência Social do Brasil tem natureza de seguro social; por isso, exige-se a contribuição dos seus segurados.

Admitem-se como segurado da Previdência Social, também, pessoas que não exerçam atividades laborativas remuneradas, mas que, por vontade própria, contribuam facultativamente<sup>121</sup> (art. 13 da Lei 8.213/90) para a Previdência Social. Essa possibilidade de contribuição de forma facultativa decorre da aplicação do princípio da universalidade de atendimento, na área da Previdência Social.

Cabe ressaltar que a Previdência Social no Brasil traz a figura do período de graça<sup>122</sup> (art. 15 da Lei 8.213/90) que pode ser entendido como o período em que os segurados sem estar contribuindo, manterão todos os direitos previstos à aqueles que estão regularmente contribuindo, desde que se enquadre em alguma das situações legais.

Os dependentes do segurado estão divididos em três classes<sup>123</sup> (art. 16 da Lei 8.213/90) com direito as prestações, na qualidade de dependentes do filiado: na

---

<sup>121</sup> Art. 13 - É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.

<sup>122</sup> Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente;

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;

II - até doze meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, que estiver suspenso ou licenciado sem remuneração ou que deixar de receber o benefício do Seguro-Desemprego;

III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;

V - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar;

VI - até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

§ 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 3º Durante os prazos deste artigo, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social.

§ 4º A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos.

<sup>123</sup> Art. 16 - São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;



primeira classe estão o cônjuge ou a companheira, e os descendentes (filhos); na segunda classe os ascendentes (pais), e; na terceira classe os colaterais (irmãos).

No caso da segunda classe, para ter direito às prestações a dependência econômica não precisa ser absoluta, mas precisa ser essencial para sua subsistência; Portanto, a ajuda provida pelo filho deve ser, obrigatoriamente, habitual, necessária e relevante. Com relação à terceira classe é necessária ser comprovada a dependência econômica. Cumpre esclarecer que o direito às prestações por uma das classes exclui o direito dos demais, e no caso da primeira classe havendo o direito ao benefício por mais de um dependente ele é partilhado<sup>124</sup>(art. 16, § 1º da Lei 8.213/90).

A inscrição é a formalização do vínculo previdenciário, através do cadastramento do segurado no sistema, tornando-o efetivamente apto para o exercício de direitos e cumprimento de obrigações perante o sistema; O vínculo previdenciário é estabelecido quando o agente passa a trabalhar, não se tratando de uma vinculação facultativa, mas é necessário seu cadastramento frente ao INSS.

A carência<sup>125</sup>(art. 24 da Lei 8.213/90) é a exigência de um período mínimo de contribuições que o sistema impõe aos segurados para deferimento de determinados benefícios. Serve, portanto, como um instrumento que traz segurança ao Sistema; uma vez que cria uma fonte de custeio para o pagamento das prestações.

Os prazos de carência começam a contar a partir do momento que o empregado começar a trabalhar<sup>126</sup>(art. 27 da Lei 8.213/90) . Para o contribuinte individual e facultativo a carência é diferente do tempo de contribuição, já que a carência é cumprida mês a mês, enquanto o tempo de contribuição não demanda, necessariamente, o pagamento regular (ou seja, dentro do prazo) das contribuições.

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

<sup>124</sup>Art. 16 § 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

<sup>125</sup>Art. 24 - Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

<sup>126</sup> Art. 27 - Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

I - referentes ao período a partir da data de filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no caso dos segurados empregados, inclusive os domésticos, e dos trabalhadores avulsos;

II - realizadas a contar da data de efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos V e VII do art. 11 e no art. 13.

A lei prevê ainda que alguns benefícios serão concedidos independentes do prazo de carência, são eles o auxílio acidente<sup>127</sup>(art. 26, I da Lei 8.213/90) resultante de acidente de qualquer natureza; o auxílio doença em razão de doenças ocupacionais (adquiridos no ambiente de trabalho)e, algumas doenças graves com previsão na lei<sup>128</sup>, e, a aposentadoria por invalidez.

Os benefícios de acordo com a legislação da previdência social do Brasil são prestações previdenciárias de natureza pecuniária, que se dividem em uma obrigação de pagar, dar quantia certa em dinheiro ao segurado como pagamento por um benefício, e; prestações de serviços, que consistem em obrigação de fazer.

Esses benefícios se dividem em Benefícios por incapacidade: auxílio doença<sup>129</sup>, aposentadoria por invalidez<sup>130</sup>(art. 42 da Lei 8.213/90) e auxílio acidente<sup>131</sup>(art. 86 da Lei 8.213/90); Aposentadorias programadas: aposentadoria por idade<sup>132</sup>(art. 48 da Lei 8.213/90), aposentadoria por tempo de contribuição<sup>133</sup>(art. 52 da Lei 8.213/90) e

---

<sup>127</sup> Art. 26 - Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I - pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente;

<sup>128</sup>Art. 151 - Até que seja elaborada a lista de doenças mencionada no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

<sup>129</sup>Art. 59 - O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

<sup>130</sup>Art. 42 - A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

<sup>131</sup>Art. 86 - O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, conforme situações discriminadas no regulamento.

<sup>132</sup>Art. 48 - A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.

<sup>133</sup>Art. 52 - A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 (trinta) anos, se do sexo masculino.

aposentadoria especial<sup>134</sup>(art. 57 da Lei 8.213/90). Podem ser os Benefícios decorrentes de contingências familiares: salário família<sup>135</sup> (art. 65 da Lei 8.213/90) e salário maternidade<sup>136</sup>(art. 71 da Lei 8.213/90). E por último os Benefícios devidos aos dependentes: pensão por morte<sup>137</sup>(art. 74 da Lei 8.213/90) e auxílio reclusão<sup>138</sup>(art. 80 da Lei 8.213/90).

No auxílio doença é medido o grau de capacidade e o tempo que o segurado ficará incapacitado para exercer suas atividades, já que o prognóstico é o retorno dele para o mercado de trabalho, uma vez ocorrido, faz cessar o pagamento do benefício previdenciário. Nesse caso, o fato consiste em estar incapacitado temporariamente para o exercício das suas atividades habituais, por mais de 15, bastando comprovar a qualidade de segurado e a carência de 12 meses, quando for o caso. O término do pagamento corre pela morte do segurado, ou quando recuperada a capacidade para o trabalho; e quando permanente essa incapacidade será transformada em aposentadoria por invalidez e não mais auxílio doença.

Na aposentadoria por invalidez é necessário estar incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que garanta subsistência, devendo a incapacidade ser total e permanente e em grau máximo. Para ter direito é necessário provar que é segurado, estar permanentemente incapacitado para o trabalho, carência de 12 contribuições para concessão de benefícios fundados na incapacidade, doença pré-existente, a perícia do INSS. A cessação do benefício se dá em razão da morte do segurado ou cura da moléstia.

---

<sup>134</sup>Art. 57 - A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

<sup>135</sup> Art. 65 - O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive o doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66.

<sup>136</sup>Art. 71 - O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência **deste, observadas as** situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

<sup>137</sup>Art. 74 - A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

<sup>138</sup>Art. 80 - O auxílio-reclusão, cumprida a carência prevista no inciso IV do caput do art. 25 desta Lei, será devido, nas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

A legislação previdenciária no Brasil também prevê um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) na aposentadoria por invalidez, caso haja necessidade de terceira pessoa para o auxílio do segurado nas atividades diárias, ainda que o valor da aposentadoria atinja o teto da previdência social, denominado de grande invalidez<sup>139</sup>(art. 45 da Lei 8.213/90).

O auxílio acidente é devido quando o segurado apresentar sequelas em virtude de acidente de qualquer natureza, das quais resultem redução da capacidade para o trabalho. Não sendo necessário comprovar a carência.

A aposentadoria por idade será devida quando o segurado alcançar um limite de idade de acordo com a legislação previdenciária sendo de 65 anos para o homem e 62 anos para a mulher. Para ter direito ao benefício é necessário comprovar a carência de 180 contribuições.

A aposentadoria por tempo de serviço, também conhecida como aposentadoria por tempo de contribuição era uma espécie de aposentadoria devida quando o segurado alcançava o tempo de contribuição de 35 anos, no caso de homem e 30 anos, no caso das mulheres, sem limite de idade. Devido à necessidade do custeio da previdência social foi criado o fator previdenciário, que era um redutor nas aposentadorias concedidas sem atingir a idade mínima, de maneira a desestimular esse tipo de aposentadoria.

A aposentadoria especial é devida ao segurado que comprove ter trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos, sujeito a condições especiais de trabalho, ou seja, exposto a agentes agressivos, de forma permanente, não ocasional ou intermitente, que prejudicam a saúde ou que coloque em risco a integridade física do trabalhador. A definição do período de trabalho é baseada no Anexo nº 4 do Decreto 3.048 de 1999, que contém uma tabela que relaciona diversas atividades aos agentes agressivos para determinar o tempo necessário de serviço sob essa condição para possibilitar a concessão dessa aposentadoria. A comprovação era diretamente relacionada à função que o trabalhador desempenhava, já que o principal requisito era apenas o enquadramento em determinadas categorias.

Com a edição da Lei n.º 9.032/95, passou-se a exigir a apresentação de prova pericial. A empresa deveria emitir uma série de laudos sobre as condições de seu

---

<sup>139</sup>Art. 45 - O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

meio-ambiente de trabalho (de acordo com as Normas Regulamentadoras da legislação trabalhista), entregando ao trabalhador o seu perfil profissiográfico previdenciário (PPP) - detalhamento das condições de trabalho de cada um dos funcionários da empresa (descrição das atividades, grau de exposição aos agentes, uso de EPIs, etc.).

A pensão por morte é um benefício previdenciário devido aos dependentes do segurado que vier a falecer, estando ou não aposentado, estando disciplinada pela Lei n.º. 8.213/91 nos arts. 74 a 79. Têm direito à pensão por morte os dependentes do falecido que fosse segurado da Previdência Social. Os dependentes estão enumerados nos incisos. I a III do art. 16 da lei n.º. 8.213/91.

Os serviços são prestações previdenciárias que não consistem em uma obrigação de dar, mas sim em uma obrigação de fazer. São eles a habilitação e a reabilitação profissional, para o segurado acidentando ou doente, sem poder trabalhar, podendo ser reabilitado por meio de diversas formas de recolocação profissional<sup>140</sup>(art. 89 da Lei n.º. 8.213/90).

Por fim, convém destacar que a previdência social no Brasil tem caráter legal, em contraposição ao caráter contratual. Isso porque todo o regramento da Previdência Social está contido na lei, não existindo espaço para acordo de vontades na relação de seguro social.

## 2.2. A Nova Previdência no Brasil

A Emenda Constitucional n.º 103/ 2019 promoveu profundas alterações no principal regime previdenciário brasileiro na ordem interna, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

As inovações trazidas pela EC n.º 103/2019 trouxeram um sério

---

<sup>140</sup>Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a reeducação e de readaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

- a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;
- b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;
- c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

desajuste na proteção previdenciária que estava em vigor, em virtude da precarização das regras de concessão, de cálculo e de manutenção dos benefícios do RGPS. Merecem destaque as palavras de João Batista Lazzari, acerca da reforma da previdência no Brasil:

*“O Direito à Previdência Social constitui direito fundamental que não deveria passar por tamanho retrocesso. Ajustes das regras ao longo do tempo são necessários e salutar para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, mas não na forma como foi efetivada pelo Congresso Nacional. Em vez de, primeiro, buscar maior eficiência na cobrança dos créditos da Seguridade Social e redução das imunidades e isenções fiscais, parte-se para o caminho mais indesejado e cruel com a sociedade, qual seja, a redução da proteção social. A implantação de um modelo de Estado Mínimo, com o deslocamento das suas atribuições perante a economia e a sociedade para a iniciativa privada, poderá gerar consequências indesejadas para as camadas mais pobres da população, que necessitam de serviços públicos gratuitos e dos programas de redistribuição de renda<sup>141</sup>.”*

Na visão do autor, o Brasil, aos poucos, está se afastando do modelo de “Estado de bem-estar social”, idealizado por Otto Von Bismarck e presente na Constituição Federal de 1988, sob o argumento da insuficiência de recursos para a manutenção do equilíbrio das contas públicas. A Seguridade Social tem entre seus objetivos a “seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços” (art. 194, III, da Constituição da República Federativa do Brasil) e o cumprimento desse princípio exige, entre outras medidas, um regime de previdência público que oportunize aos trabalhadores o acesso a prestações com critérios razoáveis e que os valores dos benefícios sejam suficientes para a manutenção de um mínimo existencial<sup>142</sup>.

Cabe destacar que a EC n.º 103/2019 manteve as premissas do *caput* do art. 201 da Constituição Federal, no sentido de que a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados

<sup>141</sup>CASTRO, C. A. P. de; KRAVCHYCHYN,G.; LAZZARI, J. B.; MACHADO, D. *Comentários à Reforma da Previdência*. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P. 87.

<sup>142</sup>CASTRO, C. A. P. de; KRAVCHYCHYN,G.; LAZZARI, J. B.; MACHADO, D. *Comentários à Reforma da Previdência*. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Contudo, com a Reforma da Previdência, o art. 201 da Constituição passou por alterações significativas em seus incisos e parágrafos, gerando uma série de modificações nas regras de elegibilidade dos benefícios, como veremos a seguir.

Uma das alterações mais significativas comum a todos os benefícios, diz respeito à nova sistemática de cálculo da renda mensal inicial com base no salário de benefício e nos coeficientes de cálculo previstos no art. 26 da EC 103/2019<sup>143</sup>. Para apuração do salário de benefício, até que lei discipline a matéria, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição<sup>144</sup> atualizados monetariamente, correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, alterando a regra antiga que previa a média aritmética dos 80% maiores salários de contribuição, dispensando os 20% menores. Quanto ao valor mínimo dos benefícios que substituam o rendimento do trabalho, ficou mantida a regra já prevista na Constituição de vinculação ao salário mínimo<sup>145</sup>.

No caso da pensão por morte, a legislação previa que a renda mensal inicial da pensão por morte era de 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento<sup>146</sup>. Depois da Reforma, a renda mensal inicial passou a ser equivalente a uma cota familiar de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida

---

<sup>143</sup> Art. 26. Até que lei discipline o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

<sup>144</sup> É o valor sobre o qual incide a contribuição previdenciária do segurado (portanto, é a base de cálculo da contribuição). Em outras palavras, o salário de contribuição é uma medida da remuneração do segurado.

<sup>145</sup> Art. 201. - A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

<sup>146</sup> Art. 75. O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no art. 33 desta lei.

de cotas de dez pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100%<sup>147</sup>.

A nova sistemática de cálculo representa grave prejuízo, principalmente ao dependente do segurado que falecer na ativa de causa comum, visto que estipula que a pensão por morte será calculada com base no valor que o segurado passaria a receber na data do óbito, caso se aposentasse por incapacidade permanente para o trabalho, ou seja, proporcional ao tempo de contribuição, salvo no caso de acidente do trabalho ou doença a ele relacionada.

Com relação aos benefícios por incapacidade temporária ou permanente para o trabalho a regra contida no art. 201, I<sup>148</sup> da carta magna garantia a cobertura de eventos de doença e invalidez, cuja regulamentação da Lei n.º 8.213/1991 previa a concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente. A nova regra estabelece a “cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho [...]”. No texto anterior, a cobertura atingia também eventos de doença, gerando proteção a todas as categorias de segurados. Na regulamentação do novo texto poderá ocorrer a exclusão do direito ao auxílio-doença relativo aos segurados facultativos, sob o fundamento de que não exercem atividade laborativa remunerada.

Outro ponto que merece destaque foi à nova redação do art. 201, § 10 da Constituição da República Federativa do Brasil, incluído pela Emenda n.º 103/2019, estabelecendo a cobertura concorrente do Regime geral da Previdência Social e do Setor privado na cobertura de benefícios não programados, que são aqueles instituídos para cobrir eventos não planejados e os riscos sociais, que podem ser de causas diversas ou decorrentes de acidente do trabalho. Entre eles estão o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-acidente, a pensão por morte, o auxílio-reclusão e até o salário-maternidade. Essa possibilidade já havia sido lançada pela EC 20/1998, que criava a possibilidade de a lei disciplinar “a cobertura do risco de acidente do trabalho”, todavia não houve regulamentação da matéria.

Na visão de João Batista Lazzari essa modificação que agora se apresenta

---

<sup>147</sup>Art. 23. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

<sup>148</sup>Art. 201 - I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada;



é mais ampla e, mediante lei complementar, possibilita disciplinar a cobertura de benefícios não programados de maneira geral, não apenas os decorrentes de acidente do trabalho. A possibilidade de regulamentação encontra eco no cenário atual em que se pretende um esvaziamento da Previdência Pública, com a adoção de regimes de capitalização e de seguros privados para benefícios de risco, à semelhança dos já oferecidos pelos planos de previdência complementar<sup>149</sup>.

Outra alteração foi à extinção do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, concedida sem idade mínima e levando em consideração apenas o tempo de contribuição. Dessa forma, a partir da EC n.º 103/2019 somente a possibilidade de concessão de aposentadoria voluntária com o cumprimento de tempo de contribuição e de idade mínima. Cabe ressaltar que foi prevista regra de transição para a aposentadoria por tempo de contribuição sem o requisito da idade mínima, para homens e mulheres que faltavam cumprir até dois anos de contribuição na data da entrada em vigor da EC 103/2019<sup>150</sup> (art. 17, II), mesmo assim com um pedágio de 50% do tempo faltante.

Com relação à aposentadoria por idade foram criados novos critérios para sua concessão, ao excluir das regras permanentes da Constituição Federal a possibilidade da aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima, com previsão no art. 201, § 7º, I<sup>151</sup> da Constituição Federal. Dessa nova redação podemos concluir que, na aposentadoria por idade urbana, a idade do homem permaneceu em 65 anos, mas a da mulher foi elevada para 62 anos.

Conforme mencionado acima, foram criadas 5 regras de transição para os segurados filiados ao regime de previdência social do Brasil antes da publicação da emenda 103/2019, porém as mesmas não serão objetos de análise, uma vez que fogem ao objeto de investigação

---

<sup>149</sup>CASTRO, C. A. P. de; KRAVCHYCHYN,G.; LAZZARI, J. B.; MACHADO, D. ***Comentários à Reforma da Previdência***. Rio de Janeiro: Forense, 2020..

<sup>150</sup> Art. 17. Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional e que na referida data contar com mais de 28 (vinte e oito) anos de contribuição, se mulher, e 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, fica assegurado o direito à aposentadoria quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

II - cumprimento de período adicional correspondente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem

<sup>151</sup> Art. 201, § 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição;

Com relação à aposentadoria especial a Emenda Constitucional 103/2019 alterou substancialmente a redação do § 1.º do art. 201 da Constituição estabelecendo a possibilidade de previsão, em lei complementar, de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes. A definição da idade mínima constou do art. 19, § 1.º<sup>152</sup>, sendo fixada provisoriamente em, no mínimo, de 55, 58 ou 60 anos, a depender do tempo de exposição de 15, 20 ou 25 anos, respectivamente. No futuro, esses requisitos serão disciplinados por lei complementar.

Na análise de João Batista Lazzari<sup>153</sup> essa alteração não se mostra condizente com a natureza dessa aposentadoria com uma exigência de idade mínima para a inativação, pois esse benefício se presta a proteger o trabalhador exposto a condições de trabalho inadequadas e retirando o trabalhador do ambiente antes que adoeça. Dessa forma essa nova redação vai de encontro à proteção social que é o principal fundamento da previdência social.

Por outro lado, merece destaque a ampliação pela emenda constitucional 103/2019 da aposentadoria dos segurados de baixa renda, em favor dos trabalhadores em situação de informalidade, importante regra de inclusão previdenciária e de redistribuição de renda com previsão no art. 201, § 12<sup>154</sup> da Constituição. A aposentadoria concedida para

---

<sup>152</sup>Art. 19. Até que lei disponha sobre o tempo de contribuição a que se refere o inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal, o segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social após a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional será aposentado aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, com 15 (quinze) anos de tempo de contribuição, se mulher, e 20 (vinte) anos de tempo de contribuição, se homem.

§ 1º Até que lei complementar disponha sobre a redução de idade mínima ou tempo de contribuição prevista nos §§ 1º e 8º do art. 201 da Constituição Federal, será concedida aposentadoria:

I - aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco)

anos, nos termos do disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quando cumpridos:

a) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 15 (quinze)

anos de contribuição;

b) 58 (cinquenta e oito) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 (vinte) anos de contribuição; ou

c) 60 (sessenta) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição;

<sup>153</sup>CASTRO, C. A. P. de; KRAVCHYCHYN, G.; LAZZARI, J. B.; MACHADO, D. *Comentários à Reforma da Previdência*. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

<sup>154</sup>Art. 201 § 12. Lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. ,

os segurados de baixa renda terá valor de um salário mínimo. Portanto, as mudanças nas regras de cálculo efetivadas pela EC 103/2019 não vão gerar consequências para esses segurados, pois já recebem benefício de valor mínimo.

### **2.3. A Segurança Social Portuguesa**

O sistema de segurança social português é composto por três sistemas: 1) o sistema de proteção social de cidadania, tendencialmente não contributivo, e que compreende três subsistemas – de ação social, de solidariedade e de proteção familiar; 2) o sistema previdencial, de caráter contributivo; e 3) o sistema complementar.

O objeto de nosso estudo será o sistema previdencial, de caráter contributivo, onde serão abordadas os beneficiários, as prestações devidas e o conceito do prazo de garantia para aquisição do direito.

O subsistema previdencial assenta nos princípios da solidariedade profissional e da contributividade e visa garantir prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdidos em consequência de verificação de determinadas situações, denominadas de eventualidades, nomeadamente doença, maternidade, paternidade e adoção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais<sup>155</sup>, invalidez, velhice e morte.

Esse subsistema é financiado basicamente pelas contribuições dos trabalhadores e das suas entidades empregadoras.

Em algumas situações de carência socioeconómica e insuficiência de contribuições para o sistema previdencial de Segurança Social, há a possibilidade de aceder a diversas prestações sociais, mediante o cumprimento de condições de recursos e de residência. Os demais apoios são baseados em sistemas contributivos.

São fontes do direito previdencial português as normas constitucionais, as Leis da Assembleia da República, os Tratados e Convenções Internacionais e por último o Direito Comunitário e Europeu.

A Segurança Social está presente no Artigo 63 da Constituição Federal

---

<sup>155</sup>No caso da eventualidade de acidente de trabalho, a proteção é garantida por via de seguro obrigatório contratado pelas entidades patronais junto a companhias de seguro.

Portuguesa, que dispõe ser uma incumbência do estado subsidiar, organizar e coordenar um sistema unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações associativas dos trabalhadores e de associações representativas de outros beneficiários.

O art. 63 da Constituição da República Portuguesa define os princípios orientadores que responsabilizam os diferentes representantes da nação, na adoção de medidas adequadas ao texto constitucional. Podemos encontrar no n.º 1 do mesmo artigo, o princípio da universalidade do sistema, independente de ser considerado como objetivo primacial do mesmo foi colocado em destaque, qualificando o Estado português enquanto Estado Social.

O n.º 2 do art. 63.º reporta-se à tarefa incumbida ao Estado na organização, coordenação e o financiamento do próprio sistema tendo que tomar decisões com audiência dos seus parceiros sociais, como é o caso das entidades representativas de trabalhadores, associações sindicais, ou outras entidades representativas dos beneficiários.

Por seu turno, no art. 63 n.º 3 do artigo são ilustradas algumas das realidades acauteladas pela Segurança Social. Assim, podemos dizer que existe uma proteção de cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, situações resultantes de desemprego, da diminuição de meios de subsistência ou capacidade de trabalho.

O art. 63.º n.º 4 estabelece o critério fundamental para a atribuição do direito à Segurança Social segundo o *princípio de aproveitamento total do tempo de trabalho*. Podemos destacar que o legislador define que, todo o tempo de trabalho contribui para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do sector de atividade em que essa tenha sido prestada.

Finalmente o n.º 5 do art.º 63.º refere-se à responsabilidade do Estado, em apoiar e fiscalizar, nos termos da Lei, a atividade e o funcionamento das diferentes Instituições Particulares de Segurança Social, ou outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo que prosseguem os mesmo objetivos seguidos dos entes públicos.

A Lei n.º. 04/2007 que aprova as bases gerais do sistema de segurança enumera os princípios gerais da Segurança Social no art. 5º<sup>156</sup>, tais como o princípio da universalidade, da igualdade, da solidariedade, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade, da inserção social, da coesão intergeracional, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da unidade, da descentralização, da participação, da eficácia, da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, da garantia judiciária e da informação.

O *Princípio da Universalidade*<sup>157</sup> prevê o acesso de todas as pessoas ao sistema da Segurança Social (art. 6º da Lei n.º. 4/2007).

O *Princípio da Igualdade*<sup>158</sup> defende a não discriminação dos beneficiários em razão de sexo e da nacionalidade (art. 7º da Lei n.º. 4/2007).

O *Princípio da Solidariedade*<sup>159</sup> centrado na responsabilidade coletiva para a realização das finalidades do sistema e envolve o concurso do Estado no seu financiamento (art. 8º da Lei n.º. 4/2007).

O *Princípio da Equidade Social*<sup>160</sup> (art. 9 da Lei n.º. 4/2007) que prevê um tratamento igual aos iguais e diferenciado aos desiguais, o *Princípio da Diferenciação Positiva*<sup>161</sup> (art. 10 da Lei n.º. 4/2007) que se traduz numa flexibilização das prestações em função dos rendimentos, das eventualidades sociais e de outros fatores.

---

<sup>156</sup>Constituem princípios gerais do sistema o princípio da universalidade, da igualdade, da solidariedade, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade, da inserção social, da coesão intergeracional, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da unidade, da descentralização, da participação, da eficácia, da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, da garantia judiciária e da informação.

<sup>157</sup>Art. 6º. O princípio da universalidade consiste no acesso de todas as pessoas à protecção social assegurada pelo sistema, nos termos da lei.

<sup>158</sup>Art. 7º. O princípio da igualdade consiste na não discriminação dos beneficiários, designadamente em razão do sexo e da nacionalidade, sem prejuízo, quanto a esta, de condições de residência e de reciprocidade.

<sup>159</sup>Art. 8. O princípio da solidariedade consiste na responsabilidade colectiva das pessoas entre si na realização das finalidades do sistema e envolve o concurso do Estado no seu financiamento, nos termos da presente lei.

2 - O princípio da solidariedade concretiza-se:

a) No plano nacional, através da transferência de recursos entre os cidadãos, de forma a permitir a todos uma efectiva igualdade de oportunidades e a garantia de rendimentos sociais mínimos para os mais desfavorecidos;  
b) No plano laboral, através do funcionamento de mecanismos redistributivos no âmbito da protecção de base profissional; e  
c) No plano intergeracional, através da combinação de métodos de financiamento em regime de repartição e de capitalização.

<sup>160</sup>Art. 9. O princípio da equidade social traduz-se no tratamento igual de situações iguais e no tratamento diferenciado de situações desiguais.

<sup>161</sup>Art. 10. O princípio da diferenciação positiva consiste na flexibilização e modulação das prestações em função dos rendimentos, das eventualidades sociais e de outros factores, nomeadamente, de natureza familiar, social, laboral e demográfica.

O *Princípio da Subsidiariedade*<sup>162</sup>(art. 11 da Lei nº. 4/2007) que reconhece o papel essencial das pessoas, das famílias e de outras instituições não públicas na prossecução dos objetivos da segurança social; o *Princípio da Inserção Social*<sup>163</sup>(art. 12 da Lei nº. 4/2007) que busca ações desenvolvidas para eliminar causas de marginalização e exclusão social e promover a dignificação humana e; o *Princípio da Coesão Intergeracional*<sup>164</sup>(art. 13 da Lei nº. 4/2007)ajustando equilíbrio entre as gerações na assunção de responsabilidades do sistema.

O *Princípio do Primado da responsabilidade pública*<sup>165</sup>(art. 14 da Lei nº. 4/2007) que se traduz na necessidade do Estado de criar condições necessárias à efetivação do direito à segurança social e de cuidar do sistema, o *Princípio da Complementaridade*<sup>166</sup>(art. 15 da Lei nº. 4/2007) como sendo a articulação de várias formas de proteção, com o objetivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e a partilha das responsabilidades nos diferentes patamares da proteção social e o *Princípio da Unidade*<sup>167</sup>(art. 16 da Lei nº. 4/2007) como uma atuação articulada dos diferentes sistemas, subsistemas e regimes da segurança social para a harmonização e complementaridade.

O *Princípio da Descentralização*<sup>168</sup>(art. 17 da Lei nº. 4/2007) que se manifesta na autonomia das instituições, aproximando-se da população nas questões de organização e planeamento, o *Princípio da Participação*<sup>169</sup>(art. 18 da Lei nº. 4/2007) que envolve a responsabilização dos interessados na definição, planeamento e gestão do

---

<sup>162</sup>Art. 11. princípio da subsidiariedade assenta no reconhecimento do papel essencial das pessoas, das famílias e de outras instituições não públicas na prossecução dos objectivos da segurança social, designadamente no desenvolvimento da acção social

<sup>163</sup>Art. 12. O princípio da inserção social caracteriza-se pela natureza activa, preventiva e personalizada das acções desenvolvidas no âmbito do sistema, com vista a eliminar as causas de marginalização e exclusão social e a promover a dignificação humana.

<sup>164</sup>Art. 13. O princípio da coesão intergeracional implica um ajustado equilíbrio e equidade geracionais na assunção das responsabilidades do sistema.

<sup>165</sup>Art. 14. O princípio do primado da responsabilidade pública consiste no dever do Estado de criar as condições necessárias à efectivação do direito à segurança social e de organizar, coordenar e subsidiar o sistema de segurança social.

<sup>166</sup>Art. 15. O princípio da complementaridade consiste na articulação das várias formas de protecção social públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objectivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das responsabilidades nos diferentes patamares da protecção social.

<sup>167</sup>Art. 16. O princípio da unidade pressupõe uma actuação articulada dos diferentes sistemas, subsistemas e regimes de segurança social no sentido da sua harmonização e complementaridade.

<sup>168</sup>Art. 17. O princípio da descentralização manifesta-se pela autonomia das instituições, tendo em vista uma maior aproximação às populações, no quadro da organização e planeamento do sistema e das normas e orientações de âmbito nacional, bem como das funções de supervisão e fiscalização das autoridades públicas.

<sup>169</sup>Art. 18. O princípio da participação envolve a responsabilização dos interessados na definição, no planeamento e gestão do sistema e no acompanhamento e avaliação do seu funcionamento.

sistema e O *Princípio da Eficácia*<sup>170</sup>(art. 19 da Lei n.º. 4/2007) fundamentado numa concessão oportuna das prestações legalmente previstas de maneira eficaz.

O *Princípio da Tutela dos direitos adquiridos*<sup>171</sup>(art. 20 da Lei n.º. 4/2007)e em formação que visa à proteção aos direito adquiridos e em formação, o *Princípio da Garantia Judiciária*<sup>172</sup> (art. 21 da Lei n.º. 4/2007)que garante ao interessado o acesso aos tribunais, em tempo útil, para fazer valer seu direito ao recebimento das prestações, e o *Princípio da Informação*<sup>173</sup>(art. 22 da Lei n.º. 4/2007) que consiste no direito do segurado de conhecimento dos seus direitos e deveres, e de sua situação junto a Segurança Social.

No que diz respeito ao sistema previdencial, podemos destacar que o mesmo parte do princípio de solidariedade de base profissional e tem como objetivo garantir prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho em consequência das seguintes eventualidades: doença, maternidade, paternidade e adoção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice e morte (arts. 50º e 52º da Lei n.º. 4/2007)<sup>174</sup>.

São beneficiários deste sistema os trabalhadores por conta de outrem, os equiparados e os independentes, havendo a obrigação legal de contribuir e o direito às prestações (nº 1 do art. 51º e art. 54º da Lei n.º. 4/2007citado acima)<sup>175</sup>. Aqueles que não exercem uma atividade profissional ou que, exercendo-a, não se enquadrem em nenhum dos Regimes anteriores, podem aderir voluntariamente à proteção social (nº 2 do art. 51º da

---

<sup>170</sup>Art. 19. O princípio da eficácia consiste na concessão oportuna das prestações legalmente previstas, para uma adequada prevenção e reparação das eventualidades e promoção de condições dignas de vida.

<sup>171</sup>Art. 20. O princípio da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação visa assegurar o respeito por esses direitos, nos termos da presente lei.

<sup>172</sup>Art. 21. O princípio da garantia judiciária assegura aos interessados o acesso aos tribunais, em tempo útil, para fazer valer o seu direito às prestações.

<sup>173</sup>Art. 22. O princípio da garantia judiciária assegura aos interessados o acesso aos tribunais, em tempo útil, para fazer valer o seu direito às prestações.

<sup>174</sup>Art. 50. O sistema previdencial visa garantir, assente no princípio de solidariedade de base profissional, prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas.

Art. 52. 1 - A protecção social regulada no presente capítulo integra as seguintes eventualidades:

- a) Doença;
- b) Maternidade, paternidade e adoção;
- c) Desemprego;
- d) Acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- e) Invalidez;
- f) Velhice; e
- g) Morte.

<sup>175</sup>Art. 51, 1 - São abrangidos obrigatoriamente pelo sistema previdencial, na qualidade de beneficiários, os trabalhadores por conta de outrem ou legalmente equiparados e os trabalhadores independentes.

Lei n.º 4/2007)<sup>176</sup>.

Para que possam se beneficiar do sistema previdencial é necessário que os trabalhadores estejam inscritos na segurança social e que, em conjunto com as entidades empregadoras, cumpram as suas obrigações contributivas (art. 55º da Lei n.º 4/2007)<sup>177</sup>. A obrigação de contribuição para os regimes da segurança social por parte das entidades empregadoras ocorre no início e no decorrer da contratação de trabalhadores com atividade profissional subordinada (arts. 56º e 59º da Lei n.º 4/2007)<sup>178</sup>. Os valores relativos às contribuições e às quotizações são definidos por Lei, a qual aprova o código dos regimes contributivos do sistema previdencial de segurança social.

---

<sup>176</sup>Art. 51, 2 - As pessoas que não exerçam actividade profissional ou que, exercendo-a, não sejam, por esse facto, enquadradas obrigatoriamente nos termos do número anterior, podem aderir à protecção social definida no presente capítulo, nas condições previstas na lei.

<sup>177</sup>Art. 55. São condições gerais de acesso à protecção social garantida pelos regimes do sistema previdencial a inscrição e o cumprimento da obrigação contributiva dos trabalhadores e, quando for caso disso, das respectivas entidades empregadoras.

<sup>178</sup>Art. 56. 1 - Os beneficiários e, no caso de exercício de actividade profissional subordinada, as respectivas entidades empregadoras, são obrigados a contribuir para os regimes de segurança social.

2 - A obrigação contributiva das entidades empregadoras constitui-se com o início do exercício da actividade profissional dos trabalhadores ao seu serviço.

3 - A lei define o modo e as condições de concretização da obrigação contributiva e das demais obrigações dos contribuintes perante o sistema.

4 - A lei estabelece ainda, nos casos de incumprimento das obrigações dos contribuintes, o regime do respectivo suprimento oficioso pelos serviços da segurança social.

Art. 57. 1 - O montante das quotizações dos trabalhadores por conta de outrem e das contribuições das entidades empregadoras é determinado pela aplicação das taxas legalmente previstas às remunerações que, nos termos da lei, constituam base de incidência contributiva.

2 - A lei define os critérios e as condições de registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições, designadamente quanto à relevância jurídica, ao valor a registar e ao respectivo período de registo.

3 - As taxas contributivas são fixadas, actuarialmente, em função do custo de protecção das eventualidades previstas, sem prejuízo da possibilidade de adequações, designadamente em razão da natureza das entidades contribuintes, das situações específicas dos beneficiários ou de políticas de emprego.

4 - A lei pode prever mecanismos de adequação do esforço contributivo, justificados pela alteração das condições económicas, sociais e demográficas, designadamente mediante a conjugação de técnicas de repartição e de capitalização.

Art. 58. 1 - A lei pode ainda prever, protegendo os direitos adquiridos e em formação e garantindo a sustentabilidade financeira da componente pública do sistema de repartição e das contas públicas nacionais e o respeito pelo princípio da solidariedade,

a aplicação de limites superiores aos valores considerados como base de incidência contributiva ou a redução das taxas contributivas dos regimes gerais, tendo em vista nomeadamente o reforço das poupanças dos trabalhadores geridas em regime financeiro de capitalização.

2 - A determinação legal dos limites referidos no número anterior é baseada em proposta fundamentada em relatório que demonstre, de forma inequívoca, o cumprimento dos requisitos mencionados no número anterior e será obrigatoriamente precedida de parecer favorável da comissão executiva do Conselho Nacional de Segurança Social.

Art. 59. 1 - As entidades empregadoras são responsáveis pelo pagamento das quotizações dos trabalhadores ao seu serviço, devendo para o efeito proceder, no momento do pagamento das remunerações, à retenção na fonte dos valores correspondentes.

2 - São nulas as cláusulas do contrato, individual ou colectivo, pelo qual o trabalhador assumia a obrigação de pagar, total ou parcialmente, as contribuições devidas pela entidade empregadora.



Outra das condições necessárias para beneficiar do sistema previdencial prende-se com o decurso de um período mínimo de contribuições ou situação equivalente (prazo de garantia). Este período pode corresponder à totalização de períodos contributivos ou equivalentes, registados no quadro de regimes de proteção sociais nacionais ou estrangeiros, conforme a Lei ou os instrumentos internacionais aplicáveis (art. 61º da Lei n.º 4/2007)<sup>179</sup>.

O montante das prestações substitutivas dos rendimentos da atividade profissional depende do valor das remunerações registradas, podendo também ser considerados outros elementos, como a natureza da eventualidade, a duração da carreira contributiva, a idade do beneficiário ou o grau de incapacidade (art. 62º da Lei n.º 4/2007)<sup>180</sup>.

O Decreto-Lei n.º 360/17 dispõe sobre a verificação de incapacidade que é um instrumento de peritagem, constituído por meio técnicos para constatar sua existência e meios técnicos de assessoria à respectiva coordenação (art. 3º). Seu regramento está presente nos artigos do referido decreto que faz parte do título III e compõe as prestações do sistema previdencial.

O Decreto-Lei n.º 28/2004 trata das prestações por doença do sistema previdencial, dispondo que é uma prestação pecuniária, compensatória da perda da remuneração resultante da incapacidade temporária para o trabalho por motivo de doença, desde que reúnam as condições de acordo com o referido dispositivo legal. No capítulo I do Decreto 28/2004, encontramos natureza, objeto e o âmbito de sua aplicação<sup>181</sup>. No capítulo II as condições de atribuição das prestações<sup>182</sup>.

O Decreto-Lei n.º 91/2009 dispõe sobre as prestações do regime previdencial, mais precisamente os subsídios no âmbito da maternidade, paternalidade e

---

<sup>179</sup>Art. 61. 1 - Constitui condição geral de atribuição das prestações, nas eventualidades em que tal seja exigido, o decurso de um período mínimo de contribuição ou situação equivalente.

2 - O decurso do período previsto no número anterior pode ser considerado como cumprido pelo recurso à totalização de períodos contributivos ou equivalentes, registados no quadro de regimes de protecção social, nacionais ou estrangeiros, nos termos previstos na lei ou em instrumentos internacionais aplicáveis.

<sup>180</sup>Art. 62. 1 - O valor das remunerações registadas constitui a base de cálculo para a determinação do montante das prestações pecuniárias substitutivas dos rendimentos, reais ou presumidos, da actividade profissional.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a determinação dos montantes das prestações pode igualmente ter em consideração outros elementos, nomeadamente e consoante os casos, a natureza da eventualidade, a duração da carreira contributiva, a idade do beneficiário ou o grau de incapacidade.

<sup>181</sup> Vide arts. 1º ao 7º do Dcereo-Lei n.º 28/2004

<sup>182</sup> Vide arts. 8º ao 14º do Decreto-Lei n.º 28/2004

adoção. A referida proteção abrange o regime dos trabalhadores por conta de outrem e o regime dos trabalhadores independentes<sup>183</sup>.

O Decreto-Lei n.º 187/2007 contém as prestações do sistema previdencial no regime jurídico de proteção nas eventualidades invalidez e velhice do regime geral de segurança social, que se concretizam através de prestações pecuniárias que têm como objetivo compensar o beneficiário no caso de incapacidade para o exercício de sua profissão, resultante de causa não profissional, antes de atingir a idade normal da acesso à pensão por velhice; e destinadas a proteger os beneficiários quando atingem a idade mínima legal que se presume ser a adequada para a cessação da atividade profissional, atualmente fixada em 66 anos e 5 meses, respectivamente.

O Decreto-Lei n.º 322/90 define e regulamenta a proteção na eventualidade da morte dos beneficiários, através da atribuição de determinadas prestações pecuniárias, definido os critérios para concessão da pensão por sobrevivência, do subsídio por morte e reembolso das despesas com funeral. O art. 7º do referido diploma legal narra quem são os titulares do direito às prestações. Convém destacar a Lei 7/2001 traz algumas regras acerca do direito às prestações nas uniões de fato.

O Decreto-Lei n.º 220/2006 traz regras sobre a proteção no desemprego, que pode ser considerado uma das pedras basilares do sistema de proteção social, uma vez que reconhece a importância e a necessidade de valorizar o papel social deste tipo de prestação. Os trabalhadores abrangidos por essa prestações pertencem ao regime dos trabalhadores por conta de outrem.

Cabe destacar que o art. 57 do decreto dispõe que nas situações de desemprego de longa duração e depois de esgotados os subsídios de desemprego ou social de desemprego inicial, os beneficiários podem requerer a pensão de velhice antecipada da idade, desde que cumpram os requisitos da lei<sup>184</sup>.

## 2.4. Síntese Comparativa

A Previdência Social no Brasil, assim com a Segurança Social em Portugal se encontra prevista na Constituição, como um sistema contributivo, solidário, de

---

<sup>183</sup> Vide art. 4º do Decreto-Lei n.º 91/2009

<sup>184</sup> Vide art. 57 do Decreto-Lei n.º. 220/2006

proteção social de substituição da renda, frente às contingências de velhice, invalidez, morte, doença, paternalidade, maternalidade e adoção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Ambos os sistemas tem caráter legal, em contraposição ao caráter contratual. Isso porque todos os direitos relativos à Previdência Social e a Segurança Social decorrem da lei, ressaltando que no caso do Brasil a Lei n.º 8.213/90, regulamentada pelo Decreto n.º. 3.048/99 trata do assunto, enquanto que em Portugal a Lei de Bases n.º 04/2007 apresenta as regras gerais do sistema, mas as contingências são tratadas em Decretos-Lei específicos.

No Brasil, a proteção do risco da incapacidade tratada na Lei n.º. 8.213/90 e regulamentada pelo Decreto n.º. 3.048/99 prevê a concessão dos benefícios auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, que protegem o risco da incapacidade advinda de acidente de trabalho, ou de acidente de qualquer natureza e também protegem a incapacidade advinda de doença comum e doença de origem laborativa.

Destacamos a diferenciação na concessão dos benefícios advindos de causa acidentária, onde não há previsão de carência, ao contrário dos benefícios que tenham como causa doenças não ocupacionais, que exigem carência de 12 meses de contribuição, conforme previsão do art. 26 da Lei 8.213/91 e art. 30, I e III do Decreto 3.048/99.

Em Portugal a legislação que trata do risco da incapacidade está prevista na Lei n.º 4/2007 e o Decreto-Lei n.º 187/2007 que define e regulamenta o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de velhice e invalidez e o Decreto-Lei n.º 28/2004 que trata das prestações por doença do sistema previdencial. Na Legislação Portuguesa a proteção na invalidez, diferente do que ocorre no Brasil, ainda se faz a distinção entre invalidez relativa ou absoluta.

No caso da invalidez relativa é considerada quando o beneficiário, em consequência de incapacidade permanente, não possa auferir na sua profissão mais de um terço da remuneração correspondente ao seu exercício normal. No caso da invalidez absoluta é considerada quando o beneficiário se encontra em situação de incapacidade permanente e definitiva para toda e qualquer profissão ou trabalho.

Com relação às contingências dos benefícios decorrentes de acidente de

trabalho, no Brasil o Regime Geral de Previdência Social é o responsável pelo pagamento das prestações, enquanto que em Portugal há legislação específica neste assunto.

Quanto à proteção da incapacidade decorrente de acidentes e doenças comuns, tanto no Brasil quanto em Portugal fica a cargo do regime previdencial, destacando que essa proteção e os benefícios são revistos periodicamente, podendo haver a cessação pela recuperação da capacidade em ambos os países.

No Brasil a aposentadoria por idade está prevista no art. 48 da Lei n.º 8.213/90, sendo devida quando o segurado alcançar um limite de idade de acordo com a legislação previdenciária sendo de 65 anos para o homem e 62 anos para a mulher. Para ter direito ao benefício é necessário comprovar a carência de 180 contribuições.

Com a reforma da previdência no Brasil foi extinta a aposentadoria por tempo de contribuição, concedida sem idade mínima e levando em consideração apenas o tempo de contribuição.

Em Portugal a pensão por velhice está prevista nos arts. 19 e 20 do Decreto-Lei n.º 187/2007 sendo devida ao segurado que possua um prazo de garantia de 15 anos civis ou intercalados, com registro de remuneração e tenha atingido a idade mínima de 66 anos e 5 meses, atualmente, aumentando progressivamente em função da esperança de vida aos 65 anos de idade.

No art. 21 do Decreto Lei n.º 187/2007 está prevista uma regra da flexibilização da idade de pensão de velhice, que consiste no direito de requerer a pensão em idade inferior ou superior á idade normal de acesso à pensão. O benefício é devido ao beneficiário que, tendo cumprido o prazo de garantia, tenha, pelo menos, 55 anos de idade e que, á data que perfaça esta idade, tenha completado 30 anos de registro de remunerações relevantes para cálculo da pensão, semelhante ao benefício extinto no Brasil de aposentadoria por tempo de contribuição.

Os arts. 22, 23 e 24 do Decreto-Lei n.º 187/2007 também preveem outras hipóteses de antecipação da pensão por velhice, levando em consideração outros fatores.

A pensão por morte no Brasil está previsto nos arts. 74 a 79 da Lei n.º 8.213/90 sendo um benefício previdenciário devido aos dependentes do segurado que vier a falecer, estando ou não aposentado. Têm direito à pensão por morte os dependentes do

falecido que fosse segurado da Previdência Social. No caso do Brasil Os dependentes estão enumerados nos incisos. I a III do art. 16 da Lei n.º 8.213/91.

Em Portugal O Decreto-Lei n.º 322/90 define e regulamenta a proteção na eventualidade da morte dos beneficiários, através da atribuição de determinadas prestações pecuniárias, definido os critérios para concessão da pensão por sobrevivência, do subsidio por morte e reembolso das despesas com funeral. O art. 7º do referido diploma legal narra quem são os titulares do direito às prestações.

No caso do Brasil, o filho inválido ou deficiente de qualquer idade tem direito ao benefício de pensão por morte, conforme previsão no inciso I do art. 16 da Lei n.º 8.213/90, desde que a invalidez seja anterior ao óbito. No caso da Segurança Social de Portugal, o Decreto-Lei n.º 322/90 em seu art. 12, 2, letra “c” prevê o pagamento tratando-se de pessoa com deficiência que nessa qualidade seja destinatário de prestações, diferente do caso do Brasil que inclui o filho inválido como dependente habilitado para receber o benefício.

Outra diferença é a forma de cálculo dos benefícios, no sistema previdencial em Portugal as prestações não estão limitados ao salário mínimo nacional, diferente do que ocorre na previdência social no Brasil que utiliza o salário mínimo como fator limitador.

No Brasil tem ocorrido a chamada “Judicialização dos conflitos previdenciários”, na medida em que os benefícios requeridos e negados pelo INSS, acabam se tornando objeto de ação judicial. Essa litigiosidade crescente está associada a alguns fatores. Dentre eles podemos destacar: i) Aspectos sociais e políticos, como, por exemplo, o trabalho informal preponderante principalmente no meio rural e a facilitação do acesso ao poder judiciário; ii) O não esgotamento das vias administrativas para resolução de conflitos instaurados entre o INSS e os seus segurados; iii) A edição pelo INSS de vários atos normativos com entendimentos que contrariam a jurisprudência já sedimentada dos tribunais; e, ii) a falta de capacitação dos servidores da autarquia previdenciária, responsáveis pelas análises dos requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais.

As decisões administrativas relacionadas ao reconhecimento dos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais estão entre as que mais são questionadas no poder judiciário. O INSS, mesmo tendo ciência do alto grau de informalidade que rege as relações de trabalho no campo, mostra-se muito inflexível ao apreciar provas de atividade rural, ao

ponto de estipular em seus atos normativos um rol taxativo de documentos que podem ser aceitos para tal finalidade, ferindo, assim, o direito do requerente à produção de provas, corolário do direito constitucional da Ampla Defesa (art. 5º, LV da CF/88).

A facilidade de ingresso com uma ação judicial sem o patrocínio de um advogado em causas cujo valor não ultrapasse sessenta salários mínimos e a celeridade dos procedimentos do juizado especial federal que trata da matéria no Brasil acabou por colaborar com os altos índices de ações judiciais propostas em face do INSS.

Nos termos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo decreto nº 3.048/99, quando um requerimento de benefício previdenciário ou assistencial é indeferido pelo INSS o requerente ainda pode interpor recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social, que é representado em primeira instância pelas Juntas de Recursos da Previdência Social e em segunda instância pelas Câmaras de Julgamento. Todavia, grande parte dos requerimentos que chegam ao Poder Judiciário não passa pela apreciação desses órgãos administrativos. A explicação para isso está no fato de que no Brasil o acesso ao Poder Judiciário está protegido pelo Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional, previsto no art. 5º, inciso XXXV da CF/88. Assim, não é obrigatório que o cidadão esgote todas as vias administrativas, para ver sua pretensão resistida ser apreciada por um magistrado.

Além disso, a falta de conhecimento por parte dos segurados sobre a existência de órgãos administrativos responsáveis pela reapreciação das decisões proferidas pelo INSS e a demora na tramitação de um recurso administrativo, que às vezes supera o tempo decorrente entre a propositura de uma ação e a prolação de uma sentença judicial, são causas conhecidas da não utilização desse meio recursal. A maioria das decisões proferidas nos processos administrativos de benefícios previdenciários e assistenciais, que tramitam no INSS são fundamentados em atos normativos secundários, como orientações internas, memorandos e instruções normativas, que expõe o entendimento da Autarquia sobre a legislação em vigor.

Há diversas questões que envolvem matéria previdenciária no Brasil que há muito tempo foram pacificadas pela jurisprudência dos tribunais superiores, porém o INSS, em reiteradas edições de seus atos normativos, mantém posição antagônica em relação a esses entendimentos jurisprudenciais solidificados, obrigando os seus servidores a negarem direitos que são amplamente reconhecidos pelo Poder Judiciário.

Não bastasse forçar indevidamente seus segurados a ingressarem com ações judiciais para terem reconhecidos seus direitos, o INSS, com bastante frequência recorre de decisões de primeira instância, fundamentadas e condizentes com as repetidas decisões dos tribunais superiores sobre alguma matéria previdenciária, protelando injusta e injustificadamente o reconhecimento de um direito legítimo.

Por último, como causa do excessivo volume de ações judiciais propostas em face do INSS podemos citar a falta de capacitação dos servidores responsáveis pela análise de requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais. É cediço que a maioria desses servidores são técnicos, cuja formação é insuficiente, que não recebem treinamento adequado para desempenharem tarefas deveras complexas, que demandam aptidões muitas vezes superiores a sua aptidão técnica.

Podemos acrescentar que aliado ao despreparo, encontramos outro problema para grande parte dos servidores do INSS: a auditoria. Por causa do temor em responder a um processo administrativo, por ter concedido indevidamente um benefício, o servidor do INSS acaba indeferindo o benefício, livrando-se da responsabilidade de decidir de forma fundamentada.

Em Portugal os benefícios previdenciários costumam ser deferidos pela Segurança Social, não havendo um numero relevante de ações judiciais em matéria de benefício previdenciário, exceto nos casos onde os benefícios são abrangidos pelo acordo de segurança social que serão tratados em capítulo específico.

No caso de Portugal, toda a matéria referente à Segurança Social está disposta na lei de bases, sendo as contingências regulamentadas pelos Decretos, já no caso do Brasil, apesar de haver legislação específica regulamentada por Decreto, foram editadas normas infra legais, conhecidas como Instruções Normativas com padrões a serem seguidos pelos servidores, muitas vezes contrário ao que dispõe a legislação e a Jurisprudência sobre a matéria.

### 3. MECANISMOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

#### 3.1. A Migração Internacional

O processo de migração internacional pode ser desencadeado por diversos fatores: em consequência de desastres ambientais, guerras, perseguições políticas, étnicas ou culturais, causas relacionadas a estudos em busca de trabalho e melhores condições de vida, entre outros. O principal motivo para esses fluxos migratórios internacionais é o econômico, no qual as pessoas deixam seu país de origem visando à obtenção de emprego e melhores perspectivas de vida em outras nações.

A crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização tem sido objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam para sua diversidade, seus significados e suas implicações. Parte significativa desse arsenal de contribuições se volta à reflexão das grandes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais em andamento no âmbito internacional.

O migrante pretende e busca se integrar ao mercado de trabalho do país de acolhida, mas nem sempre isso ocorre, pelas mais variadas razões: preconceito, barreiras linguísticas, religiosas ou culturais, questões burocráticas, como validação de diplomas universitários ou profissionais, entre outros.

Outra questão que merece destaque é a inserção do migrante no mercado de trabalho informal, de modo precário, o que ocorre em razão da vulnerabilidade em que se encontra no território estrangeiro.

O movimento internacional de pessoas, especialmente de trabalhadores, é regulado por órgãos internacionais. A OIT, agência especializada da ONU, que também atua em proteção ao trabalhador migrante, foi criada com a finalidade de humanizar as condições de trabalho, combatendo as injustiças e as mazelas sociais estabelecendo condições mais justas e equitativas a esses trabalhadores, inclusive aos migrantes internacionais, diante da vulnerabilidade desse grupo social.

A uniformização da regulação das relações de trabalho entre os Estados-membros é efetuada a partir da edição de Convenções, Recomendações e Resoluções. As convenções elaboradas pela OIT são tratados multilaterais que necessitam de ratificação pelos Estados-partes para gerarem efeitos normativos no plano interno. Logo, somente



após sua ratificação elas passam a constituir fontes formais do direito.

A Convenção nº. 97 da OIT nos artigos 1º a 3º trata do direito à informação do trabalhador migrante em relação às políticas migratórias dos Estados em que vigora tal documento, assim como à obrigação de tais Estados assegurarem os direitos individuais desses trabalhadores e de cooperarem com outros signatários.

A Convenção nº. 143, denominada de “*Convenção sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento aos Trabalhadores Migrantes*”, não foi ratificada pelo Brasil. Verifica-se na sua exposição de motivos, a referência à Constituição da OIT e à Declaração de Filadélfia, destacam que o trabalho da pessoa não deve ser entendido como mercadoria; devendo este ser compreendido a partir de uma relação social mais ampla, em que pese à dignidade da pessoa humana.

Essa Convenção abrange os migrantes que se encontram em situação irregular, estabelecendo alguns direitos adicionais àqueles em situação regular. Assegura que é faculdade de cada Estado determinar quais trabalhadores estão em situação irregular e as medidas a serem adotadas para restringir tal fluxo, disciplinando que as sanções devem ser aplicadas contra os organizadores de movimentos migratórios e empregadores, mas nunca contra o migrante. A Convenção inclui, ainda, disposições sobre política social, reagrupamento familiar e direito social.

Dessa forma, cabe ao Estado garantir a igualdade de tratamento entre os trabalhadores migrantes e os nacionais, especialmente quanto à segurança de emprego, reclassificação e trabalhos de recurso e readaptação, evidenciando a preocupação da Convenção com os trabalhadores indocumentados.

A primeira manifestação da ONU com relação ao tema ocorreu em 1972 com a edição da Resolução nº. 1706 do Conselho Econômico e Social, que alertava para “os problemas de transporte ilegal de trabalhadores para países europeus e de exploração de trabalhadores de países africanos em condições similares à escravidão e ao trabalho forçado”<sup>185</sup>. Posteriormente, sob a perspectiva dos direitos humanos, foi elaborada a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores

---

<sup>185</sup> PIOVESAN, F. *Migrantes sob a perspectiva dos direitos humanos*. Diversitas. v. 1, n. 1, 2013. P. 138-140.

Migrantes e dos Membros das Suas Famílias, adotada em Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução nº 45/158, de 18 de dezembro de 1990.

A despeito da existência de um amplo quadro normativo internacional de proteção aos trabalhadores migrantes, constata-se que esses instrumentos são insuficientes para coibir a violação aos direitos fundamentais.

A proteção social destinada aos migrantes reflete estas questões introdutórias.

Um dos pontos centrais dessa questão reside no fato de que os regimes previdenciários, nos sistemas nacionais, exigem a vinculação formal a alguma atividade laborativa, ou, ao menos, o recolhimento voluntário de contribuições previdenciárias.

Por outro lado, os migrantes indocumentados, irregulares ou em qualquer estágio de informalidade estarão, em contrapartida, excluídos formalmente da proteção social, contrariamente ao que foi definido pela convenção nº. 143 da OIT.

Essa costuma ser a questão central no que diz respeito à inclusão dos migrantes nos sistemas de Seguridade Social.

Independente da política pública adotada é de suma importância que seja adotada uma hermenêutica pautada pelos direitos fundamentais. O viés de direitos fundamentais deve se sobrepor a burocracia administrativa e das regras relativas a relações de trabalho e exigências contributivas.

O prisma de direitos fundamentais a nortear a Seguridade Social pode se dar pelo prisma individual, aplicando-se o exercício desses direitos por cada pessoa que deles faça jus, mas deve ser estabelecido também pelo aspecto institucional.

Do ponto de vista do Direito Internacional de Direitos Humanos, o PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, estabelece como parâmetro que os direitos econômicos ali assegurados sejam garantidos também aos não nacionais, conjugada a gramática de direitos humanos e a situação econômica nacional.

A Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e suas famílias estabelece que estes trabalhadores e seus familiares, beneficiam-se, em matéria de Seguridade Social, de um tratamento igual ao que for concedido aos nacionais, sem prejuízo das condições impostas pela legislação ou pelos

tratados bilaterais ou multilaterais aplicáveis.

Além da harmonização legislativa do âmbito da Seguridade Social na esfera internacional, a internacionalização da Seguridade Social também se manifesta pela perspectiva de coordenação entre os diversos fenômenos nacionais:

*“O crescente fenômeno da globalização e interação regional tem acarretado um incremento da mobilidade de trabalhadores através das fronteiras em busca de novas oportunidades de negociar sua força de trabalho, criando um fluxo migratório cada vez mais diverso e complexo no tocante à forma, status, direção e duração da experiência migratória”<sup>186</sup>.*

Outra questão que deve ser considerada no que diz respeito à questão das migrações e acesso aos direitos fundamentais da Seguridade Social, especialmente aos de natureza previdenciária reside no tempo normalmente longo necessário para aquisição dos direitos:

*“Ocorre que um dos maiores problemas a serem enfrentados por esses acordos envolve o fato de que o direito de seguridade social lida com mobilizações de recursos por longos períodos de maturação. Afinal, um dos requisitos de elegibilidade, especificados na legislação nacional de cada sistema, especialmente para benefícios de longo prazo, como aposentadoria por idade e invalidez, é o período de carência ou espera, que pode consistir num tempo de contribuição, ocupação devidamente coberto ou residência. Os trabalhadores migrantes muitas vezes se encontram em situações em que foram filiados ao sistema de seguridade social de um país por um período insuficiente para atender os aludidos requisitos. Desse modo, por maior que seja o tempo de filiação de que disponha, se não atender ao tempo de filiação no tempo da ocorrência da contingência ou imediatamente antes, torna-se inelegível para os correspondentes benefícios”<sup>187</sup>.*

A solução internacional adotada para solucionar essa questão gravita em

<sup>186</sup>COSTA, J. G. F. *Seguridade Social Internacional*. Curitiba: Juruá . 2017. P. 194.

<sup>187</sup> COSTA, J. G. F. *Seguridade Social Internacional*. Curitiba: Juruá . 2017. P. 200.

torno de três eixos: i) cálculo proporcional do benefício (conforme o tempo de trabalho ou tempo de contribuição recolhido); ii) cálculo direto (nas mesmas condições); ou, iii) integração de regimes, com a somatória do tempo de trabalho ou de contribuição existente nos diversos sistemas nacionais, a critérios dos acordos bilaterais ou multilaterais.<sup>188</sup>

Por outro lado, deve-se considerar que embora o trabalho seja um dos fatores de centralidade nas migrações, certamente haverá uma parcela de migrantes que não poderão se inserir no mercado de trabalho por características pessoais<sup>189</sup>.

É fundamental salientar que os direitos humanos devem estar no centro de qualquer análise da migração. São as ONGs e organizações de Direitos Humanos que tem dado maior ênfase à proteção dos direitos dos migrantes e refugiados. Os direitos dos migrantes têm emergido como um tema importante na agenda de conferências e fóruns relacionados com a migração, bem como a atenção da mídia aumentou substancialmente. O desafio é transformar esta preocupação em ações concretas.

A perspectiva de proteção aos direitos do migrante pressupõe a compreensão do conceito de cidadão numa visão de cidadania universal, que não está vinculada e nem é sinônimo de nacionalidade. Por mais que as legislações e as posturas dos poderes constituídos possam ser cada vez mais rígidas, o ser humano migra e é levado, quando não forçado, a migrar. Essa mobilidade não justifica qualquer desrespeito aos direitos humanos, anteriores a qualquer norma positiva ou fronteira geográfica e política e aos direitos culturais e sociais, que não podem ser condicionados a um único fator, qual seja o da nacionalidade, dessa forma, a nacionalidade não esgota, tampouco abarca toda a amplitude da dimensão do ser humano e de sua dignidade a ser elevada aos patamares da proteção legal para assegurar-lhe o respeito aos seus direitos, independentemente do local ou país em que se encontre.

As propostas de organismos internacionais, inclusive no sentido da formulação institucional de medidas jurídicas para a efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mediante parcerias, acordos bi ou trilaterais e multilaterais, de um lado, e a moldura dos acordos de integração econômica regional, de outro, constituem uma brecha importante no monitoramento de políticas migratórias.

---

<sup>188</sup> COSTA, J. G. F. *Seguridade Social Internacional*. Curitiba: Juruá. 2017. P. 201.

<sup>189</sup> SERAU Junior, M. A. *Seguridade Social e Direitos Fundamentais*. 3ª ed. rev. ampl. e atual. Curitiba: Juruá. 2019. P. 231.

Em razão do desenvolvimento das relações internacionais e da crescente interdependência entre os Estados verifica-se crescente aumento na edição dos tratados internacionais. Podemos destacar a Convenção sobre o Direito dos Tratados<sup>190</sup>, realizada em Viena, em 1969, também chamada de Lei dos Tratados é um dos mais importantes documentos da história do Direito Internacional Público. Define em seu artigo 2o., parágrafo primeiro, alínea a, tratado como: *“um acordo internacional concluído entre Estado de forma escrita e regulado pelo Direito Internacional, consubstanciado em um único instrumento ou em dois ou mais instrumentos conexos qualquer que seja a sua designação específica”*.

Entretanto, Celso D. de Albuquerque Mello<sup>191</sup> aduz que a referida definição não abrange os acordos de forma simplificada, sendo a terminologia atualmente utilizada bastante imprecisa na prática internacional. Assim, tem-se que os tratados se constituem na fonte mais importante do Direito Internacional em razão de sua multiplicidade e da matéria tratada.

Existem várias denominações como convenção, declaração, protocolo, convênio, acordo, ajuste, compromisso, que irão variar de acordo com a sua forma, seu conteúdo, objeto, ou a sua finalidade. Contudo, qualquer que seja sua denominação, ele será regido pelo direito internacional público e para sua eficácia exigem-se algumas formalidades próprias como: atender às condições de validade geral dos contratos, a capacidade das partes contratantes, habilitação dos signatários, o consentimento mútuo e objeto lícito e possível; e para torná-lo válido e exequível, na maioria das vezes, é preciso que os Estados o ratifiquem<sup>192</sup>.

### 3.2. Os Acordos Internacionais de Seguridade Social

Os primeiros esforços com o objetivo de coordenar os regimes de seguridade social por via de acordos internacionais são anteriores à Segunda Guerra Mundial. Contudo, os acordos recíprocos, só emergiram depois do conflito. Os primeiros

---

<sup>190</sup>A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT), adotada em 22 de maio de 1969, e assinada no dia seguinte, codificou o direito internacional consuetudinário referente aos tratados, ao codificar normas costumeiras aceitas e eficazes e buscar harmonizar os procedimentos de elaboração, ratificação, denúncia e extinção de tratados. A Convenção entrou em vigor em 27 de janeiro de 1980.

<sup>191</sup> MELLO, C. D. A. **Curso de direito internacional público**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. P. 212-214.

<sup>192</sup>A ratificação não é matéria do direito internacional, mas da ordem constitucional de cada Estado que estabelece competência a um de seus órgãos para a assunção, em nome do Estado do compromisso assumido.

envolveram os países da Europa Ocidental, que perceberam que, sem uma coordenação deste tipo, os indivíduos que contribuíram para regimes de mais de um país poderiam não reunir as condições de aquisição das prestações a que teriam direito.

A internacionalização da seguridade social configura-se uma necessidade em face das transformações que vêm ocorrendo nas relações trabalhistas com a expansão da economia global, com a internacionalização dos contratos de trabalho, com pessoas que migram de um país para outro em busca de novas oportunidades profissionais, ou mesmo em situações que trabalhadores são deslocados pelas próprias empresas para trabalharem em filiais ou sucursais em outros países, como é o caso das empresas multinacionais.

Os acordos internacionais de seguridade social, bilaterais ou multilaterais, constituem atos jurídicos internacionais e devem seguir rito próprio, em cada país contratante, para sua tramitação. O processo envolve desde a negociação do texto do acordo pelos países envolvidos até à sua ratificação, que finalmente habilitará a entrada em vigor do ato internacional.

O principal objetivo dos acordos internacionais de seguridade social é garantir a proteção social do migrante, com a totalização dos períodos de contribuição ou de seguro cumpridos nos países parte do acordo, para fins de assegurar os direitos de previdência social previstos no texto do acordo aos respectivos trabalhadores e dependentes legais, residentes ou em trânsito.

Para melhor compreensão dos termos dos acordos internacionais de seguridade social, preliminarmente, temos que ter noção de alguns conceitos. A autoridade competente é a autoridade designada pelo país acordante constante do acordo, a Instituição competente é o órgão ou instituição responsável pela aplicação da legislação aplicável ao acordo e o Organismo de ligação é o órgão ou instituição, designada pela instituição competente de cada país acordante, que será responsável pela coordenação e comunicação entre as instituições que atuam na aplicação dos acordos.

Dessa forma, em face desses acordos, o trabalhador pode utilizar o tempo de contribuição ou seguro cumprido em outro país, com o qual o estado mantenha acordo, e vice-versa, para fins de cumprimento da carência (prazo de garantia) exigida e demais requisitos para a obtenção do seu benefício, garantindo a cobertura das contingências abrangidas no texto.

Enquanto perdurar o acordo, estabelece-se uma relação entre os Países Acordantes que garante o acesso aos benefícios previdenciários, sem alterar a legislação vigente de cada país. Os pedidos de benefícios e a decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do benefício devem observar a legislação do país onde o requerimento é apresentado.

Além disso, os acordos internacionais de seguridade social preveem o instituto do deslocamento temporário que permite ao trabalhador, que se deslocar para outro país e continuarem vinculado à previdência social do país de origem, respeitado as regras e o período pré-estabelecido em cada acordo.

São beneficiários dos acordos internacionais de seguridade social todos os trabalhadores e seus dependentes que estejam ou tenham estado sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social do país de origem, previsto no acordo, e, no país acordante, ao regime previdenciário definido no acordo.

Em todos os acordos de seguridade social são garantidos os benefícios que tem por objetivo a cobertura dos riscos de invalidez, idade avançada (velhice) e morte. Em alguns acordos são garantidos também as prestações decorrentes de acidente do trabalho ou de doenças profissionais, auxílio-doença e salário-maternidade. As prestações (benefícios) e o âmbito de aplicação material são definidos em cada acordo.

Convém destacar que além das contingências previstas em cada acordo, o trabalhador também goza de algumas vantagens, tais como: i) Impede a bitributação das contribuições previdenciárias nos países acordantes durante o período em que o trabalhador estiver deslocado temporariamente, nos termos do Acordo aplicado; ii) O tempo de contribuição do trabalhador nos países acordantes se somam para fins previdenciários; iii) O tempo de filiação previdenciária (vínculo) no país de origem não se perde quando o trabalhador se filiar ao sistema previdenciário do outro país acordante; e iv) O instituto do deslocamento temporário permite ao trabalhador exercer atividade em outro país, temporariamente, mantendo sua filiação previdenciária no país de origem.

Podemos citar como princípios existentes para a celebração dos Acordos Internacionais de Seguridade Social os seguintes:

- Solidariedade Internacional: como o nome diz, é a ação e intenção dos governos signatários a adequarem sua política interna para a observância dos direitos

previdenciários do migrante. Ou seja, os Estados atuam com solidariedade uns com os outros visando a proteção dos nacionais, de modo que o contribuinte de um país também possa receber seu benefício em outro.

- Reciprocidade: tem o objetivo de assegurar aos segurados da previdência o benefício entre os países de forma recíproca. Assim, o ponto alto dos Acordos Internacionais é a busca de conciliação entre as leis previdenciárias, já que nem todos os direitos previdenciários são garantidos em todos os países. Desta forma, as disposições comuns aos países contratantes devem comunicar-se um e ao outro, reciprocamente.
- Igualdade de Tratamento: países que firmam acordos internacionais previdenciários devem garantir que os direitos de um trabalhador migrante sejam exatamente iguais aos direitos do trabalhador nacional daquele país.
- Conservação da Expectativa de Direito: visa garantir a manutenção das contribuições previdenciárias no seu país de origem ou no país imigrante (direito adquirido). Ocorre que cada país possui seu regramento quanto à carência e manutenção da qualidade de segurado.
- Presença do Direito Adquirido: resguarda o direito do trabalhador que tenha sido contraído até o momento em que se efetue a condição para a obtenção do direito.
- Prestações no Exterior: alguns países, após conceder as prestações previdenciárias, estipulam o prazo de até 90 dias (noventa dias) para que o segurado permaneça no exterior, sob pena de ter seu benefício reduzido ou extinto. Noutros casos, como é o Brasil, o segurado continuará a receber o seu benefício.
- Equivalência dos Órgãos Gestores: com o objetivo de mitigar dificuldades para os segurados, os Acordos Internacionais estabelecem que caso o segurado necessite praticar algum ato perante o sistema previdenciário, ele pode fazê-lo no Estado em que se encontra, de modo que requerimento, prazos são tidos como realizados junto ao país de origem ou vice-versa.



- Divisão dos Encargos: aqui tratamos sobre um dos pontos mais importantes a respeito dos Acordos Internacionais. Cabe destacar que no acordo de Segurança Social entre Brasil e Portugal estabelece-se uma relação proporcional, na qual cada país arca propriamente com o tempo de serviço e contribuições feitas naquele país, de forma que o segurado fará jus a benefícios em ambos os países.
- Princípio da Livre Circulação de Trabalhadores nas Zonas Fronteiriças: para que haja a facilitação do recebimento do benefício previdenciário em situações de países limítrofes, é interessante que haja uma regulamentação permitindo que os nacionais de um ou outro país transitem livremente.

Na União Europeia, isto já é comum, alçado ao nível de princípio, previsto no art. 45.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia<sup>193</sup>, o que abrange: i) Procurar emprego noutro país da EU; ii) Trabalhar noutro país da EU sem necessitar de uma autorização de trabalho; iii) Residir noutro país da EU para aí procurar emprego ou trabalhar; e, iv) Permanecer noutro país da EU depois de nele ter exercido uma atividade laboral.

Em regra, o migrante fica submetido à legislação do país em cujo território exerça sua atividade laboral, ressalvadas algumas situações, quais sejam: i) o trabalhador contratado por órgão governamental, em serviço no território de outro país, fica sujeito à legislação do país que o contratou; ii) os membros da tripulação de empresas de transporte aéreo internacional e, quando previsto no acordo, o pessoal de trânsito das empresas de transporte terrestre estão sujeitos à legislação do país onde a empresa empregadora tenha sede, salvo quando o trabalhador seja contratado por uma filial da

---

<sup>193</sup> PAIS, S. O. *Direito da União Europeia – Legislação e Jurisprudência Fundamentais*. 2.ª ed. Lisboa: QUID JURIS, Sociedade Editora, 2016.

Art. 45 - 1. A livre circulação dos trabalhadores fica assegurada na União.

2. A livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados-Membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.

3. A livre circulação dos trabalhadores compreende, sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, o direito de: a) Responder a ofertas de emprego efetivamente feitas; b) Deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-Membros; c) Residir num dos Estados-Membros a fim de nele exercer uma atividade laboral, em conformidade com as disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores nacionais; d) Permanecer no território de um Estado-Membro depois de nele ter exercido uma atividade laboral, nas condições que serão objeto de regulamentos a estabelecer pela Comissão. 4. O disposto no presente artigo não é aplicável aos empregos na administração pública.

empresa constituída no país de residência do trabalhador; iii) os membros da tripulação de navio com bandeira de outro país, ficam sujeitos à legislação desse país. Entretanto, caso o trabalhador exerça suas atividades a bordo de um navio com bandeira de um país, mas que seja remunerado por essa atividade por uma empresa ou pessoa que tenha sua sede ou domicílio em outro país fica sujeito à legislação desse último país; iv) o trabalhador empregado em tarefas de carga e descarga, reparação de navio e serviços de vigilância no porto, fica sujeito à legislação do país a cujo território pertença o porto; v) os membros das representações diplomáticas e consulares, organismos internacionais e demais funcionários ou empregados dessas representações serão regidos pelas legislações, tratados e convenções que lhes sejam aplicáveis.

A coordenação Internacional de Legislações é um conjunto de regras jurídicas que, sem alterar as legislações de cada Estado permite a aplicação, de forma conjugada e coerente, das diferentes legislações nacionais a que estejam ou tenham estado sujeitos os cidadãos nacionais de tal Estado e suas famílias, quando se deslocam nos Estados-Membros da União Europeia, ou nos países com o qual o Estado tenha celebrado uma Convenção ou Acordo neste sentido.

Para se beneficiar da coordenação internacional de legislações sobre Segurança Social, na forma estabelecida nos Regulamentos Europeus sobre Segurança Social e nos Acordos ou Convenções sobre Segurança Social, o migrante tem de estar ou ter estado abrangida por um regime de Segurança Social previsto nos instrumentos de coordenação, ou deslocar-se no interior da União Europeia, ou no território dos países com os quais o Estado celebrou uma Convenção ou Acordo sobre Seguridade Social.

A coordenação internacional de legislações sobre Segurança Social assenta nos seguintes princípios:

- Igualdade de tratamento, que constitui o objetivo primeiro e fulcral da coordenação de legislações e que pretende evitar que a nacionalidade seja um obstáculo à aplicação daquelas.
- Conservação dos direitos adquiridos, que visa evitar a perda de direitos em situações de deslocação para fora do território a que se aplica a legislação competente.

- Conservação dos direitos em curso de aquisição, que se consubstancia na totalização dos períodos de seguro ou equiparados cumpridos ao abrigo das legislações nacionais a que o trabalhador esteve sujeito
- Determinação de uma única legislação aplicável (unicidade de legislação), que impede a sujeição simultânea a várias legislações, adotando-se como regra geral, a sujeição à legislação do país de trabalho.

### **3.3. O Acordo de Segurança Social entre Brasil e Portugal**

O Brasil firmou Acordo de Seguridade Social com Portugal em 07 de maio de 1991, o qual entrou em vigor no Brasil através do Decreto nº. 1.475, de 17 de Abril de 1995 e um ajuste administrativo. Anteriormente, os países já faziam uso de Acordo de Previdência Social assinado em 17 de outubro de 1969.

Em Portugal, o Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil foi aprovado pela Resolução nº. 54/94 da Assembleia da Republica. Em 09 de agosto de 2006 foi assinado em Brasília um acordo adicional promovendo algumas alterações ao acordo original, sendo aprovado pela Assembleia da República através da Resolução nº. 2/2009 em 09 de janeiro de 2009 e ratificado pelo governo Português em 10 de fevereiro de 2009, através do Decreto do Presidente da República nº. 12/2009.

No Brasil, em 08 de maio de 2013 o Decreto nº. 7.999 da Presidência da República promulgou o Acordo Adicional que alterou o Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil em 2006.

Para operacionalizar a aplicação do Acordo adicional firmado entre Brasil e Portugal em 09 de agosto de 2006 foi assinado pelos acordantes um ajuste administrativo, em 28 de dezembro de 2015 em Lisboa.

Quanto às relações entre Brasil e Portugal é importante destacar que para além deste primeiro acordo previdenciário, os dois países já envidaram outros esforços para resguardar a igualdade de tratamento entre os seus nacionais, tais como:

- Assinatura do Tratado de Amizade e Consulta Brasil Portugal (1953): o artigo 2.º.

- Assinatura do Tratado de Cooperação, Amizade e Consulta (2000): Artigo 12.º. Aqui vale um destaque para a previsão do artigo 62.º, que trata sobre a questão da continuidade do acordo de seguridade social. ***“As Partes Contratantes darão continuidade e desenvolverão a cooperação no domínio da segurança social ou seguridade social, a partir dos acordos setoriais vigentes.”***
- Assinatura do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas; Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais; e Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes.

No âmbito brasileiro, podemos destacar as seguintes normas que se aplicam ao Acordo, a Constituição Federal nos artigos 49 e 84 que tratam acerca do processo legislativo do acordo; e o Decreto n.º. 3.048/1999, que aprova o regulamento da previdência, já anteriormente citado.

No âmbito português, podemos destacar as seguintes normas que se aplicam ao Acordo, a Constituição Portuguesa de 1976, nos art. 8.º, n. 02, art. 119.º, n. 1, b); art. 134.º b); art. 135.º, b); art. 161.º, i); art. 197.º 1, b); e o Decreto-Lei n.º. 91/2009, Decreto-Lei n.º. 28/2004, Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, Lei n.º. 98/2009, Decreto-Lei n.º. 187/2007.

Convém destacar que o Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil é fundamentado pelos princípios que regem os acordos de Seguridade de Social Internacional e pelos princípios relativos à segurança social em ambos os países.

O artigo 1 do Acordo, traz os conceitos de termos importantes para melhor compreensão do mesmo, vejamos:

- Legislação: todos os atos normativos determinados pelo artigo 2º do acordo. Conforme mencionado, o acordo abrangerá as disposições contidas na legislação ordinária de Brasil e Portugal, a exemplo das Leis n. 8.213/1991 e Decreto 3.048/1999, bem como o Decreto-Lei n. 28/2004 e Lei n. 98/2009 entre outros.
- Trabalhador: todos os trabalhadores abrangidos pela legislação de Brasil e Portugal, sendo incluído o trabalhador por conta de outrem, independente e de inscrição facultativa.

- Beneficiário: designação ao trabalhador ou mesmo o que contribua voluntariamente e seus dependentes.
- Dependente: pessoa assim qualificada pela legislação portuguesa e brasileira.
- Autoridade Competente: membro do governo ou autoridade correspondente responsável pelas matérias no art. 2.
- Entidade Gestora: o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e o Instituto da Segurança Social (ISS).
- Período de Seguro: período considerado como tal pela legislação de Brasil e Portugal.
- Benefício: rendimentos obtidos por meio da concessão das prestações previdenciárias, assistenciais e de saúde.

No artigo 2 do Acordo é mencionada a abrangência de sua aplicação quanto aos seguintes benefícios, de acordo com a legislação de cada país:

PORTUGAL	BRASIL
SUBSÍDIO DE DOENÇA	AUXÍLIO-DOENÇA
<p>Prestação por impedimento temporário por doença (art. 2.º <b>DL 28/2004</b>).</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Situação de incapacidade certificada pelo médico competente;</li> <li>• Prazo de garantia de <i>06 meses</i> à data do início da doença.</li> <li>• Contribuições pagas até o 3.º mês anterior à incapacidade (trabalhadores independentes e segurado voluntário;</li> <li>• Índice de profissionalidade: 12 dias de registro de remunerações nos 04 meses</li> </ul>	<p>Benefício devido ao que comprove estar temporariamente incapaz para o trabalho em razão de doença ou acidente (<b>Lei nº. 8.213/1991 – art. 59</b>).</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carência: 12 contribuições (há isenção a depender da doença)</li> <li>• Comprovação da doença em perícia médica.</li> <li>• Para empregado: estar afastado da empresa por mais de 15 dias (corridos ou intercalados dentro do prazo de 60 dias se</li> </ul>

<p>anteriores ao mês que antecede o da data do início da incapacidade (n/a trab. Independente e marítimos);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não estar recluso, exceto se recebia o benefício antes.</li> </ul> <p>Acúmulo Benefícios: não cumula com invalidez, velhice, desemprego etc.</p> <p>Duração: 365 (independente) a 1095 dias (por conta de outrem). Sem limite se tuberculose.</p>	<p>pela mesma doença).</p> <p>Acúmulo Benefícios: não cumula com aposentadoria, com outro auxílio doença ou auxílio-acidente (pelo mesmo fato) etc.</p> <p>Duração: quando o segurado recupera a capacidade, retorna ao trabalho ou por ocasião de óbito.</p>
<b>MATERNIDADE E PATERNIDADE</b>	<b>SALÁRIO MATERNIDADE</b>
<p>Subsídio concedido à situações de parentalidade (<b>Decreto-Lei n.º 91/2009</b>).</p> <p>Abrange: por conta de outrem, trabalhador independente e seguro social voluntário.</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prazo de Garantia: 06 meses civis com registro de remunerações.</li> </ul> <p>Acúmulo de Benefício: não é cumulável com subsídio de doença e desemprego.</p> <p>Duração: 120 a 150 dias seguidos, de acordo com a opção dos pais.</p>	<p>Benefício pago aos segurados em caso de nascimento de filho ou adoção (<b>art. 71 da Lei n.º 8.213/1991</b>).</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carência: 10 meses para o contribuinte individual, facultativo e especial. Isento se empregado, doméstico ou avulso.</li> <li>• Nascimento do filho ou adoção.</li> </ul> <p>Acúmulo de Benefício: com auxílio doença, aposentadoria por invalidez etc.</p> <p>Duração: 120 dias (parto, adoção e natimorto).</p>
<b>DOENÇAS PROFISSIONAIS</b>	<b>ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS</b>
<p>Benefício pago em dinheiro à trabalhador com suspeita de doença profissional por perda ou redução da capacidade de trabalho (<b>Lei n.º 98/2009</b>).</p>	<p>Benefício indenizatório pago em decorrência de acidente que apresentar sequela permanente que reduza a capacidade para o trabalho (<b>art. 86 e</b></p>

<p>Obs. Se aplica aos trabalhadores com funções públicas.</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter certificado de Incapacidade Temporária (CIT) passado pelo Serviço Nacional de Saúde;</li> <li>• Ter descontos para a Segurança Social em dia, até 3 meses antes se trabalhador independente ou seguro social voluntário;</li> <li>• Ter descontos em dia se trabalhador por conta de outrem.</li> </ul> <p>Acúmulo de Benefícios: subsídio por desemprego, doença etc.</p> <p>Duração: até a cura, até ser permanente a incapacidade (passa a receber pensão), ou acabar o prazo (18 meses, possível prolongar até 30 meses por proposta médica).</p>	<p><b>seguintes da Lei nº. 8.213/1991).</b></p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade de segurado à época do acidente e sem período de carência.</li> <li>• Tem direito empregado urbano/rural, doméstico, avulso e especial (trabalhador rural), sem direito o contribuinte individual e facultativo.</li> </ul> <p>Acúmulo de Benefícios: por ter natureza indenizatória pode acumular com outros benefícios.</p> <p>Duração: morte do segurado (até 1997) ou aposentadoria (pós 1997).</p>
<b>PENSÃO POR INVALIDEZ</b>	<b>APOSENTADORIA POR INVALIDEZ</b>
<p>Valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de segurança social em situações de incapacidade permanente (<b>Decreto-Lei nº. 187/2007</b>).</p> <p>Condições: incapacidade permanente, relativa ou absoluta, de causa não profissional certificada pelo Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI). A Incapacidade permanente pode ser de 02 tipos:</p>	<p>Valor pago ao trabalhador permanentemente incapaz de exercer qualquer atividade laborativa, não podendo ser reabilitado em outra profissão, de acordo com avaliação médica do INSS (<b>Lei nº. 8.213/1991</b>).</p> <p>Inicialmente deve requerer auxílio doença (mesmos requisitos). Caso se constate incapacidade permanente, o segurado faz jus ao benefício.</p>

<p>- Relativa: beneficiário não pode obter mais de 1/3 da remuneração do seu exercício normal e presume-se que não conseguirá recuperar, nos próximos 3 anos, a capacidade de obter mais de 50% da sua remuneração.</p> <p>- Absoluta: beneficiário tem uma incapacidade permanente e absoluta para toda e qualquer profissão. Beneficiário não apresenta capacidades de ganho.</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia: 5 anos de registro (invalidez relativa) e 3 anos de registro (invalidez absoluta) e 72 meses (beneficiário de seguro social voluntário).</li> <li>* Não se exige o prazo de garantia quando o beneficiário já é recebedor do subsídio por doença e esgotou o prazo de recebimento (1095 dias).</li> <li>• Revisão: só pode ser requerida após 3 anos da atribuição da pensão.</li> </ul> <p>Acúmulo de benefício: não acumula com prestações de doença, desemprego e rendimentos de trabalho (invalidez absoluta).</p>	<p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carência: 12 meses (isenção para algumas doenças).</li> <li>• Revisão: a cada dois anos. Os segurados maiores de 60 anos e maiores de 55 com 15 recebendo o benefício são isentos de revisão.</li> </ul> <p>Duração: Até a recuperação da capacidade, ou caso não ocorra até o óbito.</p>
<b>PENSÃO DE VELHICE</b>	<b>APOSENTADORIA POR IDADE</b>
<p>Valor pago mensalmente destinado a proteger os beneficiários na situação de velhice, substituindo as remunerações do trabalho (<b>Decreto- Lei n.º 187/2007</b>).</p> <p>Requisitos: • 66 anos e 5 meses (2019) e 66</p>	<p>Benefício devido ao trabalhador em razão da sua idade e em substituição à remuneração do seu trabalho (<b>Lei n.º 8.213/1991</b>).</p> <p>Requisitos:</p>



<p>anos e 6 meses em 2020 (<b>Portaria n.º 25/2018</b>).</p> <p>* lembrar-se da pensão de velhice antecipada nos casos de (i) desemprego de longa duração; (ii) regime de flexibilização de idade; e (iii) regime especial (em razão de algumas profissões).</p> <p>b) Prazo de Garantia: 15 anos civis com registro de remunerações ou 144 meses (seguro social voluntário).</p> <p>Acúmulo de benefício: rendimentos auferidos no país ou estrangeiro (exceto na conversão de pensão de invalidez absoluta) ou pensões de outros regimes obrigatórios nacionais e estrangeiros ou de regimes facultativos.</p> <p>Duração: em regra até o óbito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbano: 65 anos (H) ou 60 anos (M)/Especial (v.g. indígena): 60 anos (H) ou 55 anos (M).</li> <li>• Carência: 180 contribuições.</li> </ul> <p>Acúmulo de benefício: salário família, maternidade etc.</p> <p>Duração: até o óbito ou renúncia.</p>
<b>PENSÃO POR MORTE</b>	<b>PENSÃO POR MORTE</b>
<p>Benefício em dinheiro destinado a compensar familiares da perda dos rendimentos resultante do falecimento do beneficiário (<b>Lei n.º 98/2009</b>).</p> <p>Obs. Inclui a pensão por morte (mensal), subsídio por morte (pagos de uma só vez por despesas devidas à morte do beneficiário) e subsídio por despesas de funeral.</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quem tem direito: cônjuge ou quem viva em união de facto judicialmente</li> </ul>	<p>Benefício pago aos dependentes do segurado que vier a falecer, ou em caso de desaparecimento, tiver sua morte presumida judicialmente (<b>Lei n.º 8.213/1991</b>).</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade de segurado;</li> <li>• Duração do benefício varia conforme a quantidade de contribuições do falecido, além de outros fatores.</li> </ul> <p>Duração:</p>

<p>reconhecida; divorciado ou judicialmente separado com direito à pensão; filhos (menos de 18 anos; entre 18 e 22 se em ensino secundário; entre 18 e 25 anos se frequenta curso de nível superior; e qualquer idade se portador de doença crônica que lhe reduza o ganho em mais de 75%); ascendentes herdeiros e a cargo do beneficiário quando do falecimento e rendimentos em valores inferiores à pensão social.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quem tem direito à despesas de funeral: o que gastou e apresentar o recibo das despesas.</li> </ul> <p>Duração: vitalícia, exceto se filhos ultrapassarem o limite de idade, o cônjuge ou pessoa em união se casar novamente, ou ainda pessoa que for deserdada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 meses do óbito: segurado realizou 18 contribuições à Previdência, se casamento ou união estável iniciou</li> <li>• Variável conforme a idade do beneficiário.</li> </ul>
--	---

Merece destaque no artigo 2 do Acordo, em seu número I, (vi) menciona que o acordo abrange a prestação de saúde por meio do sistema nacional de cada estado acordante. Desta forma, terão direito aos cuidados de saúde os segurados e seus dependentes, bem como os pensionistas e seus respectivos dependentes.

E, ainda o mesmo artigo 2, ainda prevê que estão abrangidos pelo acordo os seguintes sistemas: Prestações por encargos familiares do subsistema de proteção familiar do sistema de segurança social: que abrange o abono de família pré-natal, majoração do abono de família pré-natal, o abono de família para crianças e jovens, majoração para o abono de família para crianças e jovens e bolsa de estudo.

O Acordo em seu artigo 3 se preocupa em demonstrar a abrangência de sua aplicação, na medida em que dispõe que será prestado aos nacionais dos Estados Contratantes e também a qualquer pessoa que esteja ou tenha estado sujeita à legislação de Brasil e Portugal.

Convém ressaltar que todos terão os mesmos direitos, mas também terão as mesmas obrigações, ou seja, a necessidade de contribuição para obtenção de alguns benefícios, e o cumprimento ao prazo de carência ou garantia, deverão ser observados em qualquer situação para a concessão do benefício.

O artigo 4<sup>194</sup> determina que os trabalhadores estarão sujeitos à legislação do território do Estado Contratante em que estão inseridos, mesmo que residam no território do outro Estado ou mesmo que a entidade patronal que tenha seu domicílio social no território de outro Estado. Com exceção das situações de destacamento, conforme descrito no tópico anterior.

O artigo 6 do Acordo trata dos casos onde um beneficiário que faça jus a um benefício em um Estado Contratante, não perderá este direito caso se desloque para o outro Estado Contratante, com exceção das prestações de benefício assistencial (art. 6. c/c 12-A). Dessa forma quem teve um benefício suspenso por conta da transferência de território poderá pedir à Autoridade Competente do Estado Contratante a que se dirigiu para readquiri-las em virtude do Acordo.

O artigo 7 pode ser considerado como a manifestação da aplicação do direito adquirido, conforme princípio na coordenação de legislações, ou seja, o trabalhador que é vinculada à Seguridade Social ou Segurança Social e se desloca para o outro país conserva o direito aos cuidados de saúde. Aos dependentes também preserva este direito.

O artigo 8<sup>195</sup> trata do cômputo da carência e garantia para auxílio doença e maternidade, determinando que seja computado, na medida do possível, os períodos de carência ou garantia cumpridos em um Estado Contratante quando requerido às prestações pecuniárias por doença e maternidade no outro Estado Contratante. O mesmo serve para situações em que o beneficiário já completou o prazo de carência ou garantia para a concessão das prestações pecuniárias por doença e maternidade em um Estado Contratante e se transfere para o outro, conservará o direito, salvo se a pessoa tiver direito a prestações

---

<sup>194</sup> Vide art. 4. 1 - "Salvo o disposto em contrário no presente Acordo, os trabalhadores em atividade no território de um Estado Contratante estão exclusivamente sujeitos à legislação desse Estado, mesmo que residam no território do outro Estado ou que a entidade patronal que os ocupa tenha o seu domicílio social no território do outro Estado."

<sup>195</sup> Princípio da Conservação da Expectativa de Direito: Vide art. 8. n. 1 - Para efeitos de dar por cumprido o período de carência ou de garantia com vista à aquisição do direito às prestações pecuniárias por doença e maternidade, nos termos da legislação de um Estado Contratante, serão tidos em conta, na medida do necessário, os períodos de seguro cumpridos no outro Estado.

idênticas nos termos da legislação do último Estado.

O artigo 9 trata acerca do cômputo de períodos para pensão por invalidez, velhice e morte, onde dispõe que os períodos de seguro cumpridos nos Estados Contratantes deverão ser totalizados para a concessão das prestações decorrentes de invalidez, velhice e morte, exceto quando estiverem satisfeitas as condições estabelecidas pela legislação do Estado Contratante em que se apresente o requerimento, sem que haja necessidade de recorrer à totalização.

Cabe ressaltar que o item 2 do referido artigo, em sua segunda parte, se refere a aposentadoria por tempo de serviço, benefício que foi extinto no Brasil com a edição da Emenda Constitucional nº. 103/2009, tornando sem efeito essa parte do acordo.

O artigo 10 trata da questão dos períodos de seguros cumpridos por profissões reguladas por regime ou lei especial, esclarecendo que o direito às prestações, somente poderá ser totalizado, contabilizando os períodos exercidos na mesma profissão no outro Estado contratante. E acrescenta que na hipótese de não haver determinada profissão regulamentada por regime ou lei especial correspondente no outro Estado, só poderão ser considerados, para concessão das mencionadas prestações no outro Estado, os períodos em que a profissão tenha sido exercida no primeiro Estado, sob o regime de Seguridade Social ou Segurança Social nele vigente. Se, o interessado não obtiver o direito às prestações do regime ou lei especial, os períodos cumpridos nesse regime serão considerados como se tivessem sido cumpridos no regime geral.

Para a totalização dos períodos de seguro, cada Estado Contratante tomará em conta os períodos cumpridos nos termos da legislação do outro Estado, desde que não coincidam com períodos de seguro cumpridos ao abrigo da sua própria legislação<sup>196</sup>.

O artigo 11 dispõe que as prestações quanto aos benefícios de doença e maternidade, bem como nas questões de profissão regulamentada por regime especial, o beneficiário ou seus dependentes terão o benefício liquidado conforme as regras de sua própria legislação, tomando em conta, exclusivamente, os períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação do Estado Contratante.

---

<sup>196</sup> Vide art. 10. .3 do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil

O artigo 12 fala da questão da garantia do mínimo legal, determinado que no caso de o montante das aposentadorias ou pensões devidas pelas entidades gestoras dos Estados Contratantes não alcançarem, somados, o mínimo fixado no Estado Contratante em que o beneficiário reside, a diferença até esse mínimo correrá por conta da entidade gestora deste último Estado.

Isso ocorre por conta da responsabilidade bipartida das entidades gestoras. Em uma situação de totalização dos períodos de contribuição, cada entidade gestora ficará responsável pelo pagamento de parte do benefício do período cumprido em seu território. Caso essa soma dos pagamentos não alcançar o mínimo legal, o Estado Contratante no qual o beneficiário está inserido e fez o requerimento, ficará responsável pelo pagamento da diferença.

O acordo também prevê a garantia ao recebimento assistencial, estabelecendo que as pessoas de nacionalidade portuguesa, abrangidas pelo âmbito de aplicação do presente Acordo, que residam legalmente em território brasileiro, podem ter acesso aos benefícios assistenciais previstos na Lei Orgânica de Assistência Social brasileira, desde que satisfaçam as condições para sua concessão, enquanto residirem no território brasileiro.

As pessoas de nacionalidade brasileira, abrangidas pelo âmbito de aplicação do presente Acordo, que residam legalmente em território português, podem ter acesso às prestações nas eventualidades de invalidez, velhice, viuvez e orfandade, previstas na legislação portuguesa relativa ao regime não contributivo do subsistema de solidariedade, desde que satisfaçam as condições exigidas por essa legislação para a concessão das mesmas prestações, as quais são apenas concedidas enquanto o interessado residir no território português.

Com relação às prestações familiares, previstas na Legislação de cada Estado, o acordo determina que cada Estado poderá considerar, na medida do necessário, os períodos de seguro cumpridos no outro Estado Contratante<sup>197</sup>.

Ou seja, mais uma vez o princípio da reciprocidade se faz presente, dando conta de que o período cumprido em Portugal poderá ser computado no Brasil e vice-versa.

---

<sup>197</sup> Vide art. 13 do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil

O artigo 14 trata do direito ao recebimento de abono família, determinando que uma pessoa vinculada à Seguridade Social ou Segurança Social de um Estado Contratante, incluindo o titular de uma pensão ou renda devida exclusivamente ao abrigo da legislação de um Estado Contratante, e cujos dependentes residem ou recebem educação no território do outro Estado, tem direito, em relação aos referidos dependentes, ao abono de família ou salário-família de acordo com a legislação do primeiro Estado.

Aqui é possível perceber a extensão acordo. Vejam que se um segurado no Brasil, por exemplo, com dependentes em Portugal, poderá perfeitamente fazer jus ao salário-família. As questões geográficas, neste caso, não limitam o recebimento da prestação assistencial.

Vale dizer também que uma pessoa residente no território de um Estado Contratante a quem foi aplicada a legislação do outro Estado em conformidade com as disposições do presente Acordo, tem direito ao abono de família ou salário-família ao abrigo da legislação do último Estado.

No artigo 15 é tratado como será realizada a avaliação do grau de incapacidade em caso de acidente do trabalho e doença profissional, determinando que caso seja necessário pela legislação de um dos Estados Contratantes preceituarem que sejam tomados em consideração os acidentes de trabalho e as doenças profissionais anteriormente ocorridos, serão considerados também os acidentes de trabalho e as doenças profissionais anteriormente ocorridos ao abrigo da legislação do outro Estado como se tivessem ocorrido sob a legislação do primeiro Estado.

Podemos destacar que nesse caso é possível perceber que a incapacidade para o trabalho pode ser demonstrada tanto por uma avaliação atual da condição do trabalhador, como pela consideração dos acidentes de trabalho e doenças anteriormente ocorridos, de modo que a autoridade médica competente possa ter uma noção global acerca da condição do requerente e avaliar com mais subsídios o caso em questão.

O Acordo prevê uma obrigação de assistência recíproca mútua para a aplicação do acordo<sup>198</sup>. Essa obrigação pode ser observada no caso do pedido de exames médicos pedidos de um Estado a outro, situação em que este último Estado deverá levar a

---

<sup>198</sup>Vide art. 17 do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil

efeito este pedido por meio da sua entidade gestora<sup>199</sup>.

Outra questão importante diz respeito a não preclusão do direito ao benefício em caso de apresentação da documentação a um Estado Contratante diverso do Estado de requerimento, pelo que colacionamos o artigo 21 do acordo na íntegra:

*1 - Os pedidos, documentos e recursos a apresentar perante uma instituição ou jurisdição competente de um Estado Contratante serão tidos como apresentados em tempo, mesmo quando o forem perante a instituição ou jurisdição correspondente do outro Estado, sempre que a sua apresentação for efetuada dentro do prazo estabelecido pela legislação do Estado competente.*

*2 - O requerimento de prestações nos termos do presente Acordo apresentado a uma entidade gestora de um Estado Contratante salvaguarda os direitos do requerente nos termos da legislação do outro Estado, desde que o interessado solicite que tal requerimento seja considerado nos termos da legislação deste último Estado.*

*3 - Se um requerente apresentar o pedido de prestações à entidade gestora de um Estado Contratante e não restringir especificamente o pedido das prestações à legislação desse Estado, o requerimento salvaguarda também os direitos do interessado nos termos da legislação do outro Estado.*

Tal mecanismo facilita a atuação dos nacionais requerentes a um e a outro Estado.

Nos termos do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, os artigos citados acima compõe as disposições referentes aos direitos e benefícios, de natureza previdencial, objeto do presente estudo, ressaltando que os demais artigos tratam das obrigações e deveres das entidades, bem como determinação dos executores para aplicação do acordo.

Convém destacar que além do acordo, foi assinado um ajuste

---

<sup>199</sup>Vide art. 17. 2 do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil

administrativo, conforme anteriormente mencionado, com a finalidade de operacionalizar a aplicação do Acordo celebrado entre Brasil e Portugal.

### 3.4. Jurisprudência

#### 1 - Jurisprudência Brasileira

**Processo: 0051989-09.2012.4.01.3800**

**Órgão Julgador: Segunda Turma do TRF-1.**

**Julgamento: 16/09/2015**

**Relator: Des. Federal João Luiz de Sousa**

***Ementa: PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. ACORDO INTERNACIONAL BRASIL/PORTUGAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM PORTUGAL. APROVEITAMENTO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. POSSIBILIDADE. VINCULAÇÃO DO REQUERENTE AO RGPS. CARÊNCIA CUMPRIDA. CONDIÇÃO DE SEGURADO COMPROVADO. DANO MORAL DESCABIDO.***

1. Por força do art. 8º do Acordo Internacional de Previdência Social Brasil/Portugal - Decreto n.1.457/95, os pedidos de contribuição cumpridos em Portugal são considerados como cumpridos no Brasil, para efeito de apuração de período de carência e para manutenção da qualidade de segurado, para fins de concessão de benefícios previdenciários nos países signatários. Cabe a cada um dos Estados arcar proporcionalmente com os benefícios relativos aos períodos de contribuição em cada um dos países (art. 11). 2. Na hipótese, a documentação de fls. 92/95, à qual foram acrescidos os encartes de fls. 235/238, todos emitidos pelo órgão de previdência portuguesa, comprovam: a) a manutenção da qualidade de segurado do requerente no período em que trabalhou em Portugal e, posteriormente, quando em gozo de benefícios por incapacidade; b) o atendimento do período de carência necessário: 12 (doze) meses consecutivos anteriores ao requerimento do benefício para a concessão da aposentadoria por invalidez/auxílio-doença, nos moldes previstos no art. 25, I, da Lei 8213/91. 3. É pressuposto de responsabilidade por danos morais da pessoa jurídica de direito público interno a configuração de um ilícito,



sob o ponto de vista da contrariedade ao ordenamento jurídico, que impõe à Administração estrita obediência à legalidade. O mero indeferimento do requerimento não configura ato ilícito, salvo se provado o dolo ou a negligência do servidor responsável pelo ato, em ordem a prejudicar deliberadamente o interessado, o que não se verificou na espécie. Pedido de indenização indeferido. 4. O termo inicial do benefício é a prévia postulação administrativa. 5. Os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% das prestações vencidas até a prolação da sentença de procedência ou do acórdão que reforma o comando de improcedência da pretensão vestibular. 6. Correção monetária e juros de mora nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal. 7. Assegurada a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, nos termos do art. 273, do CPC. 8. Apelação da parte autora parcialmente provida para, antecipando os efeitos da tutela tão somente quanto ao pagamento das parcelas vincendas, determinar que o INNS conceda ao apelante o benefício de aposentadoria por invalidez a partir do requerimento administrativo, com pagamentos dos valores em atraso, observado o lustro prescricional, acrescidos de juros e correção monetária, aplicando-se os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, nos moldes alinhavados acima.

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação da parte autora.

**Resumo dos Fatos:** O Autor ingressou com pedido para o reconhecimento da aposentadoria por invalidez, contudo entendeu-se em primeira instância que ele não havia comprovado o cumprimento do período de carência e a condição de segurado na data do início da incapacidade para fazer jus ao benefício, já que neste período a parte trabalhava como dentista em Portugal, estando vinculada à previdência daquele país.

O Autor (apelante) apresentou recurso e invocou o artigo 8.º do Acordo Internacional de Previdência Social Brasil/Portugal, tendo demonstrado a qualidade de segurado à época da incapacidade por meio de prova documental. O laudo pericial médico juntado ao processo deu conta que o Autor apresentava insuficiência renal crônica no membro inferior direito associada à neuropatia dos membros inferiores, o que o incapacitou total e permanentemente para a atividade laborativa desde janeiro/2010. Vale o destaque dado pelo voto do Desembargador Federal João Luiz de Sousa (Relator): “O fato do autor já receber o benefício por invalidez em Portugal, proporcional à sua contribuição, não lhe retira o direito ao recebimento do benefício ora requerido em relação ao período trabalhado no Brasil. Por conseguinte, atesta o seu direito vindicado porque revela a ausência de ruptura de vínculo contributivo, vertente em que se alicerçou a autarquia

federal para indeferir a pretensão vestibular.

Dessa forma, a prova produzida nos autos é bastante para a comprovação dos requisitos necessários para a concessão de aposentadoria por invalidez: qualidade de segurado; cumprimento de carência; e a incapacidade laboral da parte autora com a intensidade e temporalidade compatíveis com o deferimento do benefício, motivo pelo qual a sentença do juízo "a quo" deve ser reformada.”

## 2 - Jurisprudência Portuguesa

**Processo: 00233/13.0BEMDK**

**Órgão Julgador: TAF de Mirandela (1.ª Secção – Contencioso Administrativo).**

**Relator: Joaquim Cruzeiro**

**Julgamento: 23/06/2017**

***Ementa: De acordo com o artigo 9º n.º 1 do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil os trabalhadores que tenham descontado para os sistemas de segurança social dos dois países, têm direito a que esses períodos de tempo contem para efeitos de concessão de pensão de velhice.\****

***\*Sumário elaborado pelo Relator. Relatório: AGF (Autor) interpôs recurso da decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela (25/07/2016), que julgou improcedente a ação administrativa especial intentada contra o Instituto de Segurança Social IP – Centro Nacional de Pensões, tendo solicitado a anulação da decisão de indeferimento da concessão da pensão por velhice antecipada.***

O recorrente argumenta que (i) cumpriu todos os requisitos para requerer a pensão (contabilizando o tempo no Brasil e Portugal); (ii) tem direito à somatória dos períodos trabalhados no Brasil e Portugal para comprovar o cumprimento dos requisitos para o seu pedido; (iii) deve ser atribuída a pensão antecipada por velhice desde o requerimento (09/11/2011) etc.

O recorrido notificado para o efeito, não contra alegou.

O Ministério Público emitiu parecer no sentido de ser negado provimento ao recurso

Fundamentação:

## I - Fato

De fato: em 09/11/2011 o Autor apresentou requerimento de pensão de velhice no Centro Distrital de Vila Real. Contava com 61 anos de idade, 19 anos de registro de remunerações em Portugal e 24 anos de registro de remunerações no Brasil.

Em 28/02/2012, o Autor foi notificado do indeferimento do seu requerimento sob o fundamento de não ter completado 30 anos civis relevantes para o cálculo e 55 anos de idade.

Em 09/03/2012 o Autor se pronunciou conforme relatado.

Em 19/04/2012, o Autor foi notificado de que não se podiam considerar os períodos contributivos cumpridos no Brasil. Em 10/05/2012 o Autor deduziu reclamação quanto ao ato referido e, em 14/02/2013, foi notificado do indeferimento da reclamação.

Em 22/02/2013 o Autor apresentou recurso hierárquico, mas em 13/05/2013 o recurso foi indeferido. Após isso, apresentou-se um recurso perante este Tribunal em 20/06/2013.

## II – Direito

O Decreto-Lei n.º 187/2007 afirma nos artigos 19.º e 20.º quais os critérios para se pedir a antecipação da pensão de velhice:

- a) Prazo de garantia: 15 anos;
- b) Ter 55 anos de idade;
- c) Ter completado 30 anos civis de registro de remunerações.

Quando solicitou a antecipação de sua pensão de velhice, em 2011, o recorrente tinha 19 anos de descontos para a segurança social em Portugal, contava com 61 anos de idade, preenchendo os requisitos 1 e 2.

Contudo, quando tinha 55 anos de idade (2005), tinha apenas 14 anos de descontos na Segurança Social de Portugal. Como não tem os 30 anos civis de registro de remunerações, foi-lhe indeferido o pedido. Ou seja, o tempo de trabalho no Brasil sequer foi computado. Os 24 anos de registro no Brasil não foram acrescentados aos 14 anos de descontos em Portugal. Computando os dois períodos, o terceiro requisito estaria cumprido.

O artigo 9.º do Acordo diz respeito à totalização para a concessão das prestações decorrentes de invalidez, velhice e morte.

Ou seja, interpretando a norma, verifica-se que:

***a) uma pessoa que haja cumprido períodos de seguro sob a égide das legislações de ambos os Estados Contratantes terá esses períodos totalizados para concessão das prestações decorrentes de invalidez, velhice e morte,***

***b) excepto quando estiverem satisfeitas as condições estabelecidas por aquela legislação, sem que haja necessidade de recorrer à totalização.***

Dito de outra forma, os trabalhadores que tenham descontado para os sistemas de segurança social dos dois países, têm direito a que esses períodos de tempo contem para efeitos de concessão de pensão, para o que aos autos interessa, de velhice.

Só não será assim se tiver direito à pensão em causa sem que haja necessidade de recorrer à totalização dos descontos.

É esta a interpretação que decorre dos normativos referidos.

Em resumo, foi esta a decisão do TCAN: *“Tendo em atenção o exposto, não vemos como pode a entidade demandada sustentar que nos termos do Acordo celebrado com a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa não tem o recorrente direito a antecipação da pensão de velhice”*. O recorrente, desde que haja cumprido os períodos de seguro, ou seja, desde que haja descontado para a segurança social (a definição do que se entende por período de seguro encontra-se na alínea g) do artigo 1º da Resolução ora em análise quando refere:...g) «Período de seguro» designa os períodos de pagamento de contribuições e os períodos equivalentes, tal como são definidos ou tomados em consideração pela legislação ao abrigo da qual foram ou são considerados como cumpridos), tem direito a que esses períodos sejam contabilizados para efeitos de concessão de pensão de velhice. A excepção não se aplica ao caso dos autos uma vez que para ter acesso à referida pensão o recorrente tem de contabilizar o período que descontou no Brasil. De notar que não está em causa, neste momento, o montante da sua pensão, mas sim, e apenas, o facto de poder, ou não, ter acesso à pensão antecipada de velhice.

Refere à entidade demandada que o acordo em causa apenas determina o recurso à totalização dos períodos contributivos para a abertura do direito, mas não para a taxa de

formação da pensão. Mas esta conclusão não se retira do Acordo, como já vimos. Não se fala, no artigo em causa, nem da abertura do direito nem da taxa de formação da pensão.

Por seu lado se o Acordo determina o recurso à totalização dos períodos contributivos para a abertura do direito, como refere à entidade demandada, então não há dúvidas que o recorrente tem direito a que lhe seja atribuída à pensão antecipada de velhice.

[...]

## 4. CONCLUSÃO

A proteção social constitui-se, nos seus primórdios apenas como caridade e filantropia. Progressivamente, passou a ser considerada como um direito e, posteriormente, num patamar civilizatório mais recente, transforma-se em verdadeiro direito fundamental material, vinculado à pessoa humana em sua dignidade intrínseca, conforme reconhecido na constituição material, no plano jurídico interno dos Estados e na normativa internacional.

Foi durante o século XX, que os programas nacionais de Seguridade Social se desenvolveram mais amplamente em todo o mundo, não menos por causa da descolonização e da instituição de novos estados independentes após a Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento da seguridade social também foi apoiado por várias convenções e instrumentos internacionais, e o reconhecimento da segurança social como um direito humano básico foi consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A partir desse prisma, o Estado passou a direcionar seus fins, suas políticas públicas e serviços públicos, assim como toda atividade de coordenação e regulamentação própria do ordenamento jurídico para a consecução desse primado.

A evolução legislativa no Brasil passou por diversos momentos históricos, num primeiro momento os direitos eram restritos a determinados grupos de trabalhadores, e após a edição da Constituição e da criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social foi criado à figura de um regime previdenciário contributivo e geral, com uma proteção mais ampla, abrangendo os segurados e seus dependentes. Tal regime englobava a Previdência, a saúde e a Assistência Social.

Em Portugal, num primeiro momento baseadas no associativismo operário, surgiram associações de assistência mutualista, até a criação de um regime que tratava da Seguridade Social, com base nos regimes europeus. Esse sistema passou por diversas reformulações, aumentando sua abrangência, incluindo novos benefícios e contingência, dando origem a Segurança Social, num modelo tripartite composto por três sistemas: 1) o sistema de proteção social de cidadania, tendencialmente não contributivo, e que compreende três subsistemas – de ação social, de solidariedade e de proteção familiar; 2) o sistema previdencial, de caráter contributivo; e 3) o sistema complementar.

Os regimes de Previdência Social no Brasil e Segurança Social em Portugal apresentam características bem similares, com modelos de organização tripartite,

com um sistema contributivo, solidário, de proteção social de substituição da renda, frente às contingências de velhice, invalidez, morte, doença, paternalidade, maternidade e adoção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Ainda, em relação aos regimes de Previdência Social no Brasil e Segurança Social em Portugal, podemos destacar a problemática da judicialização dos conflitos no Brasil, em razão da edição de normas infra legais e outros fatores, já comentadas anteriormente.

A Seguridade Social tem um papel essencial na coesão da sociedade; na concretização dos valores da solidariedade laboral e da solidariedade entre gerações; na salvaguarda do rendimento das pessoas, protegendo-as face aos riscos laborais e sociais; na proteção das contingências.

Uma verdadeira Função Social apresenta o Estado como instrumento eficaz à promoção social, onde deve respeitar, valorizar e envolver o sujeito, apresentando ferramentas ao desenvolvimento social e econômico, que sustentam a qualidade de vida dos cidadãos como bem supremo, e para tanto este deverá agir para promover uma vida social, solidária e justa, enfim o Estado ao lado da Sociedade são os promotores da Função Social e as prestações previdenciárias representam um meio para tanto<sup>200</sup>.

Apresentando vestes de eficaz política pública, os benefícios previdenciários ainda promovem transformação no meio laboral e social e por consequência concretizam a Função Social do Estado Contemporâneo<sup>201</sup>, promotor do bem estar e da Justiça Social.

No cenário Internacional, podemos destacar a migração internacional em causas relacionadas a estudos, em busca de trabalho e melhores condições de vida, e sua contribuição para a criação dos mecanismos de cooperação internacional, mais precisamente os acordos de seguridade social internacional.

O Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil pode ser considerado um avanço na busca pelos direitos fundamentais, mantendo os cidadãos dos países acordantes protegidos das

---

<sup>200</sup> PASOLD, Cesar Luiz. *Função Social do Estado Contemporâneo*. 3. Ed. Florianópolis: OAB/SC: Diploma Legal, 2003. P. 111-112

<sup>201</sup> PASOLD, Cesar Luiz. *Função Social do Estado Contemporâneo*. 3. Ed. Florianópolis: OAB/SC: Diploma Legal, 2003. P. 111-112

contingências presentes no Acordo e garantindo o acesso à rede de serviços nos Estados acordantes.

Com relação à Jurisprudência sobre a matéria, em razão da aplicação do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, ainda são necessários alguns ajustes, uma vez que a demora na resposta dos Órgãos de Ligação ou a interpretação contrária ao disposto no acordo traz inúmeros prejuízos aos nacionais de cada Estado.

Os mecanismos de cooperação Internacional são deveras importantes na proteção dos migrantes, dos seus dependentes e em busca da proteção legal para assegurar-lhe o respeito aos seus direitos, independentemente do local ou país em que se encontre.

A necessidade de ampliar a cobertura e celebrar novos acordos é, portanto, um desafio fundamental para as organizações de seguridade social em todos os Estados. No entanto, isso só pode ser feito ao abordar questões políticas mais amplas, incluindo os impactos da globalização econômica, o crescimento dos mercados de trabalho informais e os desenvolvimentos das redes de serviços.

O principal desafio colocado pelo setor informal corresponde à sua própria integração no setor formal. Trata-se de uma questão de equidade e de solidariedade social. As políticas aplicadas devem encorajar todos os movimentos no sentido do setor formal. Cabe à sociedade, no seu todo, financiar o apoio concedido aos grupos vulneráveis do setor informal.

O problema da informalidade reflete: i) na ausência da proteção social, ii) na falta de arrecadação do Estado, iii) na superlotação dos serviços públicos, causando uma dificuldade na manutenção da qualidade dos mesmos e impossibilidade de atender tanto os residentes, quanto aos migrantes.

Dessa forma, na procura da proteção social através da Seguridade Social é de fundamental importância o combate ao trabalho informal e a criação de mecanismos eficazes para a fiscalização desse tipo de relação laboral.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 outubro. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda - MF – Secretaria de Previdência – Subsecretaria de Gestão da Previdência – Coordenação de Assuntos Internacionais. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/assuntos-internacionais/acordos-internacionais-de-previdencia-social>>. **Acordos Internacionais de Previdência Social**. Acesso em: 10 de out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/assuntos-internacionais/acordos-internacionais-Brasil-e-Portugal>>. **Acordo Internacional de Previdência Brasil e Portugal**. Acesso em: 10 de out. 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm)>. Acesso em: 10 outubro. 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 103, de 13 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias..** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 maio 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm)>. Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm)>. Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.135, de 17 de junho de 2015, que altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, no 10.876, de 2 de junho de 2004, no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências**. Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 18 jun. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113135.htm)>. Acesso em: 10 de out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4, de 16 de janeiro de 2007. Aprova as bases gerais do sistema de segurança social. Diário da República n.º 11/2007, Série I de 2007-01-16.** Disponível em: < <https://dre.pt/pesquisa/-/search/522781/details/maximized>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória n. 664, de 30 de dezembro de 2014. Altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm)>. Acesso em: 10 de out. 2019.

PORTUGAL, **Constituição da República Portuguesa de 1967.** Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10, Lisboa PT. Diário da República Eletrônico. Disponível em: < <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>. Acesso em: 10 out. 2019.

PORTUGAL, GOVERNO DE PORTUGAL, INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL. Disponível em: < [https://www4.seg-social.pt/Evolucao\\_da\\_coordenacao\\_internacional\\_dos\\_sistemas\\_de\\_Seguranca\\_Social](https://www4.seg-social.pt/Evolucao_da_coordenacao_internacional_dos_sistemas_de_Seguranca_Social)>. Acesso em: 10 jan. 2020

PORTUGAL, GOVERNO DE PORTUGAL, INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL. Disponível em: < [https://www4.seg-social.pt/Evolucao\\_da\\_estrutura\\_orgânica\\_funcional](https://www4.seg-social.pt/Evolucao_da_estrutura_orgânica_funcional)>. Acesso em: 10 jan. 2020

PORTUGAL, GOVERNO DE PORTUGAL, INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL. Disponível em: < [https://www4.seg-social.pt/Evolucao\\_do\\_sistema\\_de\\_Seguranca\\_Social](https://www4.seg-social.pt/Evolucao_do_sistema_de_Seguranca_Social)>. Acesso em: 10 jan. 2020

PORTUGAL, GOVERNO DE PORTUGAL, SETOR DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. Disponível em: < <http://ec.europa.eu/migrant-integration/> Segurança Social 2 PT - Europa EU/ **Acesso dos migrantes à Segurança Social e à saúde: políticas e práticas. O caso português.**>. Acesso em: 10 jan. 2020

ALMEIDA, J. **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: o sistema previdenciário brasileiro é estável?** *Revista Brasileira de História do Direito* | e-ISSN: 2526-009X | Salvador | v. 4 | n. 1 | p. 64 – 86 | Jan/Jun. 2018.

ALVES, H. G; NETO, J. A. D.; DA SILVA Junior, L. P.; MORAIS, O. J. C. e; CASTILHO, P. C .B. de. ***Direito do Trabalho e Previdenciário Comparado – Brasil X Portugal.*** Curitiba: Juruá. 2019.

APELLES,J. B. CONCEIÇÃO. ***Segurança Social – Manual Prático.*** 10ª ed. Lisboa: Almedina. 2017.

APELLES,J. B. CONCEIÇÃO. ***Legislação da Segurança Social – Sistematizada e Anotada.*** 6ª ed. Lisboa: Almedina. 2017.

CABRAL, N. da Costa. ***A reforma do Estado Social: Segurança Social***. Tomo I, Ano VI, Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal. 2013.

CANOTILHO, J. J. Gomes, MOREIRA, Vital. ***Constituição da República Portuguesa anotada***, 4ª edição, Rev., Coimbra Editora. 207-2010.

CASTRO, C. A. P. de.; LAZZARI, J. B. ***Manual de Direito Previdenciário***. 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. 2015.

CASTRO, C. A. P. de; KRAVCHYCHYN. G.; LAZZARI, J. B.; MACHADO D. ***Comentários à Reforma da Previdência***. Rio de Janeiro: Forense. 2020.

CASTRO, C. A. P. de; KRAVCHYCHYN. G.; KRAVCHYCHYN, J. L.; LAZZARI, J. B.; ***Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial***. Rio de Janeiro: Forense. 2015.

COELHO, S. M. ***A problemática da judicialização dos conflitos previdenciários e a ação civil pública como instrumento processual de efetivação da proteção constitucional previdenciária***. Fonte: Revista Âmbito Jurídico. Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-previdenciario/a-problematica-da-judicializacao-dos-conflitos-previdenciarios-e-a-acao-civil-publica-como-instrumento-processual-de-efetivacao-da-protecao-constitucional-previdenciaria/>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

COSTA, J. G. F. ***Seguridade Social Internacional***. Curitiba: Juruá. 2017.

GOUVEIA, J. B. ***Manual de Direito Internacional Público***. 5ª ed. Lisboa: Almedina. 2017

HORVARTH JR., M. ***Direito previdenciário***. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin. 2014.

IBRAHIM, F. Z. ***Curso de direito previdenciário***. 21ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus. 2015.

Instituto BBVA de Pensões. ***História da Segurança Social (parte I)***. Fonte: CGA, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Disponível em: <<https://www.aminhapensao.pt/pt/blog/historia-da-seguranca-social-parte-i.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

Instituto BBVA de Pensões. ***História da Segurança Social (parte II)***. Fonte: CGA, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Disponível em: <<https://www.aminhapensao.pt/pt/blog/historia-da-seguranca-social-parte-i.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

KOETZ, E. ***Direito Previdenciário Internacional Teoria e Prática na Era Pós-Globalização***. Porto Alegre: Revolução eBook. 2016.

LESSA, D. K. P. F. T.D. M. *Direitos Fundamentais do Migrante Internacional: mudança de paradigma legislativo frente ao novo contexto migratório global*. Tese de Mestrado em Direito. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2016.

LOUREIRO, J. C. *Direito da Segurança Social – Entre a Necessidade e o Risco*. 1ª ed. Coimbra: Coimbra Editora. 2014.

MARQUES, F. *Evolução e Problemas da Segurança Social em Portugal no Após 25 de Abril*. Lisboa: Edições Cosmos. 1997.

MARTINS, S. P.; MORAES, A. (Coord.). *Direito da seguridade social*. 10ª ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MELLO, C. D. A. *Curso de direito Internacional público*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MIRANDA, Jorge. *Breve nota sobre Segurança Social*, Coimbra: Almedina. 2007.

PAIS, S. O. *Direito da União Europeia – Legislação e Jurisprudência Fundamentais*. 2ª ed. Lisboa: QUID JURIS, Sociedade Editora, 2016.

PASOLD, Cesar Luiz. *Função Social do Estado Contemporâneo*. 3. Ed. Florianópolis: OAB/SC: Diploma Legal, 2003. P.

PASSOS, F. L. dos. *Previdência social e sociedade pós-industrial*. Curitiba: Juruá. 2013.

PIOVESAN, F. *Direitos humanos e direito constitucional internacional*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIOVESAN, F. *Migrantes sob a perspectiva dos direitos humanos*. Diversitas. v. 1, n. 1, 2013.

SANTOS, M. F.; LENZA, P. (Coord.). *Direito previdenciário esquematizado*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva. 2016

SERAU Junior, M. A. *Seguridade Social e Direitos Fundamentais*. 3ª ed. rev. ampl. e atual. Curitiba: Juruá. 2019

SOUZA, Giselle. *Órgãos Federais e Estaduais Lideram 100 Maiores Litigantes da Justiça*. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/21877-orgaos-federais-e-estaduais-lideram-100-maiores-litigantes-da-justica>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

ZANCHET, Luís Eduardo. *Hermenêutica Jurídica no Combate à crise Previdenciária*. Revista Eletrônica do Curso de Direito UFSM. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revistadireito/article/view/029/4247>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

VIANNA, J. E. G. *Curso de direito previdenciário*. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.

## **JURISPRUDÊNCIA**

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Cível 0051989-09.2012.4.01.3800. Relator Desembargador Federal João Luiz de Sousa, publicado em 02/10/2015.

PORTUGAL. Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. Processo nº 00233/13.0BEMDK. Relator Joaquim Cruzeiro. Acórdão publicado em 23/06/2017.

## **ANEXOS**

### **Resolução da Assembleia da República n.º 54/94 Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil e respectivo Ajuste Administrativo**

Aprova o Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil e respectivo Ajuste Administrativo.

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j), e 169.º, n.º 5, da Constituição, aprovar o Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, bem como o respectivo Ajuste Administrativo, assinados em Brasília em 7 de Maio de 1991, cujos textos originais seguem em anexo a presente resolução.

Aprovada em 5 de Maio de 1994.

O Presidente da Assembleia da República, António Moreira Barbosa de Melo.

### **ACORDO DE SEGURANÇA SOCIAL OU SEGURIDADE SOCIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.**

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, desejosos de melhorar a situação dos nacionais dos dois países no domínio social e, em consequência, de aperfeiçoar o Acordo de Previdência Social de 17 de Outubro de 1969 existente entre Portugal e o Brasil, nomeadamente pela harmonização desse Acordo com as novas disposições introduzidas nas legislações de segurança social e seguridade social, acordam nas seguintes disposições:

#### **TÍTULO I**

#### **Disposições gerais e legislação aplicável**

#### **Artigo 1.º**

1 - Para efeitos de aplicação do presente Acordo:

- a) «Legislação» designa as leis, os regulamentos e disposições estatutárias, nos termos especificados no artigo 2.º;
- b) «Trabalhador» designa quer o trabalhador activo, quer o pensionista, quer o aposentado, quer o segurado em gozo de benefício ou aquele que mantenha essa qualidade;
- c) «Beneficiário» designa quer o trabalhador, quer a pessoa que contribua voluntariamente, quer os respectivos dependentes;
- d) «Dependente» designa a pessoa assim qualificada pela legislação de seguridade social brasileira ou o familiar ou equiparado reconhecido como tal pela legislação de segurança social portuguesa;
- e) «Autoridade competente» designa o ministro ou outra autoridade correspondente responsável pelos regimes de segurança social ou de seguridade social;

f) «Entidade gestora» designa quer a instituição competente incumbida da aplicação da legislação referida no artigo 2.º quer a instituição responsável pelas prestações previstas nessa legislação;

g) «Período de seguro» designa os períodos de pagamento de contribuições e os períodos equivalentes, tal como são definidos ou tomados em consideração pela legislação ao abrigo da qual foram ou são considerados como cumpridos;

h) «Benefícios», «prestações», «pensões» ou «rendas» designam os benefícios, as prestações, pensões ou rendas previstos pela legislação aplicável, incluindo as melhorias, actualizações ou suplementos e as indemnizações em capital que os possam substituir.

2 - Os restantes termos utilizados neste Acordo têm o significado que resulta da legislação do Estado Contratante em causa.

## Artigo 2.º

1 - O presente Acordo aplicar-se-á:

I) Em Portugal, à legislação relativa:

a) Ao regime geral de segurança social referente às prestações de doença, maternidade, invalidez, velhice e morte e às prestações familiares;

b) Aos regimes especiais de segurança social estabelecidos para certas categorias de trabalhadores, na parte em que respeitem às prestações enumeradas na alínea precedente;

c) As prestações concedidas pelos serviços oficiais de saúde, em conformidade com a Lei n.º 56/79, que institui o Serviço Nacional de Saúde;

d) Ao regime de acidentes de trabalho e doenças profissionais;

II) No Brasil, à legislação sobre o regime geral de seguridade social, relativamente a:

a) Assistência médica;

b) Velhice;

c) Incapacidade laborativa temporária;

d) Invalidez;

e) Tempo de serviço;

f) Morte;

g) Natalidade;

h) Salário-família;

i) Acidente de trabalho e doenças profissionais.

2 - O presente Acordo aplicar-se-á igualmente à legislação que complete ou modifique as legislações especificadas no parágrafo anterior.

3 - Aplicar-se-á também à legislação que estenda os regimes existentes a novas categorias profissionais, ou que estabeleça novos regimes de segurança social ou seguridade social, se o Estado Contratante interessado não se opuser a essa aplicação no prazo de três meses contados da data da publicação oficial dessa legislação.

#### Artigo 3.º

1 - O presente Acordo aplica-se aos nacionais de cada um dos Estados Contratantes e a qualquer outra pessoa que esteja ou tenha estado sujeita à legislação referida no artigo 2.º, bem como aos seus familiares e sobreviventes.

2 - As pessoas mencionadas no parágrafo precedente terão os mesmos direitos e as mesmas obrigações que os nacionais do Estado Contratante em que se encontram relativamente à aplicação da respectiva legislação referida no artigo 2.º

#### Artigo 4.º

1 - Salvo o disposto em contrário no presente Acordo, os trabalhadores em actividade no território de um Estado Contratante estão exclusivamente sujeitos à legislação desse Estado, mesmo que residam no território do outro Estado ou que a entidade patronal que os ocupa tenha o seu domicílio social no território do outro Estado.

2 - O princípio estabelecido no parágrafo precedente será objecto das seguintes excepções:

a) O trabalhador que dependa de uma empresa pública ou privada situada num dos Estados Contratantes e que seja destacado para o território do outro Estado por um período limitado continuará sujeito à legislação do primeiro Estado, sempre que o tempo de trabalho no território do outro Estado não exceda um período de 60 meses. Se o tempo de trabalho se prolongar por motivo imprevisível além desse prazo, poder-se-á excepcionalmente manter, no máximo de mais 12 meses, a aplicação da legislação do primeiro Estado Contratante, mediante prévio consentimento expresso da autoridade competente do outro Estado;

b) O pessoal de voo das empresas de transporte aéreo continuará exclusivamente sujeito à legislação vigente no Estado em cujo território a empresa estiver situada;

c) Os membros da tripulação de navio sob bandeira de um dos Estados Contratantes estarão sujeitos às disposições vigentes no respectivo Estado. Qualquer outro pessoal que o navio empregue em tarefas de carga e descarga, conserto e vigilância, quando no porto, estará sujeito à legislação do Estado sob cujo âmbito jurisdicional se encontre o navio.

3 - As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão, de comum acordo, ampliar ou modificar, em casos particulares ou relativamente a determinadas categorias profissionais, as excepções enumeradas no parágrafo 2.

#### Artigo 5.º



1 - Os funcionários diplomáticos, administrativos e técnicos das missões diplomáticas e representações consulares dos Estados Contratantes ficam sujeitos à legislação do Estado a que pertencem, exceptuados os cônsules honorários, que ficam sujeitos à legislação do Estado da residência.

2 - Os demais funcionários, empregados e trabalhadores ao serviço das missões diplomáticas e repartições consulares ou ao serviço pessoal de um dos seus membros ficam sujeitos à legislação do Estado em cujo território exerçam actividade, sempre que dentro dos

12 meses seguintes à sua contratação não optem, com autorização, em cada caso, da autoridade competente do referido Estado, pela legislação do Estado Contratante a cujo serviço se encontram.

#### Artigo 6.º

1 - Uma pessoa que faça jus num Estado Contratante ao direito a uma prestação prevista na legislação referida no artigo 2.º conservá-lo-á, sem qualquer limitação, perante a entidade gestora desse Estado, quando se transferir para o território do outro Estado Contratante. Em caso de transferência para um terceiro Estado, a conservação do referido direito estará sujeita às condições determinadas pelo Estado que outorga a prestação aos seus nacionais residentes naquele terceiro Estado.

2 - Uma pessoa que, por haver-se transferido do território de um Estado Contratante para o do outro Estado, teve suspensas as prestações previstas na legislação referida no artigo 2.º poderá, a pedido, readquiri-las em virtude do presente Acordo, respeitadas as normas vigentes nos Estados Contratantes sobre caducidade e prescrição dos direitos relativos à segurança social ou seguridade social.

### TÍTULO II

#### Disposições relativas às prestações

#### Artigo 7.º

1 - Uma pessoa vinculada à segurança social ou seguridade social de um Estado Contratante, incluindo o titular de uma pensão ou renda devida exclusivamente ao abrigo da legislação de um Estado Contratante, conservará o direito à assistência médica, quando se encontrar temporariamente no território do outro Estado. Terão o mesmo direito os seus dependentes.

2 - Os dependentes da pessoa referida no parágrafo precedente, enquanto se mantiver a vinculação desta à segurança social ou seguridade social de um Estado Contratante, terão direito à assistência médica no outro Estado em que residem.

3 - O titular de uma pensão ou renda devida exclusivamente ao abrigo da legislação de um Estado Contratante bem como os seus dependentes conservarão o direito à assistência médica quando transferirem a sua residência para o território do outro Estado.

4 - A extensão e as modalidades da assistência médica prestada pela entidade gestora do Estado que concede as prestações, nos termos dos parágrafos anteriores, serão determinadas em conformidade com a legislação deste Estado. Não obstante, a duração da assistência médica será a prevista pela legislação do Estado a cuja segurança social ou seguridade social esteja vinculado o interessado.

5 - As despesas relativas à assistência médica de que trata este artigo ficarão por conta da entidade gestora a cujo regime esteja vinculado o interessado. A forma de indemnizar essas despesas e de determinar o seu custo será fixada de comum acordo entre as autoridades competentes conforme o estipulado em ajuste administrativo ao presente Acordo. As autoridades competentes poderão igualmente renunciar, no todo ou em parte, ao reembolso das referidas despesas.

#### Artigo 8.º

1 - Para efeitos de dar por cumprido o período de carência ou de garantia com vista à aquisição do direito às prestações pecuniárias por doença e maternidade, nos termos da legislação de um Estado Contratante, serão tidos em conta, na medida do necessário, os períodos de seguro cumpridos no outro Estado.

2 - Uma pessoa que tenha completado num Estado Contratante o período de carência ou de garantia necessário à concessão das prestações pecuniárias por doença e maternidade manterá no outro Estado o direito a essas prestações, salvo se a referida pessoa tiver direito a prestações idênticas nos termos da legislação deste último Estado.

#### Artigo 9.º

1 - Para efeitos de aplicação da legislação portuguesa, uma pessoa que haja cumprido períodos de seguro sob a égide das legislações de ambos os Estados Contratantes terá esses períodos totalizados para concessão das prestações decorrentes de invalidez, velhice e morte, excepto quando estiverem satisfeitas as condições estabelecidas por aquela legislação, sem que haja necessidade de recorrer à totalização.

2 - Para efeitos de aplicação da legislação brasileira, uma pessoa que haja cumprido períodos de seguro sob a égide das legislações de ambos os Estados Contratantes terá esses períodos totalizados para concessão das prestações decorrentes de invalidez, velhice e morte. No que se refere à concessão da aposentadoria por tempo de serviço, os períodos de tempo de serviço verificados no Brasil serão igualmente totalizados com os períodos de seguro cumpridos sob a égide da legislação portuguesa, desde que estes períodos correspondam ao exercício efectivo de uma actividade profissional em Portugal.

#### Artigo 10.º

Para efeitos de aplicação das legislações portuguesa e brasileira, serão tidas em conta as seguintes regras:

1) Quando, nos termos das legislações dos Estados Contratantes, o direito a uma prestação depender dos períodos de seguro cumpridos numa profissão regulada por um regime ou lei especial de segurança social ou seguridade social, somente poderão ser totalizados, para a concessão das referidas prestações, os períodos cumpridos na mesma profissão em um e outro Estado;

2) Sempre que num Estado Contratante não existir regime ou lei especial de segurança social ou seguridade social para a referida profissão, só poderão ser considerados, para concessão das mencionadas prestações no outro Estado, os períodos em que a profissão tenha sido exercida no primeiro Estado, sob o regime de segurança social ou seguridade

social nele vigente. Se, todavia, o interessado não obtiver o direito às prestações do regime ou lei especial, os períodos cumpridos nesse regime serão considerados como se tivessem sido cumpridos no regime geral;

3) Para totalização dos períodos de seguro, cada Estado Contratante tomará em conta os períodos cumpridos nos termos da legislação do outro Estado, desde que não coincidam com períodos de seguro cumpridos ao abrigo da sua própria legislação.

#### Artigo 11.º

As prestações a que as pessoas referidas nos artigos 9.º e 10.º do presente Acordo ou seus dependentes têm direito, em virtude da legislação de cada um dos Estados Contratantes, em consequência ou não da totalização dos períodos de seguro, serão liquidadas nos termos da sua própria legislação, tomando em conta, exclusivamente, os períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação desse Estado.

#### Artigo 12.º

Quando os montantes das pensões ou aposentadorias devidos pelas entidades gestoras dos Estados Contratantes não alcançarem, somados, o mínimo fixado no Estado Contratante em que o beneficiário reside, a diferença até esse mínimo correrá por conta da entidade gestora desse último Estado.

#### Artigo 13.º

Para efeitos da concessão das prestações familiares e dos auxílios de natalidade e funeral previstos, respectivamente, nas legislações portuguesa e brasileira, cada Estado Contratante terá em conta, na medida do necessário, os períodos de seguro cumpridos no outro Estado Contratante.

#### Artigo 14.º

1 - Uma pessoa vinculada a segurança social ou seguridade social de um Estado Contratante, incluindo o titular de uma pensão ou renda devida exclusivamente ao abrigo da legislação de um Estado Contratante, e cujos dependentes residem ou recebem educação no território do outro Estado, tem direito, em relação aos referidos dependentes, ao abono de família ou salário-família de acordo com a legislação do primeiro Estado.

2 - Uma pessoa residente no território de um Estado Contratante a quem foi aplicada a legislação do outro Estado em conformidade com as disposições do presente Acordo tem direito ao abono de família ou salário-família ao abrigo da legislação do último Estado.

#### Artigo 15.º

Se, para avaliar o grau de incapacidade em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional, a legislação de um dos Estados Contratantes preceituar que sejam tomados em consideração os acidentes de trabalho e as doenças profissionais anteriormente ocorridos, sê-lo-ão também os acidentes de trabalho e as doenças profissionais anteriormente ocorridos ao abrigo da legislação do outro Estado como se tivessem ocorrido sob a legislação do primeiro Estado.

### TÍTULO III

#### Disposições diversas

##### Artigo 16.º

1 - As modalidades de aplicação do presente Acordo serão objecto de um ajuste administrativo a estabelecer pelas autoridades competentes dos Estados Contratantes.

2 - As autoridades competentes dos Estados Contratantes informarse-ão reciprocamente sobre as medidas adoptadas para a aplicação do presente Acordo e as alterações que sejam introduzidas nas respectivas legislações em matéria de segurança social ou seguridade social.

##### Artigo 17.º

1 - As autoridades competentes e as entidades gestoras dos Estados Contratantes prestar-se-ão assistência recíproca para a aplicação do presente Acordo.

2 - Os exames médicos solicitados pela entidade gestora de um Estado Contratante relativamente a beneficiários que se encontrem no território do outro Estado serão levados a efeito pela entidade gestora deste último, a pedido e por conta daquela.

##### Artigo 18.º

1 - Sempre que as entidades gestoras dos Estados Contratantes tiverem de conceder prestações pecuniárias em virtude do presente Acordo, fá-lo-ão em moeda do seu próprio país.

2 - Quando o pagamento for efectuado na moeda do outro país, a conversão será feita à menor taxa de câmbio oficial vigente no Estado cuja entidade gestora efectuar o pagamento.

##### Artigo 19.º

1 - As isenções de direitos, de taxas e de impostos estabelecidas em matéria de segurança social ou seguridade social pela legislação de um Estado Contratante aplicar-se-ão também para efeito do presente Acordo.

2 - Todos os actos e documentos que tiverem de ser produzidos em virtude do presente Acordo ficam isentos de vistos e legalização por parte das autoridades diplomáticas e consulares e de registo público, sempre que tenham tramitado por uma das entidades gestoras.

##### Artigo 20.º

Para efeitos de aplicação do presente Acordo, as autoridades competentes e as entidades gestoras dos Estados Contratantes comunicar-se-ão directamente entre si e com os beneficiários ou seus representantes.

##### Artigo 21.º

1 - Os pedidos, documentos e recursos a apresentar perante uma instituição ou jurisdição competente de um Estado Contratante serão tidos como apresentados em tempo, mesmo quando o forem perante a instituição ou jurisdição correspondente do outro Estado, sempre que a sua apresentação for efectuada dentro do prazo estabelecido pela legislação do Estado competente.

2 - O requerimento de prestações nos termos do presente Acordo apresentado a uma entidade gestora de um Estado Contratante salvaguarda os direitos do requerente nos termos da legislação do outro Estado, desde que o interessado solicite que tal requerimento seja considerado nos termos da legislação deste último Estado.

3 - Se um requerente apresentar o pedido de prestações à entidade gestora de um Estado Contratante e não restringir especificamente o pedido das prestações à legislação desse Estado, o requerimento salvaguarda também os direitos do interessado nos termos da legislação do outro Estado.

#### Artigo 22.º

As autoridades consulares dos Estados Contratantes poderão representar, sem mandato especial, os nacionais do seu próprio Estado perante as autoridades competentes e as entidades gestoras em matéria de segurança social ou seguridade social do outro Estado.

#### Artigo 23.º

As autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão, de comum acordo, as divergências e controvérsias que surgirem na aplicação do presente Acordo.

#### Artigo 24.º

Para facilitar a aplicação do presente Acordo, as autoridades competentes dos Estados Contratantes designarão os organismos de ligação que julgarem convenientes em ajuste administrativo.

### TÍTULO IV Disposições finais

#### Artigo 25.º

Cada uma das Partes notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, a qual se dará, concomitantemente com o Ajuste Administrativo, 30 dias após a data de recepção da segunda das notificações.

#### Artigo 26.º

1 - O presente Acordo terá a duração de um ano contado a partir da data da sua entrada em vigor. Considerar-se-á tacitamente prorrogado por iguais períodos, salvo denúncia notificada por via diplomática pelo governo de qualquer dos Estados Contratantes pelo menos três meses antes da sua expiração.

2 - Em caso de denúncia, as disposições do presente Acordo, do Ajuste Administrativo e normas de procedimento que o regulamentem continuarão em vigor com respeito aos direitos adquiridos e em vias de aquisição.

#### Artigo 27.º

O presente Acordo substitui o Acordo de Previdência Social, celebrado entre o Governo de Portugal e o Governo da República Federativa do Brasil em 17 de Outubro de 1969, ficando salvaguardados os direitos adquiridos constituídos ao abrigo do Acordo ora substituído.

Feito em Brasília em 7 de Maio de 1991, em dois exemplares originais na língua portuguesa, sendo ambos os textos autênticos.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

### **AJUSTE ADMINISTRATIVO AO ACORDO DE SEGURANÇA SOCIAL OU SEGURIDADE SOCIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.**

Nos termos do artigo 16.º do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre os Governos da República Portuguesa e da República Federativa do Brasil de Maio de 1991, as autoridades competentes, portuguesa e brasileira, estabelecem o seguinte Ajuste Administrativo para a aplicação do Acordo:

#### CAPÍTULO I Disposições gerais

##### Artigo 1.º

Para efeitos de aplicação do presente Ajuste, são tomadas em conta as definições constantes do artigo 1.º do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre os Governos da República Portuguesa e da República Federativa do Brasil, doravante designado por Acordo.

##### Artigo 2.º

Para efeitos de aplicação do Acordo e do presente Ajuste, os seguintes organismos foram designados como entidades gestoras:

1) Em Portugal:

A) No continente:

- i) Para as prestações pecuniárias relativas a doença e maternidade e prestações familiares, o centro regional de segurança social onde o segurado esteja inscrito;
- ii) Para as prestações de assistência médica, a administração regional de saúde que abranja a área de residência ou de estada do beneficiário;
- iii) Para as prestações relativas a invalidez, velhice e morte, o Centro Nacional de Pensões, Lisboa;

iv) Para as prestações de acidentes de trabalho e doenças profissionais, a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, Lisboa;

B) Na Região Autónoma dos Açores:

i) Para as prestações referidas em A), i) e iii), a Direcção Regional de Segurança Social, Angra do Heroísmo;

ii) Para as prestações referidas em A), ii), a Direcção Regional de Saúde, Angra do Heroísmo;

iii) Para as prestações referidas em A), iv), a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, Lisboa;

C) Na Região Autónoma da Madeira:

i) Para as prestações referidas em A), i) e iii), a Direcção Regional de Segurança Social, Funchal;

ii) Para as prestações referidas em A), ii), a Direcção Regional de Saúde Pública, Funchal;

iii) Para as prestações referidas em A), iv), a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, Lisboa;

2) No Brasil:

a) O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - concessão e manutenção dos benefícios (prestações pecuniárias), perícias médicas, reabilitação e readaptação profissional, arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições previdenciárias;

b) O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) - prestação de assistência à saúde (médica, odontológica, farmacêutica, ambulatorial e hospitalar);

3) Para os demais casos são competentes as entidades gestoras que o forem nos termos da legislação aplicável.

### Artigo 3.º

1 - Nos termos e para os fins do artigo 24.º do Acordo, os organismos seguintes foram designados como organismos de ligação:

a) Em Portugal - o Departamento de Relações Internacionais e Convenções de Segurança Social (DRICSS);

b) No Brasil - o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

2 - Os organismos de ligação tomarão as medidas necessárias para a aplicação do Acordo e do Ajuste, bem como para informação aos beneficiários sobre os direitos e obrigações deles decorrentes.

3 - Os organismos de ligação comunicam-se mutuamente todas as informações necessárias para efeitos de aplicação do Acordo e do Ajuste.

## CAPÍTULO II

Disposições administrativas respeitantes à determinação da legislação aplicável

### Artigo 4.º

1 - Nos casos previstos no artigo 4.º, parágrafo 2, alínea a), do Acordo, a entidade gestora do Estado cuja legislação é aplicável emitirá, a pedido da empresa a que esteja vinculado o trabalhador, um certificado do qual conste que este continua sujeito à legislação do referido Estado.

2 - Se vários trabalhadores forem enviados pela mesma empresa situada num Estado Contratante para trabalhar temporariamente no território do outro Estado, emitir-se-á um certificado colectivo.

3 - O certificado será remetido, em dois exemplares, ao organismo de ligação do outro Estado.

4 - Para aplicação do artigo 4.º, parágrafo 2, alínea a), do Acordo, a empresa a cujo serviço se encontre o trabalhador deverá solicitar que este continue sujeito à legislação do Estado que o envia. O pedido, em formulário próprio, deverá ser apresentado à autoridade competente deste último Estado, a qual solicitará à autoridade competente do outro Estado o necessário consentimento.

### Artigo 5.º

1 - Para efeitos de aplicação do artigo 4.º, parágrafo 3, do Acordo, o trabalhador e a empresa solicitarão, através de requerimento devidamente fundamentado, à autoridade competente do Estado onde a empresa está situada a alteração do regime da legislação aplicável.

2 - Alcançado o consentimento da autoridade competente mencionada no parágrafo anterior, o requerimento será enviado à autoridade competente do outro Estado, a fim de ser obtido o comum acordo para a alteração requerida.

### Artigo 6.º

1 - Para efeitos de aplicação do artigo 5.º, parágrafo 2, do Acordo, o funcionário, empregado ou trabalhador apresentará o pedido, em duplicado e antes de expirar o prazo nele referido, através da entidade empregadora, à autoridade competente do Estado em cujo território exerce actividade.

2 - Uma vez deferido ou indeferido o pedido, será dado conhecimento da decisão ao interessado, por intermédio da entidade empregadora, bem como, no caso de deferimento, à autoridade competente do Estado a cujo serviço o trabalhador se encontra.

## CAPÍTULO III

Aplicação das disposições relativas às prestações



## Artigo 7.º

Para efeitos de totalização dos períodos de seguro, quando necessária, nos termos do Acordo, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) Os períodos de seguro que se levarem em conta para a totalização serão aqueles considerados como tais pela legislação do Estado Contratante no qual foram cumpridos;
- b) Quando um período de seguro cumprido sob o regime de seguro obrigatório, em virtude da legislação de um Estado Contratante, coincida com um período de seguro facultativo ou com um período de seguro sem prestação de serviços, em virtude da legislação do outro Estado Contratante, só o primeiro período será levado em consideração;
- c) Quando um período de seguro sem prestação de serviços cumprido em um Estado coincida com o período similar no outro Estado, esse período será considerado somente pela entidade gestora do Estado à qual o trabalhador tenha ficado obrigatoriamente vinculado, em função da prestação de serviços imediatamente anterior ao período coincidente;
- d) Não sendo possível determinar o momento exacto em que alguns períodos de seguro foram cumpridos nos termos da legislação de um Estado Contratante, será considerado que tais períodos não se sobrepõem aos creditados nos termos da legislação do outro Estado Contratante;
- e) Quando os Períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação de um Estado Contratante forem expressos em unidades de tempo diferentes das utilizadas pela legislação do outro Estado Contratante, a conversão necessária para efeitos de totalização efectuar-se-á segundo as regras em vigor no Estado que tiver necessidade de efectuar a conversão.

## Artigo 8.º

1 - Para efeitos de aplicação do artigo 7.º, parágrafos 1 a 4, do Acordo, o beneficiário deverá obter, junto da entidade gestora do Estado Contratante a cuja legislação esteja vinculado, um certificado de direito às prestações. Este certificado, que deverá ser apresentado à entidade gestora do Estado Contratante do lugar de estada temporária ou de residência, deve mencionar o período máximo de concessão das prestações nos termos da legislação do Estado competente; caso contrário, manter-se-á válido enquanto a última entidade gestora não tiver recebido notificação da sua anulação.

2 - Em caso de necessidade imediata de assistência médica, poderá ser garantida transitoriamente, durante um período de três meses, às pessoas não portadoras do certificado referido no parágrafo anterior, observando-se, para o efeito, as seguintes disposições:

- a) A entidade gestora do Estado Contratante do lugar de estada ou de residência emitirá um certificado provisório do direito às prestações, com base na apresentação pelo beneficiário de documento de identificação ou outros elementos que indiquem a sua vinculação ao regime de segurança social ou seguridade social do outro país;

b) O beneficiário diligenciará, de imediato, no sentido de obter o certificado de direito a emitir pela entidade gestora do Estado competente;

c) A não apresentação do certificado à entidade gestora do Estado Contratante do lugar de estada ou de residência faz cessar o direito provisório à assistência médica para além do prazo acima referido, ressalvando-se os casos de absoluta necessidade de continuação da assistência;

d) As despesas de assistência médica concedida transitoriamente nas condições referidas nas alíneas anteriores serão suportadas pelo serviço ou sistema de saúde que abranger o beneficiário.

3 - Os organismos de ligação e as entidades gestoras dos Estados Contratantes tomarão as medidas necessárias com vista a informar os beneficiários da conveniência de obter, antecipadamente, o certificado referido no parágrafo 1, em especial no caso de deslocação temporária ao território do outro país.

#### Artigo 9.º

1 - Para efeitos de aplicação do artigo 7.º, parágrafo 5, do Acordo e do artigo 8.º do presente Ajuste, as despesas decorrentes de assistência médica serão reembolsadas anualmente pela entidade gestora a cujo regime está vinculado o trabalhador, na base de montantes convencionais per capita, nos termos seguintes:

a) O custo médio anual da assistência médica obtém-se dividindo o custo total da assistência médica prestada pelas entidades gestoras do país considerado às pessoas incluídas no âmbito do respectivo regime de segurança social ou seguridade social pelo número de pessoas abrangidas por este regime;

b) O montante convencional a reembolsar determina-se multiplicando o custo médio mensal da assistência médica no país considerado pelo número de meses ou fracções de meses compreendidos no período em que esteve aberto o direito à assistência médica em relação a cada pessoa a tomar em conta para efeitos de reembolso;

c) O montante global a reembolsar é determinado após cada ano civil pelo organismo que, em cada país, tenha a seu cargo a gestão financeira dos cuidados médicos.

2 - A apresentação de contas referentes às despesas de assistência médica prestada far-se-á, relativamente a cada ano civil, durante o 1.º semestre do 2.º ano seguinte ao do exercício a que as mesmas se referem.

3 - A respectiva liquidação, a fazer, se possível, por acerto de débitos, processar-se-á durante o semestre imediatamente a seguir, adoptando-se para fins de compensação e pagamento do saldo credor, se for o caso, o câmbio oficial vigente no primeiro dia útil do mês de Julho.

#### Artigo 10.º

Os gastos referentes a exames médicos e à determinação da incapacidade para o trabalho, bem como às despesas de viagem e outras decorrentes, serão reembolsados à entidade gestora que promoveu a realização dos exames pela entidade gestora por conta da qual

foram realizados. O reembolso efectuar-se-á de acordo com a tabela de preços e com as normas aplicadas pela entidade gestora que promoveu a realização dos exames, devendo, para o efeito, ser apresentada nota que especifique os gastos efectuados.

#### Artigo 11.º

Os reembolsos previstos nos artigos 9.º e 10.º anteriores, bem como as comunicações necessárias para o efeito, serão efectuados por intermédio dos organismos de ligação.

#### Artigo 12.º

1 - O trabalhador sujeito à legislação de um Estado Contratante que faça valer o direito a prestações pecuniárias por doença e maternidade ocorrida durante uma estada ou residência no território do outro Estado Contratante apresentará imediatamente o seu pedido à entidade gestora do lugar de estada ou residência, juntando um certificado passado pelo médico assistente. Este certificado indicará a data inicial da incapacidade para o trabalho, a sua duração provável, bem como o respectivo diagnóstico.

2 - A entidade gestora do lugar de estada ou residência transmite sem demora toda a documentação clínica relativa à incapacidade para o trabalho à entidade gestora competente, que decidirá sobre a concessão das prestações.

#### Artigo 13.º

1 - O requerente que deseje fazer valer o direito a prestações nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Acordo poderá apresentar o respectivo pedido à entidade gestora do Estado da sua residência, segundo as modalidades determinadas pela legislação deste mesmo Estado.

2 - Esse pedido será transmitido, em formulário próprio, à entidade gestora do outro Estado Contratante e dele constarão os elementos de identificação do requerente e dependentes a cargo, bem como as entidades gestoras a cujo regime o trabalhador esteve vinculado e as empresas a que prestou serviços em cada um dos referidos Estados.

3 - A entidade gestora competente do Estado de residência remeterá igualmente à entidade gestora do outro Estado um formulário de ligação, em dois exemplares, no qual se especificarão os períodos de seguro que o trabalhador pode fazer valer face à respectiva legislação, bem como os direitos que podem ser reconhecidos na base dos referidos períodos.

4 - Os elementos de identificação e habilitação constantes do formulário de ligação serão devidamente autenticados pela entidade gestora remetente, a qual deve certificar que os documentos originais constantes do processo confirmam as informações contidas no formulário. O envio do formulário assim autenticado dispensa a entidade gestora remetente de enviar esses documentos.

5 - A entidade gestora à qual foi remetido o formulário de ligação a que se referem os parágrafos 3 e 4 do presente artigo determinará os direitos do requerente com base unicamente nos períodos creditados ao abrigo da própria legislação ou, se for o caso, mediante a totalização dos períodos cumpridos ao abrigo da legislação das duas Partes. A mesma entidade gestora devolverá, seguidamente, uma cópia do formulário de ligação

juntando-lhe as informações relativas aos períodos creditados ao abrigo da sua própria legislação, bem como às prestações concedidas ao requerente.

6 - Uma vez recebido o formulário de ligação devidamente completado com todos os elementos de informação necessários, a primeira entidade gestora, havendo determinado, se for o caso, os direitos que derivam para o requerente da totalização dos períodos creditados por efeito da legislação das duas partes, estabelecerá a sua própria decisão sobre o montante das prestações a pagar e informará desse facto a outra entidade gestora.

#### Artigo 14.º

1 - Sempre que um trabalhador ou um seu dependente, que não resida em Portugal ou no Brasil, solicite uma prestação, de harmonia com o disposto nos artigos 9.º e 10.º do Acordo, poderá apresentar o seu pedido à entidade gestora do país sob cuja legislação tenha estado segurado em último lugar.

2 - O pedido dirigido à entidade gestora de um país poderá ser recebido pela entidade gestora ou pelo organismo de ligação do outro país. Neste caso, o pedido em causa deve ser remetido à entidade gestora a quem se dirige com os elementos necessários à respectiva instrução e a indicação da data em que foi inicialmente recebido. Esta data será considerada válida para efeitos da legislação aplicável.

#### Artigo 15.º

1 - A qualificação e a determinação do grau de invalidez de um beneficiário competirá à entidade gestora que conceder a prestação.

2 - Se necessário, a entidade gestora do Estado que conceder a prestação poderá solicitar à entidade gestora do outro Estado os antecedentes e os documentos médicos do interessado que ela eventualmente possua.

3 - Para qualificar e determinar o grau de invalidez, a entidade gestora de cada Estado levará em conta os pareceres médicos emitidos pela entidade gestora do outro Estado. Todavia, a entidade gestora de cada Estado reserva-se o direito de fazer examinar o interessado por médico por ela designado.

4 - Os exames médicos dos beneficiários em situação de incapacidade temporária para o trabalho podem ser promovidos pelos organismos de ligação ou pela entidade gestora do país de estada temporária ou da residência do interessado antes de expirado o prazo fixado pela entidade gestora competente, independentemente de solicitação expressa do organismo de ligação ou da entidade gestora do outro país.

5 - O organismo de ligação ou a entidade gestora de cada país poderá tomar a iniciativa de fazer acompanhar os pedidos de reconsideração dos respectivos laudos médicos, independentemente de solicitação expressa do organismo ou entidade do outro país.

6 - Os exames médicos para instruir os pedidos de reconsideração serão realizados por junta médica ou, na impossibilidade da sua constituição, por médico diferente do que realizou o exame anterior.

7 - Fica dispensado o envio de registos, laudos e exames complementares, cujos dados clinicamente significativos constarão obrigatoriamente do laudo médico.

#### Artigo 16.º

Para efeitos de aplicação do artigo 14.º do Acordo, o trabalhador deverá apresentar o pedido à entidade gestora competente, fazendo acompanhar tal pedido da documentação prevista na legislação aplicável.

#### Artigo 17.º

As disposições do presente Ajuste relativas à concessão das prestações por doença e maternidade são aplicáveis, com as devidas adaptações, à concessão das prestações em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.

### CAPÍTULO IV Disposições diversas e finais

#### Artigo 18.º

1 - Em conformidade com o artigo 18.º do Acordo, a entidade gestora portuguesa em matéria de pensões, em articulação com o organismo de ligação português, pagará estas prestações directamente aos interessados, sem prejuízo da comunicação mensal do número de pensionistas e valor global das pensões ao Instituto Nacional do Seguro Social. Para o efeito serão utilizados os meios internacionais de pagamento que se mostrem mais rápidos e eficazes.

2 - As prestações pecuniárias não mencionadas no número anterior devidas por uma entidade gestora portuguesa e beneficiários residentes no Brasil serão pagas directamente aos interessados.

3 - O organismo de ligação português pagará por conta do Instituto Nacional do Seguro Social brasileiro as prestações concedidas por esta entidade aos seus beneficiários residentes em Portugal.

4 - A devolução de montantes correspondentes a benefícios incluídos nas relações de pagamento mensais e não liquidadas no outro Estado Contratante será efectuada com a possível brevidade e será acompanhada da respectiva prestação de contas.

5 - Os organismos de ligação de ambas as Partes prestarão anualmente informações recíprocas sobre o processamento dos pagamentos referidos nos números anteriores.

#### Artigo 19.º

1 - E constituída uma Comissão Mista, de carácter técnico, cuja composição, sob proposta dos organismos de ligação, será aprovada pelas autoridades competentes, com as seguintes atribuições:

Resolver, de comum acordo, as dúvidas de interpretação e aplicação do Acordo e do presente Ajuste;

Aprovar normas de procedimento;

Propor alterações dos critérios de reembolso;

Resolver outras questões que lhe forem submetidas pelas autoridades Competentes.

2 - A Comissão Mista reunirá alternadamente em cada um dos países por iniciativa e sob proposta dos organismos de ligação.

#### Artigo 20.º

Os organismos de ligação e as entidades gestoras de ambos os Estados Contratantes prestam os seus bons ofícios na aplicação do Acordo e do presente Ajuste e procedem como se se tratasse da aplicação da sua própria legislação. O mútuo auxílio administrativo e, em princípio, gratuito. No entanto, as autoridades competentes podem acordar no reembolso de certas despesas.

#### Artigo 21.º

1 - Para efeitos de aplicação das disposições do presente Ajuste serão utilizados os formulários que forem estabelecidos de comum acordo pelos organismos de ligação dos Estados Contratantes.

2 - Se os pedidos de prestações não forem acompanhados dos documentos ou certificados necessários, ou se estes estiverem incompletos, a entidade gestora ou o organismo de ligação que receber o pedido poderá dirigir-se à entidade ou ao organismo de ligação do outro Estado Contratante a fim de completar a referida documentação.

#### Artigo 22.º

O presente Ajuste vigorará a partir da data de entrada em vigor do Acordo e terá a mesma duração.

#### Artigo 23.º

1 - O presente Ajuste substitui o Ajuste Complementar do Acordo de Previdência Social entre os Governos de Portugal e da República Federativa do Brasil, de 17 de Outubro de 1969.

2 - As normas de procedimento acordadas na vigência do Acordo e do Ajuste anteriores ficam revogadas, com excepção daquelas que se mostrem necessárias à adequada execução do presente Ajuste.

Feito em Brasília, em 7 de Maio de 1991, em dois exemplares originais na língua portuguesa, sendo ambos os textos autênticos.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: